

anais de história de além-mar

XXV

ANO 2025

CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

 **CHAM**
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH – UAc

húmus

PERIODICIDADE	Anual
DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO	João de Figueirôa-Rêgo
SECRETARIADO	Inês Cristóvão
CONSELHO EDITORIAL	André Murteira (CHAM, NOVA FCSH/UAc) Guida Marques (CHAM, NOVA FCSH/UAc) João de Figueirôa-Rêgo (CHAM / NOVA FCSH) Maria João Castro (CHAM, NOVA FCSH/UAc) Sandra M. G. Pinto (CHAM, NOVA FCSH/UAc)
CONSELHO CONSULTIVO	Ana Isabel Buescu (CHAM, NOVA FCSH/UAc) André Teixeira (CHAM, NOVA FCSH/UAc) Ângela Domingues (Universidade de Lisboa/CH) Angelo Alves Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora) António de Almeida Mendes (Université de Nantes) Avelino de Freitas de Meneses (CHAM, NOVA FCSH/UAc) Barbara Karl (Textilmuseum St. Gallen) Cátia Antunes (Universiteit Leiden) Fernando Bouza Álvarez (Universidad Complutense de Madrid) Hervé Pennec (Centre national de la recherche scientifique) Ines G. Županov (Centre national de la recherche scientifique) István Rákóczi (Eötvös Loránd Tudományegyetem) José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) João José Reis (Universidade Federal da Bahia) José C. Curto (York University) José Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa) Leonor Freire Costa (Universidade de Lisboa) Malyn Newitt (King's College London) Miguel Ángel de Bunes Ibarra (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) Miguel Metello de Seixas (Universidade Lusfada de Lisboa; IEM / NOVA FCSH) Nuno Senos (IHA / NOVA FCSH) Pedro Cardim (CHAM, NOVA FCSH/UAc) Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo/Cebrap) Rogério Miguel Puga (CETAPS / NOVA FCSH) Tonio Andrade (Emory University) Zoltán Biedermann (University College London)
EDIÇÃO E PROPRIEDADE	CHAM — Centro de Humanidades Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa Universidade dos Açores
SEDE ADMINISTRATIVA	Av. ^a de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa anais.cham@fesh.unl.pt http://www.cham.fesh.unl.pt
CAPA E PROJECTO GRÁFICO	Patrícia Proença
REVISÃO E PAGINAÇÃO	Margarida Baldaia
IMPRESSÃO	Papelmunde – V. N. Famalicão
TIRAGEM	300 exs.
ISSN (IMPRESSO)	0874-967
ISSN (ELECTRÓNICO)	2795-4455
DEPÓSITO LEGAL	162657/01

anais de história de além-mar

XXV
2025

CHAM — CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES



REFEREES

Os artigos publicados nos *Anais de História de Além-Mar* são submetidos a arbitragem científica, em regime de *double blind peer-review*. A fim de garantir o anonimato na edição para a qual colaboram, os árbitros são apresentados a cada dois volumes.

Os *Anais de História de Além-Mar* estão referenciados e indexados nas seguintes bases de dados internacionais:

CARHUS+ 2018	ERA 2018	Scopus Elsevier
CIRC	ERIH Plus	SHERPA/RoMEO
EBSCO America: History and Life	Latindex (catálogo v1)	SJR
EBSCO Fonte Acadêmica	MEDLINE PubMed	
EBSCO Historical Abstracts	MIAR	

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/04666/2025 – <https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025>).

Índice

- 7 Nota de Abertura
João de Figueirôa-Rêgo

PERSPETIVAS HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS SOBRE MACAU HISTORICAL AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES ON MACAU

- 11 Introdução
Carmen Amado Mendes, Isabel Pina
- 13 Macau e o tráfico do ópio no contexto da Sociedade das Nações (1925-1930)
Célia Reis
- 43 Cinco anos em malas de cânfora: trazer Macau no regresso
à Europa (1934-1939)
Luís Cabral de Oliveira
- 85 “Viva Salazar!”: nationalistic activities in Macau under the Estado Novo
José Luís de Sales Marques, Catherine S. Chan
- 119 An asymmetrical relationship in Macao from 1966 and 1999
Moisés Fernandes

VÁRIA

- 147 Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos
Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata (1612)
José Carlos Vilardaga
- 179 Recensões | Book Reviews
- 183 Procedimentos & Normas Editoriais | Editorial Process & Guidelines

Nota de Abertura

O presente volume dos AHAM (XXV) reflecte o empenho de uma equipa editorial (elencada na ficha técnica deste número) que tem conjugado esforços para limar arestas na desafiante tarefa exigida pela elaboração de revistas académicas e científicas.

A menção a 2025 tem subjacente uma mudança que remete para a actualização qualitativa levada a efeito, em sintonia com as necessidades impostas por novas dinâmicas: o grau de exigência crescente, que procura conjugar ciência em acesso aberto, transparência e ética editorial, entre outros factores que de forma subtil vão aparecendo (caso do discutido uso da AI, de que muito se irá falar nos tempos que se avizinham). Dito de outro modo, todo esse conjunto de dinâmicas ditou o surgimento de uma versão política editorial, cuidada e actual, já em vigor no ano de 2025, implementada no conjunto das edições do CHAM de que os AHAM fazem parte. Cabe uma palavra de agradecimento a Inês Cristóvão, pelo trabalho desenvolvido nesse contexto.

A busca por respostas assertivas, o afinar de estratégias, o diálogo entre pares, é um imperativo cada vez mais sentido no meio académico/editorial.

Nesse pressuposto surge o anúncio do 3.º Encontro de Editores de Revistas Científicas em Ciências Sociais e Humanas, a decorrer a 3 de Novembro deste ano, novamente na Biblioteca Nacional de Portugal, à semelhança das edições anteriores.

Como referido pela organização, “O encontro tem como principal objetivo criar um espaço de diálogo e partilha entre editores científicos desta área, em torno de questões particularmente relevantes e atuais (designadamente práticas editoriais, ética na edição científica, ciência aberta, etc.). Trata-se, sobretudo, de uma reunião aberta de trabalho, orientada para a consolidação de uma rede de colaboração entre editores, reunindo participantes das edições anteriores e novos que se associem a esta iniciativa”¹.

¹ <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/sobre-nos/noticias/detalhe/arquivo-municipal-organiza-o-3o-encontro-de-editores-de-revistas-cientificas>.

Fica a chamada de atenção e o desafio/convite.

Chega agora o momento de uma referência aos textos que o leitor poderá usufruir nas páginas que seguem.

Este volume XXV traz um *dossier* coordenado por Carmen Amado Mendes (Presidente do Centro Científico e Cultural de Macau desde 2020) e Isabel Murta Pina (Presidente do Conselho Científico da mesma instituição). A qualidade científica das duas académicas é bem conhecida e respeitada pela comunidade universitária, particularmente, no âmbito de temas ligados a geografias e temas asiáticos.

O *dossier*, intitulado “Perspetivas Históricas e Contemporâneas sobre Macau”, reúne artigos que versam sobre diferentes tópicos e formas distintas de comunicar, mas cuja apresentação o leitor fica a conhecer com vantagem na nota introdutória assinada pelas suas coordenadoras.

O apartado Vária sugere um tema proposto por José Carlos Vilardaga sobre “Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata* (1612)”. O autor tem privilegiado a investigação nas áreas de História da América Colonial, História Ibérica e História de São Paulo no período colonial. O tema trabalhado por Vilardaga radica em questões decorrentes da obra de Guzmán, o qual, como sublinhou uma sua anotadora, “supera en cantidad y calidad de información a los otros documentos coloniales de la región” (vd. Silvia Tieffemberg, *Argentina: historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*; Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2012).

O volume encerra com uma breve recensão à excelente colectânea *Bifronte imperio de dos mundos. La monarquía de Carlos II en Europa y América*, editada por Antonio Álvarez-Ossorio Alvarino, Cristina Bravo Lozano, Roberto Quirós Rosado e dada à estampa pela Vervuert em 2025.

Que toda a digressão historiográfica, geográfica e cronologicamente alargada que compõe este número dos AHAM possa concitar o interesse e entusiasmo do leitor.

João de Figueirôa-Rêgo

Perspetivas Históricas e Contemporâneas sobre Macau

Historical and Contemporary
Perspectives on Macau

Coord.

Carmen Amado Mendes
CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau

Isabel Murta Pina
CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau

Introdução

Este *dossier* temático dos *Anais de História de Além-Mar*, intitulado “Perspetivas Históricas e Contemporâneas sobre Macau” e organizado pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCCM), reúne um conjunto de quatro artigos que surgiram no contexto das “Conferências da Primavera” realizadas entre 9 e 12 de março de 2022. Estes encontros científicos, que ocorrem anualmente no CCCM, têm por objetivo juntar os especialistas portugueses que trabalham sobre a Ásia. Em 2022, foram organizados dez painéis sobre temáticas relacionadas com Macau, nos quais cerca de quarenta participantes apresentaram as suas comunicações, maioritariamente em português.

Note-se que o CCCM, instituto público na tutela do ministério da Educação, Ciência e Inovação, tem por missão produzir, promover e divulgar conhecimento sobre as relações entre a Europa e a Ásia e os Estudos Asiáticos, com especial enfoque na China, assumindo Macau um papel de destaque. O CCCM, além da vertente de investigação e formação, conta ainda com um Museu e uma Biblioteca especializada na Ásia Oriental, bem como uma casa editorial.

O eixo central deste *dossier*, que agora se apresenta, é Macau, abrangendo um espectro temporal balizado entre os séculos XVII e XX. Exploram-se questões sociais, políticas, económicas e culturais. O primeiro artigo, de Célia Reis, analisa “Macau e o tráfico do ópio no contexto da Sociedade das Nações”, num curto período de cinco anos, entre 1925 e 1930. Reis reflete sobre a importância económica do ópio na Ásia, focando-se na mudança de paradigma deste negócio após a Primeira Guerra Mundial. Igualmente procura compreender como é que o controlo do comércio do ópio, atribuído à Sociedade das Nações, se repercutiu no papel de Macau nesse mesmo comércio e quais os desafios sociais, políticos, económicos e até de relações internacionais dali decorrentes para Macau e Portugal.

Luís Cabral de Oliveira apresenta-nos um artigo intitulado “Cinco anos em malas de cânfora: trazer Macau no regresso à Europa (1934-1939)?”.

Este texto permite-nos acompanhar o percurso de uma família portuguesa entre Portugal e Macau e o seu regresso, mais tarde, à metrópole. O trajeto é reconstituído por meio de coleções de fotografias, mas sobretudo dos objetos adquiridos pela família, ao longo dos anos, em Macau, Hong Kong e Cantão. Transportados, no retorno à metrópole, em malas de cânfora, aqueles objetos contribuíram para a recriação de um “estilo oriental” e para que perdurassem as memórias de Macau.

Em “‘Viva Salazar!’: nationalistic propaganda in Macau under the *Estado Novo*”, um estudo de José Luís de Sales Marques e de Catherine S. Chan, exploram-se as iniciativas de carácter nacionalista, em Macau, entre 1933 e 1966. Analisam-se, assim, as ações políticas e de propaganda levadas a cabo durante o Estado Novo, com o intuito de restabelecer o ideário glorificado da Nação e do Império, ligando os territórios ultramarinos sob a égide de uma cultura nacionalista. Observa-se ainda o contributo destas práticas no fortalecimento da autoridade colonial da metrópole e na afirmação da auto-riedade local macaense.

Moisés Fernandes dedica o seu artigo “An asymmetrical relationship in Macao from 1966 and 1999” à análise do período que se estende desde o pós-Revolução Cultural até ao fim da administração portuguesa em Macau. Aqui explora os impactos políticos, mas também socioculturais, que esta mudança introduziu em Macau no equilíbrio de poderes entre as instituições políticas chinesas e portuguesas.

Em suma, este número apresenta um conjunto de artigos que nos permitem explorar um amplo arco temporal da história de Macau, por prismas temáticos distintos. São feitas análises em escalas macro e micro que, na sua diversidade temporal e temática, contribuem para uma melhor compreensão do que foi e é Macau.

Carmen Amado Mendes

CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau;
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1376-5048>.
E-mail: carmen.mendes@cccm.gov.pt

Isabel Murta Pina

CCCM – Centro Científico e Cultural de Macau;
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7395-7087>.
E-mail: isabelpina@cccm.gov.pt.

Macau e o tráfico do ópio no contexto da Sociedade das Nações (1925-1930)

Célia Reis*

Anais de História de Além-Mar XXV (2025): 13-41.

DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.48983>.

Resumo

O tráfico do ópio era um elemento relevante nas economias asiáticas, mas entrou progressivamente num caminho de contestação, expressa sobretudo nas primeiras décadas do século XX. Macau, que também tinha este produto como determinante para a sua economia, teve de adaptar-se às novas circunstâncias, não obstante muitas resistências encontradas. Neste artigo analisa-se a alteração na exploração deste produto no contexto em que as decisões tomadas no âmbito da Sociedade das Nações a isso obrigaram. A visita de uma comissão desta organização mostrou que se estava a adaptar às novas regras e que se inseria num campo geográfico mais vasto.

Palavras-chave: Macau, ópio, Sociedade das Nações, economia colonial.

Abstract

Opium trafficking was a relevant element in Asian economies, but gradually entered a path of opposition, particularly in the first decades of the 20th century, despite considerable resistances. This article analyses the change in the exploitation of this product in the context in which the decisions taken within the League of Nations obliged Macau to do so. The visit of a committee of this organization showed that it was adapting to the new rules and that it was part of a wider geographical field.

Keywords: Macau, opium, League of Nations, colonial economy.

Date of submission: 7/11/2022

Date of approval: 3/07/2026

Data de submissão: 7/11/2022

Data de aprovação: 3/07/2026

* HTC – História, Territórios e Comunidades, Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta, NOVA FCSH; GIEPCIP – Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6650-2909>. E-mail: cmfreis@fcsch.unl.pt.

Introdução

O comércio do ópio constituiu um elemento essencial no expansionismo no Oriente a partir dos séculos XVIII e XIX, tornando-se progressivamente central para o equilíbrio das relações económico-comerciais entre a Europa e a China, quando – envolvendo as diversas fases, da produção à distribuição/consumo – se tornou fundamental para suprir o desequilíbrio das transações ocidentais na China.

A sua difusão pelos diferentes territórios controlados ou administrados por potências coloniais no Sudeste Asiático reforçou ainda mais a sua importância económica, tornando-o um elemento estruturante das finanças locais e contribuindo para ultrapassar, do ponto de vista europeu, o “vício” das populações locais.

Até à primeira metade do século XIX, a relação comercial sino-ocidental era sustentada sobretudo pela prata que os mercadores europeus entregavam em troca das mercadorias chinesas. Contudo, esta dinâmica alterou-se de forma significativa com a entrada massiva de ópio no território chinês, operação conduzida principalmente pelos britânicos. A inversão do fluxo de riqueza resultante deste comércio tornou-se tema de discussão entre as autoridades imperiais, destacando-se a atuação de Lin Zexu (1785-1850). Defensor convicto da proibição do ópio, Lin foi nomeado Alto-Comissário Imperial em Cantão, com a missão de erradicar o comércio da droga. Em 1839, escreveu à rainha Vitória anunciando a decisão imperial, ordenou a destruição de grandes quantidades de ópio apreendido e determinou a expulsão dos britânicos de Cantão.

Deu, desta forma, início a um conflito entre a China e a Grã-Bretanha, conhecido como a primeira Guerra do Ópio. Em 1842, o Tratado de Nanquim impôs condições ao império chinês, entre as quais a abertura de cinco portos ao comércio internacional. Posteriormente, após novo conflito envolvendo várias potências, o Tratado de Tianjin obrigou a China a legalizar a importação de ópio.

Neste quadro de expansão, a exploração do comércio do ópio realizou-se, na generalidade, sob a forma de monopólio concedido pelo Estado a arrendatários por prazos determinados. Assim acontecia, por exemplo, em Hong Kong, onde as *Opium Ordinances* de 1884 e 1887 estabeleciam as regras de importação, posse e venda. Também nas restantes colónias britânicas e neerlandesas do Sudeste Asiático, o direito de exploração era arrendado a privados.

Sem alteração mais visível no funcionamento para o público, assistiu-se, porém, a uma tendência crescente para que os governos assumissem essa

mesma exploração, sob a forma de *régie*, ou seja, dominando todas as fases do processo (importação, exportação, transformação e venda) e detendo as estruturas necessárias ao mesmo.¹ Na Índia britânica, este comércio estava regulado por monopólio, primeiro da Companhia das Índias Orientais e, após 1858, da Coroa. A França estabeleceu essa forma de exploração na Indochina, ainda no final do século XIX, começando pelo estabelecimento da fábrica em Saigão e controlando todo o processo; mais tarde, em 1897, alargou esta forma em toda a colónia, regulando sucessivamente sobre as operações realizadas. A partir de 1893, os neerlandeses adotaram também o monopólio estatal, de início no distrito de Madura e, nos anos seguintes, em todo o arquipélago sob o seu domínio. Em 1914 o sistema foi aplicado em Hong Kong, passando o monopólio para as mãos do governo

Apesar da sua importância generalizada nesta região asiática, assistiu-se ao desenvolvimento de campanhas antiópio e à crescente oposição a este comércio. O empenho moral implícito era acrescido com os novos posicionamentos políticos na Ásia. Deste modo, os Estados Unidos da América, depois de terem entrado nas Filipinas e outras partes do Pacífico e de se expandirem comercialmente para a região, procuraram novos relacionamentos. Neste caminho, em 1909 ocorreu em Xangai a primeira Conferência relacionada com este comércio, a qual teve maior desenvolvimento na de Haia, em 1912. Nesta, os países assentaram na redução progressiva das suas vendas e num controlo mais eficaz, sem, contudo, estabelecerem datas para a extinção do tráfico. As discussões adquiriram então dimensão internacional e evoluíram no sentido de um proibicionismo gradual, apesar dos interesses contraditórios envolvidos.

Em consequência da I Guerra, a Conferência de Paz também se debruçou sobre a questão e, no Tratado de Versalhes, atribuiu à então criada Sociedade das Nações (SDN) a responsabilidade pelos acordos relativos ao tráfico de ópio e outras drogas, além de compelir os países signatários deste Tratado a assinarem e ratificarem a Convenção de Haia. Em 1920, em resolução da assembleia daquela organização, foi adotada a obrigação de controlo destes negócios, criando-se, sob a sua tutela, a Comissão Consultiva do Tráfico do Ópio (CCTO) – em que também participavam os Estados Unidos da América, não obstante não fazerem parte da SDN. A Comissão

¹ Este sistema de *régie* consiste especificamente na administração direta do Estado. Em Portugal, ocorreram algumas destas formas. Assim, a indústria do tabaco teve várias fases, alternando entre este sistema e os monopólios privados. Noutros setores, como fósforos e sal, embora não usando o termo, também se verificaram estas formas de intervenção em alguns períodos. O mesmo tipo de exploração foi usado em países e produções variadas.

tinha como finalidades a reunião de elementos dos vários países e a apresentação de relatórios antes das sessões da Assembleia; trabalhando sobre o comércio de diversas substâncias, um dos seus principais cuidados era promover o sistema de certificados de importação, para maior controlo sobre o mesmo.

Desde o século XVI, a história de Macau teve um papel essencial na ligação mercantil entre o Sudeste Asiático e os países europeus, incluindo nela o comércio do ópio. Na centúria de oitocentos, com alterações radicais na presença europeia na região e no comércio realizado, este produto manteve-se como determinante na economia do território, passando igualmente à exploração monopolista. Também com grande impacto nas finanças locais, a política portuguesa procurou garantir a continuidade deste tráfico, dada a sua relevância financeira.

Esta história do ópio na Ásia tem merecido grande atenção dos historiadores, que lhe têm dedicado estudos sobre os seus diversos ângulos e permitido também a comparação entre a evolução nos diversos espaços (entre outros, Kim 2020; Ours 1995; Goto-Shibata 2006; Timothy, Carr e Kefalas 2012; Salvi 2004; Case 2018; Thorogood 2018; McCoy 2000; Foster 2000). Macau conta com a importante obra de Alfredo Dias Gomes, *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio* para o período de 1909 a 1925, ou seja, entre as conferências de Xangai e de Genebra. Neste artigo prosseguimos com os passos dados em Macau após estes acontecimentos, implicando a necessária conversão do comércio do território. Avança-se até 1930, ano em que a Comissão Internacional de Inquérito a este tráfico esteve na colónia portuguesa, inspecionando a situação em que era feito.

Não obstante as múltiplas possibilidades de análise, interessaram-nos aqui sobretudo as relacionadas com as questões político-económicas da colonização portuguesa. Começando por um enquadramento da situação em meados da década de 1920, continuamos com a aplicação das decisões da Conferência de Genebra em Macau, verificando as resistências que estiveram presentes. O ponto seguinte considera o funcionamento desta nova modalidade e as questões que se colocaram aos responsáveis. Finalmente, confere-se o impacto da visita da comissão de inquérito da SDN. Neste percurso, procuramos avaliar a capacidade da administração macaense para responder aos novos desafios colocados a um setor central da sua vida económica.

Macau no quadro da internacionalização da questão do ópio

Entre as colónias portuguesas, era em Macau que o negócio do ópio tinha maior impacto, constituindo uma das principais fontes de rendimento. Próximo de Hong Kong, a relação que se estabelecia entre os dois territórios alargava-se também a este tráfico, tendo ambos assinado, na década de 1880, um acordo que passava pelo compromisso comum de combate ao contrabando. O seu controlo esteve também associado ao tratado que Portugal fez com a China, em 1887 (entre outros, Dias 2004; Reis 2013).

Nos diversos fóruns internacionais, os portugueses acompanharam as diferentes negociações com os países aliados que se foram apresentando necessários. A proximidade a Hong Kong e o fornecimento pelo Raj continuavam a justificar o papel especial ocupado pela Inglaterra, estabelecendo-se, em 1913, um acordo entre as duas nações. O prazo era de dez anos (sobre as negociações, cf. Reis 2019a).

Com base neste pacto, os ingleses acusaram frequentemente os portugueses de não respeitarem as quantidades acordadas e de fazerem contrabando, em anos sucessivos. Na realidade, indo mais longe, ao compreenderem a necessidade de adaptação ao ambiente internacional desenvolvido, os britânicos começaram a distanciar-se dos interesses macaenses até denunciarem aquele acordo. Aumentaram, então, os obstáculos ao abastecimento a Macau. Deste modo, os primeiros anos da década de 1920 foram marcados por um agravamento das dificuldades da colónia em todos os domínios relacionados com o ópio.

Foi neste quadro que o contrato de exploração monopolista que a sociedade de Lee Hysan (1878-1928) detinha terminou a sua vigência em 1923. Para além da atitude britânica, as convenções internacionais a que Portugal estava sujeito implicaram algumas dúvidas em relação às quantidades passíveis de importação pelo concessionário, conduzindo a um atraso na resolução sobre o caminho a seguir. Para evitar uma perda significativa de receitas, o Governo local e o monopolista avançaram para a assinatura de um *modus vivendi* para resolução temporária. Aberta uma nova praça no final do ano, não houve concorrentes, conduzindo à prorrogação do mesmo acordo, mas agora com uma renda mais baixa, devido à dificuldade na importação de ópio de Calcutá.

Por contratos assinados em 1924, ficaram definidas as quantidades máximas de importação – 360, 330 e 300 caixas em cada um dos anos sucessivos –, mantendo-se o mesmo em vigor até 30 de junho de 1927 e continuando a pressupor-se o abastecimento a partir do Raj. Todavia, outro

acordo permitia o abastecimento de outras proveniências, caso necessário. Previu-se também a redução da renda em função da variação dos preços e das origens do produto. O ópio era importado cru, destinando-se uma parte a reexportação da mesma forma e a outra a ser preparada para consumo local e exportação.

No ano de 1925, este comércio contribuía com \$1.410.000.00 para o rendimento do Estado e realizava-se de acordo com os regulamentos publicados. Outros produtos, como morfina ou cocaína, só tinham usos medicinais.

À semelhança do que ocorria noutras partes, o contrabando era um elemento presente, a que acrescia a falsificação do produto. Com efeito, fora do território vendiam-se latas com o nome “Macau”, mas que não eram aí produzidas. Esta situação era especialmente grave, tanto pela imagem que transmitia como pela informação falsa levada à SDN.² Assistiu-se à continuação destas acusações, com grandes protestos dos responsáveis em Macau, que atribuíam a campanha a tentativas de desviar a atenção de outros centros regionais de tráfico ilícito e aos interesses que visavam afastar a concorrência do produto macaense, de melhor qualidade. Esta situação levou o superintendente do ópio a afirmar, em 1927, que compreendia os movimentos para pôr fim ao consumo em todos os países, mas rejeitava especialmente este, que, segundo dizia, apenas pretendia que Macau perdesse o seu papel neste comércio.³

Passando a outro ângulo, o da vida interna, a realidade é que, à semelhança do que ocorria noutras partes do Oriente, Macau não podia ainda dispensar os rendimentos proporcionados pelo ópio. O território tinha construído um padrão económico baseado na exploração de exclusivos, entre os quais se destacavam os resultantes deste tráfico e os do jogo (*fantan* e lotarias, sobretudo). Tinham já sido consideradas algumas possibilidades de substituir tal forma por outras atividades, como o turismo (cf. Reis 2019c) ou o desenvolvimento comercial, mas que exigiam tempo, além de vontade e capacidades para as concretizar. Era, aliás, nesse caminho que se prosseguia nesse momento, construindo o novo porto, cujo custo elevado também tornava impossível prescindir por enquanto das receitas do ópio.⁴

² AHU, 1467D 1C MU DGCO, Relatórios do Superintendente do ópio (SO) e Diretor de Fazenda, 18/3/1924 e 8/6/1925; Informação, 2.^a repartição, DGCO (Direção Geral das Colónias do Oriente), 10/8/1925, entre outros documentos.

³ AHU, 1467F1C MU DGCO, Relatório do SO, 21/2/1927.

⁴ Por exemplo, AHU, 1040 1H MU DGCO, ofício, DGCO/MNE, 26/11/1925.

Portugal e as Conferências de Genebra

A luta desenvolvida pela SDN contra o tráfico de ópio e de outras drogas – como morfina, heroína e cocaína e seus derivados, cuja produção e consumo estavam em crescimento – levou a que, em 1924/1925, tivessem lugar as duas já mencionadas Conferências internacionais, em Genebra. Enquanto a segunda abrangeu as várias substâncias, procurando que as importações de ópio cru e coca se limitassem apenas a objetivos medicinais e científicos, a primeira, realizada de 3 a 17 de novembro de 1924, teve como tema central o ópio na Ásia Oriental, procurando meios para suprimir o seu comércio e ajudar a China a acabar com a produção e consumo. Ficou aí decidido que os países participantes criariam monopólios governamentais para importação, venda e distribuição daquele produto – a *régie* – e desenvolveriam um maior controlo das trocas, através dos certificados de importação; fixou-se um prazo de 15 anos para extinguir este consumo.

Portugal esteve representado em Genebra por A. M. Bartolomeu Ferreira (1868-1944) e Rodrigo José Rodrigues (1879-1963), este ex-Governador de Macau. Aí se assentou o estabelecimento da *régie* em Macau; todavia, pela existência de um contrato de exclusivo, realizado conforme as determinações da Conferência de Haia, a data da sua implementação ficou sob reserva, adiada até ao fim do período de vigência daquele acordo.⁵

A Convenção Internacional do Ópio foi assinada a 19 de fevereiro de 1925, e a lei de 20 de fevereiro de 1926 determinou a sua implementação. Foi posteriormente confirmada pela carta de 28 de agosto do mesmo ano e complementada com outra legislação. Tratou-se, depois, da sua adaptação às colónias, o que não ocorreu em simultâneo.⁶ Assim, em 1929, ainda se verificava que os decretos publicados em Lisboa, desde 1926, não o tinham sido nos *Boletins Oficiais* de todos os territórios ultramarinos, por se considerar que não se lhes referia, embora o respetivo Ministério ponderasse a sua pertinência, uniformizando a legislação. O despacho do ministro Eduardo Marques, a 5 de agosto de 1929, mandou preparar um projeto de decreto alargando a aplicação daqueles diplomas a todas as colónias.⁷

⁵ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO (Administração do Ópio), 1927-1928, entre outros.

⁶ Por exemplo, AHU, 1030 1F MU DGAPC, ofício, Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SPSN-MNE)/Diretor-Geral das Colónias do Oriente (DrGCO), 22/7/1930; AHU, 1040 1H MU DGAPC, “Rapport Annuel du Gouvernement Portugais pour 1926”.

⁷ AHU, 614 1H MU DGAPC, Informação 52, 2.^a Repartição, DGCO, 30/7/1929. No mesmo processo encontra-se o projeto de decreto.

No quadro do controlo da SDN, assistiu-se algumas vezes ao cuidado com a obtenção de informações sobre o comércio do ópio em cada um dos territórios coloniais. Mais perto de Macau, era em Timor que se encontrava o maior consumo. Estando este ausente dos hábitos da população nativa ou dos europeus, os chineses assumiam o papel de consumidores.⁸ Todavia, o comércio legal do ópio tendia ali à extinção. Numa informação de 1928, o Governador escreveu que não havia descaminhos, pois a comunidade sínica estava empenhada em evitar que os seus membros fumassem ópio e que já só existia um fumatório.⁹ Esta casa fechou depois pela não renovação da licença e, em 1930, apenas as farmácias podiam importar estupefacientes, com autorização do Governo.¹⁰ A preocupação da SPSN/MNE era agora chamar a atenção das autoridades para desenvolverem esforços de forma a evitar a importação clandestina para consumo ilícito.¹¹

Além do Oriente, onde, no geral, a questão assumia maiores proporções, Moçambique passou a ter algum destaque pela denúncia de contrabando com a África do Sul; internamente, o consumo limitava-se à “raça amarela, alguns ingleses e os indianos da Índia Inglesa”, mas só do sexo masculino.¹²

Como membro da CCTO, a Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SPSN/MNE), desenvolveu um trabalho intenso. A organização dos relatórios a apresentar implicava o pedido de numerosas informações, numa correspondência abundante para Portugal; qualquer incidente ou notícia dava lugar à solicitação de esclarecimentos, para que se preparasse para as interpelações que pudessem ser feitas. Além disso, esta representação também se evidenciou pela sua intenção de encaminhar as autoridades para a mudança que se impunha. No relatório que escreveu em 1930, Augusto de Vasconcelos (1867-1951) lembrou as dificuldades do representante nacional naquela Comissão, não só pela situação existente em Macau, onde não se cumpriam as normas, como pela falta de estatísticas e informações, para concluir:

⁸ AHU, 614 1H MU DGAPC, “Relatórios da colónia de Timor sobre o tráfico do opio e outras drogas nocivas, referentes aos anos de 1928 e 1929” (Relatórios, Timor, 1928-1929).

⁹ AHU, 614 1H MU DGAPC, ofício, Governo Autónomo de Timor/Ministro das Colónias (MC), 11/12/1929.

¹⁰ AHU, 614 1H MU DGAPC, “Relatório do tráfico do ópio, da colónia de Timor, referente a 1930” (Relatório, Timor, 1930).

¹¹ AHU, 614 1H MU DGAPC, ofício, SPSN-MNE/MC, 25/2/1931,

¹² AHU, 1467D 1C MU DGCO, ofício, Governador-Geral de Moçambique/MC, 14/10/1927; cópia do ofício, SPSN-MNE/MC, 28/7/1930.

Honra seja aos delegados de Portugal às Assembleias da Sociedade das Nações, que primeiro levantaram o grito de alarme contra a grave situação moral, que assim se creava ao nosso país; honra seja à Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, que desde que foi creada não deixou incessantemente de expor aos Governos a gravidade do problema e em reclamar as providências enérgicas, que êle exigia.¹³

Para o mesmo diplomata, as mudanças introduzidas, a energia colocada na defesa do país, a apresentação atempada dos elementos necessários e a participação ativa nas diversas discussões tinham conduzido à mudança na forma como o país passara a ser considerado internacionalmente.¹⁴

Por outro lado, o Ministério das Colónias mostrou igual interesse na disponibilização de toda a documentação, pois, segundo uma informação produzida no mesmo, a questão do ópio era “uma daquelas a que a S.d.N. liga mais interesse e á qual devemos dedicar toda a atenção pela gravidade que pode revestir para nós”.¹⁵ A falta a essas obrigações passou a ser uma preocupação, como sucedeu com a não integração do relatório de Timor, relativo a 1929, por atraso na receção no relatório geral da SDN.¹⁶

De facto, pelas instruções recebidas, as autoridades coloniais passaram, não só a dar conta de todas as ocorrências, como a enviar relatórios anuais, elaborados segundo as indicações que a SDN disponibilizava e alterava.¹⁷

Macau, o ópio e a soberania após as Conferências de Genebra

A aplicação das disposições da Conferência de Genebra em Macau foi protelada pela existência do contrato de concessão do exclusivo, como atrás se encontra. Este terminou no dia 30 de junho de 1927 e, no dia seguinte, a exploração do fabrico e comércio do ópio passou para a posse do Estado, em regime de *régie*. Todavia, este processo revelou-se complexo, por alterar procedimentos e interesses instalados. Além disso, ocorria num contexto político agitado, com profundas repercussões entre os portugueses.

Após a Grande Guerra, a década de 1920 manteve os interesses estrangeiros nas colónias lusas, que enfrentaram campanhas progressivas de ataque

¹³ AHU, 1030 1H MU DGAPC, Relatório apresentado por Augusto de Vasconcelos/Ministro dos Negócios Estrangeiros (Relatório de A. Vasconcelos), 24/2/1930.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ AHU, 614 1H MU DGAPC, Informação 71, Relatórios, Timor, 1928-1929.

¹⁶ AHU 614 1H MU DGAPC, documentos em Relatório, Timor, 1930.

¹⁷ AHU, 614 1H MU DGAPC, por exemplo, Relatórios, Timor, 1928-1929.

(entre muitos outros, Reis 2019b; Jerónimo 2010; Meneses e Oliveira 2011; Oliveira 2014, 477-478). Este perigo ganhava uma forma diferente à volta de Macau, onde se sentiam as repercussões da agitação chinesa, patente nas greves, manifestações e ataques contra o território português e Hong Kong. Internamente, a China vivia um não menor conflito e divisões políticas, sentidas sobretudo nessa região. A estes elementos acrescia ainda a falta de definição dos limites de Macau, questão que se arrastava como causa para frequentes momentos de tensão com os chineses.

Foi neste contexto que a segunda edição do livro *Macau Histórico*, de Montalto de Jesus, se mostrou problemática, ao defender a entrega de Macau à tutela da SDN. Tratava-se de um ataque direto à soberania portuguesa na fase final da Primeira República, levando o governador Maia Magalhães a proibir a sua circulação e a determinar a destruição dos exemplares existentes.

Assim enquadrado, o responsável pela Legação Portuguesa nos Estados Unidos, em outubro de 1925, ao referir-se às acusações feitas pelo delegado britânico na SDN de que Macau dissimulava a verdadeira quantidade de ópio importado, leu o incidente como parte da campanha que pretendia a saída dos portugueses deste território da Ásia Oriental, “em nome da moralidade ofendida pela presença no Extremo Oriente de uma colônia europeia que se representará como vivendo do jogo, do opio e da prostituição”. Via este ambiente como passível de levar os dirigentes chineses à expulsão dos portugueses de Macau, sem que estes pudessem contar com o apoio britânico ou americano: os primeiros, porque poderiam consolidar-se na China se os portugueses daí saíssem; e os Estados Unidos da América, porque a sua opinião pública se manifestava favorável ao fim de elementos de domínio no mesmo país, como a extraterritorialidade ou a supremacia pautal estrangeira.¹⁸

O delegado português na SDN, em 1929, também se expressou da mesma forma, colocando a questão no âmbito do relacionamento luso-chinês. Fê-lo lembrando que “o Governo chinês está procurando fazer da luta contra o ópio uma arma política, perigosa para as Potências que tem concessões ou territórios na China”. Neste sentido,

[...] é indispensável, que nos apresentemos ilibados de qualquer culpa, sobretudo perante a Potência, que eventualmente terá que nos prestar o seu apoio, se por parte das autoridades chinesas se intentasse qualquer violência contra os nossos legítimos direitos.¹⁹

¹⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia do ofício, legação de Portugal nos EUA, 26/10/1925.

¹⁹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, 7/8/1929.

Outras afirmações continuavam no mesmo sentido, embora também colocando os estrangeiros no quadro de outras vantagens. Deste modo, mostrando a impossibilidade de pôr fim ao tráfico do ópio, devido aos interesses das colônias na Ásia Oriental, o Governador de Macau escreveu, em 1929, que “só a América, interessada em colocar aqui os produtos das suas fábricas de tabaco, tem toda a conveniência em terminar com tal vício”.²⁰

No ano seguinte, ao apresentar o seu relatório sobre a sessão da CCTO ao MNE, Augusto de Vasconcelos também expressou que:

[...] a luta contra o ópio, não teve uma origem tão desinteressada e ideal, como seria a de libertar as populações do Extremo Oriente de um vício tão perigoso, como o de fumar o ópio. A campanha, sob a máscara de um generoso humanitarismo americano, visava os interesses ingleses na Índia, productora da máxima parte do ópio.²¹

Além disso, o mesmo diplomata via a campanha como a “represália americana à boicotagem dos algodões dos Estados Unidos, promovida através dos chineses, pelos algodoeiros ingleses”.²²

As acusações de contrabando mostravam-se, por isso, muito problemáticas, motivando as preocupações dos responsáveis portugueses em mostrar que cumpriam as determinações internacionais relativamente ao tráfico do ópio e que estas ilegalidades não eram da responsabilidade de Macau.

O estabelecimento da *régie*

Num ofício de abril de 1925 enviado ao MNE, perante as questões colocadas pelo embaixador em Inglaterra sobre o cumprimento do contrato com o concessionário, o então Ministro das Colônias e anterior Governador de Macau, Henrique Correia da Silva (Paço d'Arcos), escreveu que “o nosso interesse” impunha a defesa da condição do exclusivo de arrendamento, uma vez que o monopólio estatal já tinha fracassado anteriormente e viria agora provocar consideráveis despesas para a metrópole e uma campanha oposicionista movida pelos interesses lesados; por isso, “A Situação de

²⁰ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, Governador de Macau (GM)/MC, 21/1/1929.

²¹ AHU, 1030 1H MU DGAPC, Relatório de A. Vasconcelos, 24/2/1930.

²² *Ibidem*.

Macau, sem rendimentos suficientes, impede nova experiência”.²³ Outros membros do Ministério mantiveram iguais posições.²⁴

Localmente, as posições das autoridades também contrariavam a mudança. O Governador Tamagnini Barbosa, em agosto de 1926, afirmava que a experiência demonstrava que a *régie* “não convém a Macau”, advogando antes um sistema mais eficaz de fiscalização e superintendência.²⁵ No final desse ano, num telegrama em que pediu informações sobre o número de caixas de ópio britânico com que podia contar para a *régie*, considerou também a possibilidade de aproveitar o facto de grande parte dos países não ter retificado o protocolo para manter o monopólio por mais dois anos, com perspectiva de maior renda.²⁶

O objetivo expresso era, portanto, manter a prática que vinha a ser seguida e que era comum a outras atividades económicas. Era, porém, contrariado pelo compromisso assumido na Conferência de Genebra e, de forma mais próxima, pela pressão inglesa para esta mudança.

Com efeito, depois da denúncia do contrato de 1913, a 31 de dezembro de 1923, em Hong Kong, entraram em vigor algumas restrições à importação e trânsito do ópio que por aí passava para Macau.²⁷

A intenção dos governantes portugueses era garantir o fornecimento da Índia britânica, conseguindo um acordo semelhante ao que vigorara até 1923 e, dessa forma, assegurar o contrato assinado com Lee Hysan. Porém, os responsáveis britânicos manifestavam agora uma posição diferenciada na sua política, no quadro de um novo relacionamento internacional; assim, em 1924, os governos de Inglaterra e do Raj decidiram não permitir a exportação a partir daquela colónia com destino a Macau. Usavam esta arma como pressão para terminar o sistema de concessão do monopólio, ao qual atribuíam abusos e o aumento do contrabando. Procurando ultrapassar o problema, as autoridades portuguesas recorreram às diversas intermediações possíveis. Com maior ênfase, depois de algumas negociações fracassadas na embaixada inglesa em Lisboa, o Executivo português incumbiu o seu embaixador em Londres de tentar negociar um novo acordo que pusesse fim a esta interdição.²⁸

²³ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, MC/MNE, 23/4/1925.

²⁴ AHU, 1040 1H MU DGAPC, informação 58, DGCoR, 31/5/1927.

²⁵ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/MC, 2/8/1926.

²⁶ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, GM à DGCoR, 31/12/1926.

²⁷ AHU, 1040 1H MU DGCoR, informação, 2.^a repartição, DGCoR, 10/8/1925.

²⁸ AHU, 1040 1H MU DGCoR, cópia do ofício, DGCoR/MNE, 26/11/1925, ofício confidencial, Norton de Matos/MNE, 4/4/1925, entre outros.

De facto, o embaixador Norton de Matos procurou obter o consentimento das autoridades inglesas para a exportação para Macau, embora consciente da dificuldade em alterar a posição da Grã-Bretanha perante a SDN, a opinião pública do país e o seu relacionamento com os Estados Unidos da América.²⁹

A questão também se desenvolveu noutro sentido: apesar de a sua decisão inicial ser paralela à da sua colónia, o Executivo londrino passou a argumentar que aquela se aproximava cada vez mais da situação dos domínios, com maior autonomia para estas decisões. E, de facto, o Governo colonial manteve a sua intransigência, exigindo maior fiscalização às autoridades de Macau.³⁰ Estas, em conjunto com as de Lisboa, debalde protestavam que os portugueses estavam a cumprir os compromissos de Haia, reduzindo progressivamente o consumo.

A consequência deste boicote era a possibilidade de o concessionário exigir uma redução das rendas que pagava.³¹ Depois disso, o estabelecimento da *régie* não alterou o quadro, o que levou os responsáveis portugueses a tentar assegurar esse abastecimento. Recorreram mesmo ao governador de Hong Kong, que se comprometeu a desenvolver esforços para mudar a situação. Todavia, todas as diligências se mostraram inúteis.³²

A DGCOr considerava “essas medidas uma aberta hostilidade para nós”, quando se esperava o contrário, devido a todas as diligências realizadas pelos portugueses. A injustiça era agravada por prosseguir o fornecimento a outros locais, como Índias Neerlandesas, Estreitos, Indochina, Sião e Colónia de Hong Kong.³³

Foi nestas circunstâncias que a SPSN/MNE exerceu maior pressão sobre o Executivo português para alterar a forma de exploração. Em ofício ao Ministro das Colónias, realçou que Portugal tinha compromissos formais para instalar a *régie*; que a prorrogação do monopólio existente constituiria um erro e que “Os perigos para a colónia de Macau seriam muito mais graves, se creássemos semelhante situação, do que todos os que possam decorrer de uma diminuição de receitas, por mais considerável que seja”. Neste sentido solicitou também maior fiscalização.³⁴ Em consequência,

²⁹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofícios, embaixador em Inglaterra/MNE, 13/5/1925, 29/5/1925, entre outra correspondência.

³⁰ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, embaixador em Inglaterra/MNE, 28/5/1925.

³¹ AHU, 1040 1H MU DGAPC AHU, 1040 1H MU DGAPC, informação, chefe da 2.^a repartição, DGCOr, 11/9/1925.

³² Numerosos documentos nas várias pastas em AHU, 1040 1H MU DGAPC e 1067D 1C MU DGAPC.

³³ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928 e outros.

³⁴ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, SPSN-MNE/MC, 13/1/1927.

um telegrama ministerial dirigido a Macau dava conta desta opinião e mandava instalar o monopólio governamental na data acordada.³⁵ O Governador ainda resistiu e, voltando a insistir no acordo de fornecimento com a Índia inglesa, escreveu para Lisboa, afirmando que estava a estudar este sistema.³⁶ Todavia, um novo telegrama do Ministro comunicou-lhe que as anteriores ordens eram determinantes.³⁷

Houve, portanto, de mudar a estratégia e tentar encontrar outras alternativas para aumento dos rendimentos, suprimindo os que eventualmente se perdessem na exploração do ópio. Deste modo, publicou-se um diploma legislativo, restabelecendo o imposto sobre o consumo de tabacos e bebidas alcoólicas. Em simultâneo, um outro diploma legislativo, de 6 de abril, estabeleceu a *régie*, cabendo ao Estado a importação, preparação, venda e distribuição do ópio a partir de 1 de julho desse ano. Em complemento, a 21 do mesmo mês, foi criada a Inspeção dos Impostos de Consumo, organismo que dirigia aquele negócio (acabando com a antiga Superintendência do Ópio) e aqueles dois impostos sobre o consumo. Segundo o Governador de Macau, esta instituição seguia os modelos ingleses usados em Hong Kong. Cumpria as indicações vindas de Lisboa, alterando-se apenas a data enviada no telegrama para o dia 1 de julho, para possibilitar a conclusão do contrato vigente.

Publicados em Macau, estes documentos seguiram o processo de aprovação na metrópole, onde se colocaram questões relacionadas sobretudo com o pessoal necessário. No aspeto das convenções internacionais, também a SPSN/MNE analisou o diploma relativo à criação da *régie*, para se pronunciar positivamente. Por fim, a 24 de junho, um telegrama ministerial enviado a Macau aprovou o Diploma Provincial que passava a exploração do comércio e a preparação do ópio para administração direta pelo governo local.³⁸

Em complemento, no último dia de junho, foi publicado o Regulamento Geral do Ópio, conforme os acordos de Genebra. No ano seguinte, a 17 de novembro de 1928, a Inspeção dos Impostos de Consumo viu ser-lhe atribuída a capacidade para realizar atos de fiscalização com o objetivo de reprimir o comércio ilícito de drogas e outras substâncias nocivas.³⁹ Os serviços

³⁵ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, MC/GM, 18/1/1927.

³⁶ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, GM, 12/2/1927.

³⁷ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, MC/GM, 17/2/1927.

³⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC, processo sem indicação (76 docs.) e processo “1927. Diplomas legislativos de Macau. N. 17, 18 e 22. Opio, bebidas e tabaco”; AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

³⁹ AHU, 614 1H MU DGAPC “Relatório da Inspeção dos Impostos de Consumo de Macau Referente ao Ano Civil de 1928, sobre o Tráfico do Opio e Outras Drogas Nocivas”.

da fiscalização foram reorganizados em 1929, com a substituição daquele organismo pela Inspeção dos Serviços Económicos.⁴⁰

O funcionamento

Criada pela legislação, a *régie* começou a funcionar com os materiais e ópio comprados à antiga firma concessionária. À sua frente encontrava-se Pedro José Lobo (1892-1965), que merecia grande confiança e encómios do Governador,⁴¹ enquanto o auxiliar técnico era Lui Kim Butt. Joel José Choi Anock (1867-1945) também estava ligado a esta repartição, que contava com poucos funcionários; quando necessário, eram contratados alguns trabalhadores chineses eventuais.⁴²

A partir do momento em que o monopólio do Estado ficou sob a direção governamental, sempre que a fábrica necessitava de importar ópio, apresentava a solicitação à Inspeção dos Serviços Económicos, que a fazia seguir para a Direção dos Serviços da Fazenda, de onde passava ao Governador. Este ouvia o parecer da comissão permanente do Conselho de Governo e, se contava com a sua aprovação, remetia o despacho novamente à Inspeção dos Serviços Económicos, que emitia o certificado. Este documento voltava ainda ao Governador para obter o visto e ser carimbado. Como o ópio chegado da Pérsia transitava por Bombaim, tornava-se ainda necessário o visto do cônsul britânico. Daquele porto indiano, o produto era dirigido a Hong Kong, de onde, finalmente, chegava a Macau, para ser descarregado na presença do Inspetor dos Serviços Económicos e do Administrador do Ópio. Depois de preparado na fábrica, era vendido em caixas de metal ou barro, com as etiquetas da *régie*. A transação fazia-se através de agentes autorizados, que ganhavam 2% sobre as vendas. Estava interdita a entrada de menores e de mulheres nos fumatórios.

O preço do ópio tinha em conta, além dos meios de produção, uma taxa de lucro até 35%. Era inferior ao desejado, mas não podia ser mais elevado para evitar a possibilidade de aumento do tráfico ilícito.⁴³

⁴⁰ AHU, 614 1H MU DGAPC DL n.º 73, 9/7/1929, “Relatório da colônia de Macau sobre o tráfico do opio referente ao ano de 1929”.

⁴¹ AHU, 1467D 1C MU DGCO, cópia da ata, Conselho de Governo, 11/10/1927.

⁴² AHU, 1467D 1C MU DGCO, idem, 20/9/1927.

⁴³ AHU, 614 1H MU DGAPC, “Informações suplementares ao Relatório do Tráfico do Opio e outras drogas nocivas referentes ao ano civil de 1929” (Informações suplementares 1929); AHU, 1040 1H MU DGAPC, *Comissão de Inquérito ao Controle do Ópio de Fumar no Extremo Oriente. Questionários e Respostas*, “Instruções para a elaboração de Relatórios anuais a enviar á Sociedade das Nações sobre Comercio de Opio. Macau”.

Logo de início, houve que resolver outros aspetos práticos na organização interna. Assim sucedeu com o orçamento, no qual o Governador propôs inscrever uma parte do rendimento do ópio como integrando as receitas do tabaco, baseado no que constava sobre Hong Kong.⁴⁴ Todavia, tal não lhe foi permitido pelo Ministro, que expressamente indicou que era obrigatória a apresentação correta de todas as contas.⁴⁵

Nos anos que se seguiram, foram três as questões essenciais que se desenvolveram em Macau: o abastecimento, a justificação para o aumento da importação e a rejeição das acusações de contrabando. Porém, também foi necessário enfrentar a campanha movida pelo antigo arrematante.

A perda dos privados: a reação do concessionário

A *régie* iniciou-se num difícil processo movido pelo anterior arrematante, apoiado por outras figuras, com ataques não só ao Governador como também aos funcionários Pedro José Lobo, Lui Kim Butt e Joel José Choi Anock.

Lee Hysan começou por pedir a prisão de Butt pela polícia de Hong Kong. Depois fez circular vários documentos e apresentou uma exposição, em que realçou todos os serviços prestados a Macau e fez diversas insinuações: aquele seu antigo funcionário fora contratado traiçoeiramente e prosseguira o negócio em nome próprio; tinham sido empregados outros chineses conhecidos como contrabandistas; fora formada uma nova companhia, denominada “Yau Shing”, para continuação do monopólio, etc. Em resposta, Pedro José Lobo apresentou uma ação judicial contra Lee Hysan no tribunal de Hong Kong, cujo resultado surpreendeu a todos por ser favorável a este chinês. Por outro lado, tendo desenvolvido um processo de inquirição no consulado na colónia britânica, as autoridades macaenses acusaram o antigo concessionário de contradições e falsidades.

Em simultâneo, desenvolveu-se uma outra ação movida pelos antigos sócios de Lee Hysan, que protestaram contra esta campanha e avançaram para o tribunal de Macau, acusando aquele e Ko Ho Neng de se recusarem a restituir-lhe o capital. Numa outra ação judicial em Hong Kong, exigiram a prestação de contas.⁴⁶

⁴⁴ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia do telegrama, GM/MC, 8 e 19/7/1917, Processo sem indicação (76 docs.).

⁴⁵ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia do telegrama, MC/GM, 14/7/1927.

⁴⁶ AHU, 614 1H MU DGAPC; “Campanha de Li-Hi-San, antigo arrematante do opio, em Macau”; AHU, 1467D 1C MU DGCO, Relatório da AO, 1927-1928.

O abastecimento

A Índia britânica era, habitualmente, a principal fornecedora do ópio preparado e fumado em Macau, como referido. Todavia, face às críticas internacionais e à mudança que se anunciou, aquela colónia iniciou uma política de redução progressiva das exportações, o que colocou problemas mesmo a outras possessões (Goto-Shibata 2006, 68-69).

Embora conservando-se a esperança nas negociações em Londres, foi necessário encontrar outros fornecedores e obter o produto da Indochina, pelo que se travaram também negociações no Oriente e em França.⁴⁷ Em Genebra, Augusto de Vasconcelos conversou com o representante daquele país; posteriormente, integrado na política com tendências controladoras que vinha a seguir (Hansen 2001), o seu ministro em Paris manifestou ao seu congénere português na mesma cidade o interesse do seu Governo em concluir um acordo de fornecimento com Portugal, mas colocando diversas questões. O assunto passou pelas autoridades portuguesas e pelo Governo de Macau, que não tinha desistido de outros abastecimentos.⁴⁸

Ao mesmo tempo, também houve necessidade de recorrer ao ópio da Pérsia, não obstante a sua inferior qualidade, e, para atender às exigências dos consumidores, de incluir 10% de morfina.⁴⁹

Apesar de outros fornecimentos em resposta às necessidades, a exigência do ópio do Raj continuou, com o argumento de responder às exigências dos fumadores: os hábitos não se mudavam facilmente e aquela era a qualidade a que se tinham acostumado.⁵⁰ As autoridades macaenses expressaram estes anseios nos vários documentos,⁵¹ mas procuraram meios de resolver “a injustiça” à colónia portuguesa. Deste modo, ao preparar-se a ida a Macau de uma Comissão de Inquérito, em 1930, o Governador deste território inscreveu a questão como uma das essenciais. Assim, logo aquando da manifestação de interesse pela vinda da Comissão, considerou ser adequado mostrar “que justo seria envolver modificação desigual tratamento Índia Inglesa

⁴⁷ AHU, 1040 1H MU DGAPC, sobretudo “Ópio da Indo-China. Negociações para o seu fornecimento”; AHU, 1855 1C MU DGCO, telegrama confidencial, GM, 29/3/1928.

⁴⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC. “Sobre exportação de Ópio da Pérsia para as nossas colónias, nomeadamente para Macau” (exportação Pérsia/Macau).

⁴⁹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia do ofício, Inspecção dos Impostos de Consumo; AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

⁵⁰ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

⁵¹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, “Processo sobre as negociações para um novo acordo com o governo Inglês para a permissão da importação de ópio da Índia Inglesa destinada a Macau”.

excluindo Portugal nações favorecidas matéria prima”.⁵² A questão esteve sempre presente, sustentando-se na necessidade de satisfazer o gosto dos clientes, sob pena de aumentar o consumo ilícito.

O aumento da importação

Apesar da tendência expressa nos documentos para que o consumo se extinguisse, este deveria ser um processo gradual, pelo que as quantidades importadas, produzidas e vendidas passaram a ser uma questão importante e sob constante escrutínio.

Logo no início das negociações em Londres, foi solicitado um número de caixas superior ao que era fornecido anteriormente. No ofício do Governador Tamagnini Barbosa, por exemplo, considerava-se que esse quantitativo não deveria ser inferior a 360 caixas.⁵³

A *régie* iniciou-se com a aquisição de ópio ao antigo monopolista, a que se acrescentaram outras cinco caixas apreendidas e importadas de Hong Kong.⁵⁴ Após este estabelecimento, continuou a verificar-se a pretensão a uma maior quantidade de importação. Já no relatório de 1927-1928 se enunciava a intenção de fixar as compras em 500 caixas por ano; a quantidade justificava-se pelo cálculo populacional e de prováveis fumadores; nesse momento, quando havia dificuldades de abastecimento, vendiam-se cerca de 5000 potes por dia, mas a procura era muita.⁵⁵

Na realidade, e apesar das tendências reducionistas, verificou-se igualmente o aumento do consumo noutros locais, por diversas razões (Goto-Shibata 2006; Ours 1995); para as autoridades macaenses, tratava-se também de seguir este crescimento nas colónias vizinhas.⁵⁶

Com efeito, nos anos que se seguiram, houve um acréscimo de importações e consumo, como se observa no quadro abaixo (fig. 1).

⁵² AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, GM/MC, 7/7/1927.

⁵³ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/MC, 2/8/1926.

⁵⁴ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia do telegrama confidencial muito reservado, GM/MC, 8/7/1927. Na cópia de ofício da Inspeção dos Impostos de Consumo encontra-se que a *régie* se iniciou com 75 caixas de ópio adquiridas ao ex-concessionário e 14 fornecidas pelo Governo de Hong Kong, após grande insistência.

⁵⁵ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório AO, 1927-1928. Com o mesmo número de fumadores previsto, num documento da Inspeção dos Impostos de Consumo, em 1928, dizia-se que Macau tinha direito de importar, pelo menos, 480 caixas por ano. In AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia de ofício, Inspeção dos Impostos de Consumo, in exportação Pérsia/Macau.

⁵⁶ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

Este aumento da importação foi mais visível de 1928 para 1929, e os números espantaram a SPSN/MNE, para a qual a importação não deveria ultrapassar as 380 caixas, número fixado no antigo acordo com a Grã-Bretanha.⁵⁷ Para o Governo local, o incremento justificava-se com o critério populacional e a luta contra o tráfico ilícito. Assim, partindo do princípio de que 60% da população fumava, estimava-se que os fumadores seriam aproximadamente 92 503; se cada comprador médio consumisse 18 taéis, o quantitativo indicado apenas chegaria para 21 000 fumadores, o que implicaria a existência de contrabando numa escala significativa. Em suma, apesar do aumento verificado, ainda não correspondia às necessidades e também se destinava à redução do contrabando.⁵⁸ Argumentava-se assim com a escolha entre o aumento do lícito ou do ilícito.

Anos	Importação de ópio cru – caixas			Consumo de ópio preparado (taéis)		
	Indiano	Persa	Quilogramas	Indiano	Persa	Total
1920	576		40 320	280 000,0		280 000,0
1921	325		22 750	200 000,0		200 000,0
1922	475		33 250	240 000,0		240 000,0
1923	290		20 300	368 000,0		368 000,0
1924	260		18 200	150 000,0		150 000,0
1925	340		23 800	175 000,0		175 000,0
1926	88	276	25 480	110 000,0		110 000,0
1927	14*	285	20 930	14 000,0	179 630,3	193 630,3
1928		100	7000		180 914,0	180 914,0
1929		400	28 000		282 907,0**	282 907,0**

1 Evolução da importação e consumo de ópio em Macau.⁵⁹

* Ano de 1927 – 14 caixas cedidas pelo Governo de Hong Kong para as necessidades imediatas.

** 1929 – Só de janeiro a novembro.

⁵⁷ AHU, 614 1H MU DGAPC, ofício, Augusto de Vasconcelos à DGCO, 2/6/1930.

⁵⁸ AHU, 614 1H MU DGAPC, “Relatório do tráfico do ópio e outros estupefacientes, referido ao ano de 1930, da colónia de Macau” (Relatório Macau 1930).

⁵⁹ Baseado em AHU, 1040 1H MU DGAPC, Comissão de Inquérito ao Controle do Ópio de Fumar no Extremo Oriente. Questionários e Respostas.

Noutra comunicação, salientou-se a atuação segundo os princípios dos acordos de Genebra, que davam a Macau o direito de importar o número de caixas de ópio cru correspondentes às suas necessidades de consumo local, sem atender a quantitativos anteriores; e, voltando à questão demográfica, assinalava o aumento da população, domiciliada e flutuante. Aduziam-se outros fatores justificativos: o bom funcionamento da *régie* exigia a manutenção de um *stock* regular para que não escasseasse o produto aos compradores da colónia; era necessário realizar atempadamente os contratos de fornecimento de matéria-prima, para evitar o seu encarecimento; os números mais baixos de 1928 também se tinham ficado a dever às partes aproveitáveis dos confiscos; estes valores não tinham sido contestados internacionalmente.⁶⁰ Por outro lado, numa informação de 1928, já fora considerado que, devido ao contrabando em larga escala, não obstante a fiscalização, houvera uma baixa do consumo sem que tal significasse redução do número de fumadores.⁶¹

Em junho de 1930, a situação apresentou-se com outros contornos. Segundo o ofício da SPSN/MNE ao Ministro das Colónias, o Governo britânico pretendia estender a Sarawak e Bornéu do Norte o regime então existente para o fornecimento do ópio preparado às possessões e protetorados britânicos da Península de Malaca, onde o fornecimento dependia da fábrica governamental dos Estabelecimentos dos Estreitos, em Singapura. Tal contrariava o disposto na Convenção de Haia e no Acordo de Genebra; além disso, a reserva que o delegado britânico manifestara na 14.^a sessão da Conferência de 1912 cingia-se aos acordos existentes para fornecimento na Península de Malaca. Perante esta limitação, o Governo britânico solicitava dos Estados participantes no Acordo de 1925, entre os quais Portugal, o consentimento para estender tal regime àquelas duas possessões. Em resposta, o MNE concedeu a permissão com reserva de poder aplicar o mesmo às colónias portuguesas, se necessário, considerando essencialmente que a *régie* de Macau forneceria ao Governo timorense o ópio preparado que fosse preciso para fumatórios autorizados e consumidores. Porém, consultada a autoridade de Timor, verificou-se que já estava encerrada a única casa de fumar.⁶²

⁶⁰ AHU, 614 1H MU DGAPC, “Elementos elucidativos acerca da importação e consumo do opio, na colonia de Macau, no ano civil de 1929”.

⁶¹ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

⁶² AHU, 614 1H MU DGAPC, ofício confidencial e reservado, SPSN-MNE/MC, 20/6/1930.

Diferente foi a posição de Macau, cujo Encarregado de Governo enviou para Lisboa um telegrama onde se lia “Assunto especial importância esta colônia convindo não dar qualquer resposta pedido Inglaterra sem Macau informar”.⁶³ Nesse momento, o Governador estava ausente e o seu substituto pretendia ganhar tempo até à sua chegada e resolução, “visto assunto muito importante interesses Tesouro Colônia”.⁶⁴ Ou seja, a Macau interessava incentivar o consumo de ópio em Timor, aumentando a procura do que produzia e, dessa forma, aumentando os seus rendimentos.

Porém, o Ministério das Colônias considerou de forma diferente e, pela informação da DGCO, o assunto estava resolvido e comunicado ao MNE, havendo extensão completa do consumo sem atender à solicitação macaense devido aos compromissos internacionais a que Portugal estava obrigado, de redução gradual do consumo do ópio na Ásia Oriental: “De resto, não parece defensável, e até nos seria prejudicial, irmos desenvolver esse vício numa colônia onde, praticamente, ele não existe”.⁶⁵

As acusações de contrabando

O estabelecimento da *régie* trazia ao Estado não só a função de importar, preparar e vender o ópio, mas também de impedir a exportação a partir de Macau, alterando a prática aí habitual. Deixou também de ser feita a reexportação de ópio cru, que acontecia excecionalmente. Desta forma, a saída de ópio integrava a categoria de contrabando, com todas as consequências daí advindas. Como se lia num telegrama da DGCO insistindo em medidas que reprimissem esta prática, “doravante em sistema *régie* todo contrabando será pelo menos com cumplicidade Estado, o que nos traria desqualificação internacional”.⁶⁶ Havia, por isso, grande cuidado em mostrar a eficácia da fiscalização, a qual se media pelo número de apreensões, que tinha sofrido um grande aumento (fig. 2).⁶⁷

⁶³ AHU, 614 1H MU DGAPC, telegramas de 23/1 e 3/2/1931 à DGCO.

⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ AHU 1040 1H MU DGAPC, telegrama, DGCO para o GM, 24/6/1928.

⁶⁷ Por exemplo, AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório da AO, 1927-1928.

Ano	Número
1919	10
1920	29
1921	22
1922	8
1923	5
1924	8
1925	13
1926	6
1927	54
1928	119
1929	142

2 Número de transgressões.⁶⁸

Porém, continuando uma situação que vinha de trás, mantiveram-se frequentes as acusações de contrabando ligadas a Macau, como consumidor ou produtor. De todas se fazia comunicação ao representante português nos organismos internacionais, que solicitava a todo o momento informações, as quais serviam “não só para informar convenientemente como para mostrar em Genebra o cuidado com que estão organizados os nossos serviços”.⁶⁹

As acusações referiam-se a destinos tão diversos como, entre outros, Estados Unidos da América, URSS, Austrália, Índias Neerlandesas, Hong Kong. Num dos casos ocorridos nesta última colónia, verificou-se que o ópio provinha dos transgressores já presos anteriormente, os quais tinham estabelecido uma fábrica clandestina em 1928.⁷⁰

Note-se também que, apesar de ter uma pequena expressão no geral e de não constar como central nesta comunicação, em 1928 fez-se uma importante apreensão de heroína em Macau; sem provas, suspeitava-se no entanto da existência de uma organização clandestina dedicada ao fabrico de drogas e à sua exportação para a China.⁷¹

⁶⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC, Comissão de Inquérito ao Controle do Ópio de Fumar no Extremo Oriente. Questionários e Respostas.

⁶⁹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, SPSN-MNE/DrGCO, 29/6/1929.

⁷⁰ AHU, 1040 1H MU DGAPC, “Afirmções contidas no relatório do Inspector das Importações e exportações de Hong-Kong” e “Autos de transgressões Nos. 147, 147-A e 147-B, respeitantes ás apreensões de maquinismos, ópio e invólucros de ópio feitas pela Policia Administrativa de Macau, na noite de 28 de Janeiro de 1929”.

⁷¹ AHU, 1030 1H MU DGAPC, “Apreensões de heroína. Opio”.

Por via de regra, as muitas apreensões davam lugar a inquéritos que mostravam que se tratava de falsificações de forma a imitar a origem na *régie*,

[...] afim de desviar para ela a atenção das competentes autoridades e evitar que assim suspeitas recaiam sobre o local onde de facto ele se encontra a fazer as manobras de contrabando.⁷²

Em 1930, devido às numerosas acusações de contrabando feito a partir de Macau, a Comissão de Inquérito sugeriu a este território a adição de uma substância química inerte ao ópio preparado pela *régie*, para reconhecimento da sua autenticidade e estabelecimento das diferenças relativamente às falsificações. Aceite a sugestão, a questão foi tratada de modo confidencial com Lisboa e colocada em prática.⁷³

Mas, além do comércio ilícito envolvendo nações estrangeiras, fornecedoras ou consumidoras, verificavam-se também apreensões internas. Segundo o parecer das autoridades no relatório de 1929, o regulamento não era fácil de aplicar devido à psicologia dos chineses, contra as normas, e porque as mentalidades viciadas não admitiam medidas restritivas:

Mister é pois, admitir-se a priori que não há Estado nenhum que em presença de uma psicologia sui generis possa afirmar e admitir categoricamente que a execução dos regulamentos, restringindo o uso e a venda dos estupefacientes, possa realizar-se sem nenhuma dificuldades.

Juntava-se-lhes o facto de os mais pobres procurarem o fornecimento mais económico, mesmo que de inferior qualidade. Em consequência, não obstante as medidas, não conseguiam evitar as transgressões.⁷⁴

Eram, todavia, bastantes as apreensões. Entre elas contavam-se as realizadas em fumatórios ilegais, alguns usando ainda o ópio dos antigos monopolistas.⁷⁵

Em 1930, apesar de se considerar que as disposições em vigor satisfaziam as exigências, o Governo pretendeu reprimir mais eficazmente o tráfico ilícito, propondo a expulsão dos contrabandistas do território. A proposta foi aprovada no Conselho Legislativo; preparou-se depois um novo

⁷² AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, GM, 1/8/1928.

⁷³ AHU, 1030 1H MU DGAPC, informação 80, 2.^a repartição, DGCO, 2/10/1930, ofícios, 2.^a repartição, DGCO/general Aquiles Machado, 14/10/1930 e 20/4/1931, etc.

⁷⁴ AHU, 614 1H MU DGAPC, Informações suplementares 1929.

⁷⁵ Vejam-se listas, por exemplo, em AHU, 1040 1H MU DGAPC, “Apreensões de Opio e outros estupefacientes e Designação do destino que lhes é dado”.

Regulamento de Fiscalização Administrativa para fabricação, importação e exportação, comércio e venda de estupefacientes, conforme as orientações da CCTO no relatório de 1928.⁷⁶

A Comissão de Inquérito da SDN

Em junho de 1928, uma nota da embaixada britânica em Lisboa transmitia ao MNE a resolução do seu Governo de propor à SDN que uma Comissão de Estudo sobre a questão do ópio fosse enviada à Ásia Oriental; perguntava pela disponibilidade lusa para a convidar a visitar os seus territórios, tal como tencionava fazer com franceses e holandeses. Junto vinha um *memorandum* britânico, mostrando as preocupações com a continuação do tráfico, incluindo contrabando. O Governador de Macau respondeu que seria inconveniente negar a adesão àquela vinda, até mesmo na perspetiva de voltar a contar com o abastecimento indiano, e que se poderia aceitar a visita sem receio.⁷⁷

A proposta britânica foi bem-recebida e uma comissão liderada pelo diplomata sueco Eric Ekstrand seguiu um longo percurso na Ásia Oriental, tendo partido de Genebra a 4 de setembro de 1929 e só aí regressando a 12 de maio do ano seguinte. Em cada um dos pontos do percurso, recolhia informações junto das pessoas relacionadas com os monopólios do ópio, de outras personalidades ou organizações ligadas aos setores económicos e saúde ou mesmo dos próprios fumadores (*Commission of Enquiry into the Control of Opium-Smoking in the Far East. Report to the Council 1930*).

A previsão da ida dos membros da comissão a Macau justificou o cuidado com a logística adequada, incluindo a preparação dos aposentos do chefe da missão no próprio palácio do Governo. Além desses aspetos, analisaram-se os elementos relacionados com os interesses económicos, tendo o Governador chegado a mostrar ao Executivo de Lisboa como seria importante a sua deslocação a Genebra para conferenciar com os delegados portugueses na SDN.⁷⁸

Esta autoridade apresentou as quatro questões essenciais a considerar e que traduziam os grandes anseios dos últimos anos: a “impossibilidade actualmente supressão radical consumo opio colonia”; a constatação do

⁷⁶ AHU, 614 1H MU DGAPC, Relatório Macau 1930.

⁷⁷ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, GM/MC, 7/7/1927.

⁷⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/MC, 17/1/1929.

aumento do contrabando, apesar dos esforços para o combater; o reconhecimento do direito de Macau importar o ópio da Índia, devidos aos hábitos dos consumidores; a justificação para um aumento do consumo a partir do concomitante aumento populacional.⁷⁹

A questão do abastecimento indiano suscitou, desde logo, divergências entre as autoridades de Macau e o delegado ao CCTO, que não a considerava uma questão oportuna, uma vez que o Governo britânico e o da sua colónia indiana tinham sempre respondido categoricamente contra a mesma; o argumento de satisfação dos consumidores também não se mostrava adequado, “quando todos os países se empenham, ou pretendem fazer crer que muito se empenham, na supressão do vício”.⁸⁰ O Governador manteve esse assunto, propondo-se integrá-lo mesmo no programa, levando Augusto de Vasconcelos a telegrafar de Genebra para solicitar que isso não viesse a suceder, pois permitiria aos governos de Londres e da Índia a preparação de uma recusa; quando muito, seria tratado sem menção anterior.⁸¹ Assim aconteceu, de facto, salientando-se novamente a injustiça feita à colónia.⁸²

A nível mais geral, os quatro pontos considerados pelo Governo macaense enquadravam-se, segundo o mesmo, no referido *memorandum* britânico, pois “O nosso procedimento nesta questão do ópio deve ser, quanto possível, norteado pelo da Inglaterra procedendo de maneira a não sermos prejudicados”.⁸³

A Comissão de Inquérito deslocou-se de Hong Kong a Macau entre 21 e 25 de janeiro de 1930 e inteirou-se de todos os aspetos que o Governo local entendeu, ou que a mesma pretendeu conhecer. Terá também inquirido cinco funcionários do monopólio, seis outras pessoas relacionadas com diversos departamentos governamentais, um representante da comunidade chinesa e dois elementos dos serviços de medicina. A impressão transmitida pelo Governador foi de que a Comissão tinha ficado impressionada com o funcionamento da *régie* e de todo o serviço, levando-o a exclamar “que algum benefício adveio para a Colónia”.⁸⁴

No seu relatório, aquela delegação reconheceu que o domínio estatal do monopólio tinha contribuído para a redução do tráfico ilícito e que, de facto,

⁷⁹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, telegrama, GM, 17/11/1928.

⁸⁰ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, SPSN-MNE/MC, 20/11/1928.

⁸¹ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício urgente, SPSN-MNE/DrGCO, 27/8/1929.

⁸² AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia da exposição apresentada pelo Governo à Comissão de Inquérito.

⁸³ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/MC, 21/1/1929.

⁸⁴ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/DrGCO, 27/3/1930.

o contrabando que chegava não se devia à *régie*. Aliás, indo mesmo mais longe, colocava Macau em posição paralela à de Hong Kong: com um grande número de pessoas, de mercadorias e de navios de pesca em constante trânsito de e para a China, tornava-se impossível controlar de modo adequado o contrabando. Além destes aspetos, considerou Macau, a par de outros locais como Hong Kong, profundamente ligado à China e, portanto, um lugar onde se tornava difícil controlar a desejada redução de consumo. Por outro lado, à semelhança do que sucedia noutros territórios pequenos na Ásia Oriental, a percentagem dos resultados de exploração do ópio nos rendimentos locais era muito alta: em Macau, no período de 1928-1929, correspondia a 22,16%. Desta forma, o Governo local tinha de encontrar outras fontes de receita que compensassem a perda das que provinham do ópio.

Num outro âmbito, a análise interna realizada concluía que os estabelecimentos associados à venda estavam a diminuir: as licenças para vendedores eram 90 em 1919, tendo baixado para 73 em 1927 e para 43 em 1930. Os fumatórios, que eram 65 em 1927, tinham descido para 63 em 1929 (*Commission of Enquiry into the Control of Opium-Smoking in the Far East. Report to the Council* 1930, I:12, 41, 47, 93-97, 124).

No ano seguinte, quando a Comissão consultiva fez novas recomendações para o controlo do tráfico ilícito, o Inspetor dos Serviços Económicos de Macau, Pedro José Lobo, pôde afirmar que as novas normas vinham ao encontro do que vigorava em Macau.⁸⁵

Conclusão

Tornado uma questão moral para a humanidade, o tráfico do ópio entrou nos acordos e organismos internacionais, visando a sua abolição. Todavia, as disposições assinadas revelaram-se difíceis de aplicar em muitas regiões onde os hábitos ou a economia se ligavam fortemente àquele comércio, por vezes em manifesta discordância com as autoridades centrais. Assim aconteceu em Macau, à semelhança de outras partes do Sudeste Asiático (Goto-Shibata 2006).

De facto, enquanto foi clara a intenção do Governo de Macau em protelar o mais possível a mudança definitiva, houve maior empenho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através dos seus responsáveis pela Secretaria

⁸⁵ AHU, 1467D 1C MU DGCO, ofício, Inspetor dos Serviços Económicos/Chefe de Repartição do Gabinete do Governo de Macau, 30/9/1930.

ligada à Sociedade das Nações, em suprimir o mesmo, o mais brevemente possível, substituindo os respetivos rendimentos.⁸⁶ Todavia, o argumento local mostrava-se dúplice, entre a declaração de seguir as orientações internacionais e a preocupação em assegurar a satisfação das necessidades da colónia. Deste modo, e como exemplo, escrevia o Governador Tamagnini Barbosa, em janeiro de 1929, que a sua política tinha sido a de criar receitas e diminuir despesas, a fim de dispensar os lucros do ópio, o que estava quase conseguido; todavia, impunha-se um cuidado especial devido ao momento que se atravessava, para evitar possíveis conflitos; esperava continuar as obras do porto, imprescindíveis e estudadas, e aproveitar os terrenos conquistados, que seriam igualmente fonte de rendimento; mas, por outro lado, não concordava com a possibilidade de a colónia prescindir dos lucros de ópio quando outras nações os aproveitavam; também não previa que essa exploração terminasse tão cedo, dada a continuação da cultura da papoila na China e porque “as colonias britânicas do Extremo Oriente, a Indo China e as Ilhas Neerlandesas, o Japão, o Sião, só pensam em tirar da sua exploração o melhor resultado”.⁸⁷ Além disso, na justificação apresentada à Comissão de Inquérito, acrescentava elementos mais detalhados: Macau era afetado pelas crises da China, impedindo o aumento de matérias coletáveis; assim, a solução tinha sido evitar a subida das despesas públicas, procurando que se mantivessem constantes pela impossibilidade de, naquelas circunstâncias, diminuir os efetivos militares; além disso, verificava-se um crescimento populacional, com o conseqüente incremento de despesas com serviços de assistência, hospitalares, de instrução, saúde e defesa pública.⁸⁸

A mudança impunha-se num quadro global, de integração da questão no âmbito da SDN. A pressão que desta proveio foi determinante para quebrar a resistência de Macau, mas também foi por ela que o território conseguiu ultrapassar as acusações de contrabando que sobre ele pendiam. A mesma Sociedade também colocou Macau no âmbito de uma região mais vasta, onde os interesses sobre o produto eram comuns, exigindo um caminho conjunto para a futura extinção deste comércio.

⁸⁶ Por exemplo, AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício, SPSN-MNE/MC, 20/11/1928.

⁸⁷ AHU, 1040 1H MU DGAPC, ofício confidencial, GM/MC, 21/1/1929.

⁸⁸ AHU, 1040 1H MU DGAPC, cópia da exposição apresentada pelo Governo à Comissão de Inquérito.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]

- 614 1H MU DGAPC;
- 732 2G MU DGSC;
- 1030 1H MU DGAPC;
- 1040 1H MU DGAPC;
- 1041 1H MU DGAPC;
- 1467D 1C MU DGCO_r;
- 1859 1C MU DGCO_r;
- 2910 1A MU GM, livro Macau 1926-1928.

Bibliografia

- CASE, Simon John. 2018. “Empire, reform, and internationalism. Britain and the changing politics of opium, 1875-1931”. Doctor’s thesis, Lingnan University. <https://commons.ln.edu.hk/otd/24/>.
- COMMISSION COMMISSION OF ENQUIRY INTO THE CONTROL OF OPIUM-SMOKING IN THE FAR EAST. *Report to the Council. 1930*. Vol. I. League of Nations.
- DIAS, Alfredo Gomes. 2004. *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*. Livros do Oriente.
- FOSTER, Anne L. 2000. “Prohibition as Superiority: Policing Opium in South-East Asia, 1898–1925”. *The International History Review*.
- GOTO-SHIBATA, Harumi. 2006. “Empire on the Cheap: The Control of Opium Smoking in the Straits Settlements, 1925-1939”. *Modern Asian Studies* 40(1): 59-80.
- HANSEN, Bradley. 2001. “Learning to Tax: The Political Economy of the Opium Trade in Iran, 1921-1941”. *The Journal of Economic History* 61(1): 95-113.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. 2010. *Livros Brancos, Almas Negras. “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- JESUS, C. A. Montalto de. 1990. *Macau Histórico*, editado por Carlos Estorninho. 2.^a ed. Livros do Oriente. <http://www.sudoc.fr/148101607>.

- KIM, Diana S. 2020. *Empires of Vice. The Rise of Opium Prohibition Across Southeast Asia*. Princeton University Press.
- MCCOY, Alfred W. 2000. “From Free Trade to Prohibition. A Critical History of the Modern Asian Opium Trade”. *Fordham Urban Law Journal* 28(1): 307-49.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, e Pedro Aires Oliveira, eds. 2011. *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Tinta-da-China.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de. 2014. “Parte IV. O Ciclo Africano”. In *História da Expansão e do Império Português*, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa. A Esfera dos Livros.
- OURS, Jan C. van. 1995. “The Price Elasticity of Hard Drugs: The Case of Opium in the Dutch East Indies, 1923-1938”. *Journal of Political Economy* 103(2): 261-79.
- REIS, Célia. 2013. “Macau no seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885-1910)”. In *Atas do I Congresso de História Contemporânea*. Rede de História Contemporânea, Instituto de História Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – IHC e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. <http://run.unl.pt/handle/10362/10684>.
- REIS, Célia. 2019a. “A Missão de Eusébio da Fonseca a Londres (1912-1913) e a Economia da Índia e de Macau”. *Relações Internacionais*.
- REIS, Célia. 2019b. “Novas Situações Coloniais no Final da Grande Guerra: as Colónias do Oriente”. In *Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial*. IDN Cadernos. idncadernos_34_Novas_situacoes_coloniais20191001-99342-tsyz4k.pdf.
- REIS, Célia. 2019c. “Propostas Turísticas em Macau no Primeiro Quarto do Século XX”. In *Império & Turismo. Antologia de Ensaios. Empire & Tourism. An Anthology of Essays*. Artravel.
- SALVI, Tiziana. 2004. “The last fifty years of legal opium in Hong Kong, 1893-1943”. Master of Philosophy, University of Hong Kong.
- THOROGOOD, Joe. 2018. “Opium Evil or Opium Essential? The Geopolitics of Drug Control From 1909-1961”. Doctor of Philosophy in Human Geography, University College London.
- TIMOTHY, Brook, Patrick Carr e Maria Kefalas. 2012. *Opium Regimes: China, Britain, and Japan, 1839-1952*. California Scholarship Online. 10.1525/california/9780520220096.001.0001.

Cinco anos em malas de cânfora: que Macau trazer no regresso à Europa (1934-1939)?

Luís Cabral de Oliveira*

Anais de História de Além-Mar XXV (2025): 43-83.

DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.48985>.

Resumo

A partir das listagens que, surpreendentemente, se conservaram afixadas no interior das malas de cânfora trazidas por um casal de portugueses que lá permaneceram durante alguns anos na década de 1930, este artigo pretende perceber o seu quotidiano no Oriente e como, uma vez regressados à Europa, procuraram recriar, com base nos muitos objetos que trouxeram, uma versão e uma visão de uma Macau que de algum modo idealizaram e que acabou por os influenciar profundamente.

Palavras-chave: Macau, 1930, portugueses no Oriente, aquisição de peças orientais.

Abstract

The aim of this article is the analysis of some lists pinned in camphor wood trunks as a means of understanding not only how do the Portuguese civil servants lived in Macau during the 1930s but also how the couple Rocha Saraiva managed to create their own perspective of Macau after returning to Europe.

Keywords: Macau, 1930, Portuguese in Asia, Chinese and Asian artistic products in Portugal.

Date of submission: 7/11/2022

Date of approval: 3/07/2026

Data de submissão: 7/11/2022

Data de aprovação: 3/07/2026

* Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7220-3673>. E-mail: luiscabraldeoliveira@fd.ulisboa.pt.

*Em memória de Maria Alice da Rocha Saraiva Lopes
e Maria Isabel da Rocha Pinto Leite*

Considerações introdutórias

Um dos aspetos que andam habitualmente associados à passagem dos portugueses por Macau é a aquisição de peças chinesas (mais ou menos raras, antigas e modernas, de gosto discutível ou quase unanimemente apreciadas) que depois trariam consigo no regresso à Europa e, assim, passariam a marcar presença em casas espalhadas por todo o país. Quer os livros de informação genérica – atente-se, a título meramente exemplificativo, em Hermengarda Marques Pinto (Pinto 1955, 75-76), ou no muito mais recente Beltrão Coelho (Coelho 1990, 90), este adotando uma postura já relativamente crítica¹) –, quer os testemunhos dos que viveram e refletiram sobre Macau (Inso 1997, 12-13²) referem esse gosto, quando não convertido em obsessão, pelo que era produzido localmente. A própria literatura registou o fenómeno: pense-se na Macau de Maria Ondina Braga, na década de 1960, onde a austeridade e a exiguidade dos aposentos das professoras do Colégio de Santa Fé contrastavam com o frenesi da busca de peças ricas disponibilizadas pelo tráfico nascido à sombra da Cortina de Bambu (Braga 1991, 38³).

Este afã da compra, por vezes compulsiva, de mobiliário, têxteis, porcelanas e uma grande quantidade de peças dos mais diversos materiais por portugueses residentes em Macau encontrou (e aqui já entro em níveis de conhecimento e exigência artística que ultrapassavam muitíssimo os do casal que estudarei no presente trabalho) os seus expoentes máximos, em finais do século XIX e na primeira metade do século seguinte, em Camilo

¹ Em qualquer das obras encontram-se descrições um tanto estereotipadas dos *tin-tins*.

² Autor a quem me vou reportando também por ser contemporâneo da família que estudarei no presente artigo.

³ Ou a ânsia de acumulação de Dhora, revelando a pulsão simultaneamente lusa e goesa pelo bricabraque chinês, sempre a economizar de forma a conseguir adquirir mais (Braga 1991, 85-86, 94, 113, 127).

Pessanha⁴ e Silva Mendes (Botas 2017; Aresta, Gonçalves e Quadros 2017; Teixeira 1997, 228-231). Sendo certo que, por outro lado, havia os que lhe permaneciam insensíveis. António Sérgio, que viveu poucos meses em Macau (onde, contudo, seu avô fora governador), é taxativo: “[c]oisas bonitas para presentes? Para mim não o são: não gosto do chinesismo nem do japonismo” (Pires 1988/89, 111, 116). O próprio padre Manuel Teixeira parece descrever com algum desdém o “vício” de Silva Mendes e Pessanha como “coleccionadores de chinesices”, sendo particularmente ríspido para com o poeta conimbricense (Teixeira 1997, 228-230, 237-240).

O gosto por objetos asiáticos e a montagem, como se de cenários se tratasse, de *salas chinesas* (ou *de Macau*) e *indianas* (ou *de Goa*) – que existiram em bom número entre nós entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX – podem, é certo, ser entendidos como um reflexo muito modesto, e local, do orientalismo que dominava parte da sociedade europeia da época. António Hespanha considera-o mesmo de uma “indementível superficialidade” quando comparado com o que floresceu noutros países ocidentais (Hespanha 1999, 29).

No entanto, em dadas circunstâncias, mesmo os mais desprezíveis ecos são suscetíveis de produzir efeitos interessantes. Esse pode ser, penso, o caso da família que me proponho analisar neste trabalho: ao regressarem de Macau, trazem consigo uma enorme quantidade de objetos que, influenciando profundamente os ambientes portugueses em que se movem (servindo inclusive para a recriação de verdadeiras composições orientalizantes), ajudam a, no mesmo passo, produzir uma marca distintiva e suprir as saudades de um tempo e de uma terra dos quais a passagem dos anos acabou por apenas deixar ridentes memórias, assim constantemente alimentadas. Para melhor compreendermos esse seu esforço de (re)constituição de ambiências, recorri a uma pluralidade de fontes bastante díspares entre si: a memória oral, passando, forçosamente esmaecida mas omnipresente, através das gerações; vários dos objetos que acarream; e, acima de tudo, as

⁴ Pessanha, curiosamente, tinha ligações fortes a Mouronho, localidade próxima da Venda do Porco, terra natal de Maria Celeste da Rocha, de onde provinha a sua família materna e onde passou algumas temporadas. Remete aliás para os tempos passados nessa aldeia uma das primeiras alusões que faz a peças orientais: uma chávena de café que a mãe reservaria para uso de Pessanha. Se é certo que, conforme explica Daniel Pires, “[c]oincidiu com a chegada de Camilo Pessanha ao Oriente o acumular metódico e sistemático da sua coleção de arte chinesa”, remontando “a essa época a sua colaboração com Lourenço Pereira Marques, na recolha de uma coleção etnográfica que constitui, muito provavelmente, a primeira do género enviada para Portugal e que veio enriquecer o património da Sociedade de Geografia de Lisboa” (Pires 1992, 19), é lícito ponderar o peso que o simbolismo da chávena chinesa associada à figura materna teve no início das suas buscas por antiqúários e *tin-tins*.

listagens preservadas afixadas em algumas das malas de cânfora de que se fizeram acompanhar, repletas de peças e reminiscências.

Em Macau

Na década de 1930 viajar até ao Oriente era uma autêntica aventura. Macau, visto de Portugal, ficava nos confins do mundo. Para lá, iam sobretudo os militares. Dos chamados civis, iam alguns funcionários superiores da administração pública, engenheiros, médicos, magistrados... e crianças para o Seminário de S. José.

Os funcionários públicos ficavam por Macau entre quatro a seis anos. Quem pretendesse prolongar a estadia tinha que o requerer ao Ministério das Colónias (mais tarde do Ultramar). Quando aceite, passavam aos “quadros coloniais/ultramarinos” e ficavam pelo Extremo Oriente em comissões sucessivas. Havia excepções mas por norma o deferimento dava-se quando houvesse casamento com macaenses ou chineses. Com os militares a situação era idêntica.

Apesar de já existir a hipótese do avião, nomeadamente através da KLM a partir da Europa, a via marítima era a mais utilizada. Uma viagem dispendiosa e longa. Na melhor das hipóteses, de Marselha a Hong Kong levava-se 30 dias e até ao Japão quase 40 dias, via canal do Suez. (Botas 2012, 51-52)

Para descrever a Macau dos finais dos anos 1930 e inícios dos anos 40, o autor segue “um casal de portugueses que no Verão de 1939 partiram de Lisboa rumo ao território”, os quais constituirão o meio através do qual “será feito o retrato do quotidiano macaense” (Botas 2012, 46). Ora, se é certo haver diferenças significativas entre a experiência desta família, os Semedo de Oliveira, e os Rocha Saraiva (ou seja, a família que me proponho estudar, composta por Vítor Saraiva Lopes, Maria Celeste da Rocha e a única filha do casal, Maria Alice) – desde logo porque se instalam em Macau em alturas cujo contexto político e social era significativamente diferente –, outros aspetos há que justificam o seu cotejo.

Assim sendo, boa parte das considerações tecidas por João Botas fazem eco na experiência dos Rocha Saraiva. Desde logo porque, em qualquer dos casos, estamos perante famílias de militares que são destacados para o Oriente. Vítor Saraiva Lopes parte efetivamente na qualidade de tenente de artilharia para Macau. E se no que respeita aos Semedo de Oliveira desconheço a razão da sua nomeação, penso dispor de algumas pistas mais esclarecedoras quanto aos Rocha Saraiva.

Vítor Manuel Saraiva Lopes nascera em 1894, no Vimeiro, onde o seu pai era chefe da estação de caminho de ferro. Mais tarde, a família rumou a Coimbra, aí se fixando. A proximidade com os Perestrelo e o facto de a sua mãe arrendar quartos, na casa que tinham em Coimbra, a alguns rapazes pertencentes a famílias conceituadas da Beira que aí vinham estudar, bem como um feitio sociável e extrovertido, levaram a que rapidamente entrasse na roda mais seleta da cidade. Prosseguiu estudos na universidade, não chegando porém a concluir a licenciatura. Em 1916, ainda estudante, casou com Maria Celeste da Rocha Abranches Borges da Gama,⁵ filha primogénita de um abastado casal beirão, que, embora residisse em Coimbra, possuía vastas propriedades na região de Coja, Tábua e Oliveira do Hospital (Oliveira 2005, 29-72). O epicentro dos bens dos seus pais, o comendador João Maria da Rocha e Maria da Luz Borges da Gama, era a quinta da Venda do Porco⁶ – a qual, com as contíguas quintas do Vale da Carvalha e do Pereiro, bem como os pinhais das Almas e dos Balagoches, cobria uma área de quase duzentos hectares. Teve duas irmãs, todas educadas em Coimbra no colégio das Ursulinas: Maria José e Arminda da Conceição Borges Abranches Rocha.⁷ Aquela casou, em 1918, com Pedro Augusto Pereira de Castro, que era 26 anos mais velho do que a noiva, pelo que já tinha, à data do enlace, a carreira estabilizada. Pedro de Castro, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e um magistrado que se preocupou particularmente com a tutela e direitos dos menores. Tendo desempenhado, nos tempos da Monarquia, funções de presidente da câmara e de administrador do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, onde nascera, a sua trajetória política disparou sobretudo após a proclamação da República, à qual aderiu na sequência do 5 de Outubro de 1910. Foi, sucessivamente, escolhido para

⁵ O enlace foi descrito com grande destaque, acompanhado por várias fotografias, nas páginas da *Ilustração Catholica* (n.º 180, ano IV, 9/12/1916, p. 312).

⁶ Ou das Vendas do Porco, o nome tradicional da localidade (alterado em virtude da colocação de sinalética na então chamada Estrada da Beira, no século XX, mas que se manteve oralmente), devido ao facto de, nos seus primórdios, a casa que lhe deu origem ter sido uma estalagem.

⁷ Casou com o seu primo José Maria Viegas Pimentel, natural da Abraveia (Vila Nova de Poiares) e licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra. O único membro da família que, à data em que o presente artigo começou a ser elaborado, tinha uma ideia – ainda que muito vaga, pois era então uma criança – do regresso dos Rocha Saraiva de Macau era uma filha deste casal, a Dra. Maria Luísa Borges Rocha de Moura Pimentel Taborda, entretanto falecida. Ao seu sobrinho, António Filipe Pimentel, e ao filho deste, Henrique Viegas Pimentel, deixo um agradecimento especial pela colaboração que prestaram na elaboração do presente trabalho.

governador civil do Porto (1920), deputado (1922 a 1925) e, sobretudo, ministro da Justiça. Ocupou a pasta durante poucos meses, entre 22 de novembro de 1924 e 15 de fevereiro do ano seguinte, no governo de José Domingues dos Santos, mas a sua passagem pelo ministério foi importante na história dos Rocha Saraiva.

Pouco depois de casar, Vítor Saraiva Lopes alista-se nas forças armadas, onde prosseguirá carreira. A 12 de julho de 1919, vivendo já em Lisboa (nesse ano, a 22 de agosto, nasce a sua única filha), é promovido a alferes de artilharia. Só ascenderá a capitão em 1941, antes de passar à reserva.

Ora, quando Pedro de Castro assume a pasta da Justiça, convida o cunhado para secretário particular do ministério. Nessa altura, os Rocha Saraiva parecem poder aspirar a um futuro risonho e seguro na capital. No entanto, o período de forte instabilidade que então se vive revelar-se-lhes-á desfavorável e, em 1926, Vítor Saraiva Lopes não parece ser olhado com plena confiança pelo novo regime que se vai desenhando.⁸ Isto não obstante uma aproximação ao regime quando do regresso do Oriente, certamente cimentada pelas antigas relações pessoais com Salazar e sua família (de quem era conterrâneo) e, sobretudo, pelos Perestrelo Botelho.

Terá sido nesse contexto, menos interessante ao nível profissional, que ou opta por ir em comissão para Macau ou é de facto lá colocado. De seguro, por enquanto, sabe-se apenas que há no Arquivo Histórico Militar registo do processo político que lhe foi levantado em 1931, parecendo ter-lhe sido fixada residência em Almeida na sequência do mesmo.⁹

Em Macau, Vítor Saraiva Lopes integrará a companhia de artilharia. Segundo o *The Directory and Chronicle for China, Japan, Corea, Indo-China* [...] de 1938, a mesma era encabeçada pelo comandante (capitão António Marques da Costa) e por cinco tenentes, um dos quais Saraiva Lopes. Em paralelo, é contratado como professor de educação física no Liceu de Macau.

Num dos excertos acima reproduzidos, João Botas refere que a ida para Macau era quase invariavelmente “[u]ma viagem dispendiosa e longa”.

⁸ Os primeiros indícios parecem remontar a 1925. Quando, a 10 de fevereiro desse ano, o então ainda ministro Pedro de Castro apresenta uma proposta para condecorar o cunhado, na qualidade de secretário particular do ministério, com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo, esta é indeferida – <https://www.arquivo.presidencia.pt/details?id=137675> (acedido a 14 de julho de 2022).

⁹ <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=61123&detailsType=Description> (cod. referência: PT/AHM/FO/033/1/433/796) (acedido a 14 de julho de 2022).

São precisamente esses os ecos que chegaram – ao que talvez se possa acrescentar ter sido, para além de “dispendiosa e longa”, divertida. Restaram várias historietas da vida em alto mar. Uma das mais repetidas ocorreu num dos bailes a bordo. Vítor Saraiva Lopes, espírito naturalmente expansivo e *bon vivant*, teria dançado com uma senhora que usava um vestido branco. Ora, ele envergava um *smoking* com uma faixa *bordeaux* – sendo que, no final da dança, e devido ao calor, o traje da senhora teria ficado manchado com uma pouco estética tira avermelhada e o par muito embaraçado face aos comentários jocosos dos seus companheiros de viagem.

O preço da deslocação foi efetivamente um obstáculo para os Rocha Saraiva, que não só contraíram um pequeno empréstimo dando como garantia várias peças em prata, como pediram o restante capital ao cunhado José Maria Viegas Pimentel.

Certo é que, em 1934, foram desde Marselha a Hong Kong a bordo do *Aramis* (fig. 1) – do qual ainda se conserva um postal num dos chamados álbuns de Macau: *Souvenir de voyage “Aramis”. Nouveau Paquebot des Messageries Maritimes*.



1 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Existem ainda algumas fotos da viagem, provavelmente assinalando os pontos que mais marcaram a família: Gibraltar, Tânger, Canal de Suez, Ceilão – o que é muito semelhante ao caso dos Semedo relatado por João Botas (Botas 2012, 52).

Não foi possível apurar a data exata em que chegaram a Macau. Mas, contrariamente aos já várias vezes referidos Semedo, dos quais restou apenas um curioso diário de viagem (Botas 2012, 53-55) – e este é, assim, de alguma forma, um complemento do esforço desenvolvido por João Botas –, as memórias familiares, os registos fotográficos e as compras feitas ao longo de todo esse período permitem reconstituir parcialmente a vida que levaram durante os anos em que lá permaneceram. Aliás, uma das notas que parecem dominar as impressões conservadas no referido diário é a surpresa de Augusta Oliveira face aos objetos, já de sabor mais orientalizado, que lhe iam propondo comprar ao longo da viagem: em Tânger, foram ter ao navio “barcos com coisas lindas para vender”; no Sri Lanka, mais concretamente em Colombo, “saíram muitos passageiros, e ofereceram caixas para costura lindas e elefantes de marfim” (Botas 2012, 53). Caso tenha vivido uma experiência semelhante, é plausível que Maria Celeste Rocha tenha começado a compreender o tipo de compras que poderia levar a cabo durante os anos passados no Oriente.

Importa, antes de mais, tornar a frisar que todos os registos recolhidos indicam que gostaram muito de lá estar – provavelmente por terem tido a sorte de viver em Macau num dos períodos mais risonhos que o território conheceu durante o século XX (Botas 2012, 198-199). Isto apesar de até então pouco saberem sobre o quotidiano chinês e macaense.¹⁰ É, porém, possível que a ideia de exploração de uma realidade tão diferente da que conheciam os tenha acabado por seduzir – o que, no caso de Maria Celeste da Rocha, se parece ter também traduzido no interesse em adquirir peças que ilustrassem o processo de relativa “orientalização” que ela e a sua família mais próxima foram sofrendo.

Começemos pelas fotos desses anos. Havendo-as de vários tipos, abster-me-ei de tecer considerações relativas às que parecem ter sido compradas aos fotógrafos locais (algumas das quais semelhantes às que Ferreira de Castro publicará pouco tempo depois na edição ilustrada do seu *A Volta ao Mundo*). Essas têm um carácter acima de tudo etnográfico: cortejos do

¹⁰ Um pouco como o casal Ernesto (também oficial do exército) e Maria Edwiges Leal, que se instalam em Macau em 1939 (Botas 2012, 172-173). Sobre a ignorância que, à época, dominava em Portugal relativamente a Macau, veja-se Inso (1936, 359-386).

dragão, lorchas, chineses a fazer refeições, compra de louça nas ruas, um barbeiro, um peixeiro. Várias delas, como não é de surpreender, têm o carimbo do fotógrafo José Neves Catela, que imortalizou a vida em Macau entre 1925 e 1940 (Botas 2012, 67).

Mais interessantes para o propósito deste trabalho são as fotografias tiradas pela família em diferentes contextos. Especifico quatro núcleos: (i) vida militar em Macau, (ii) eventos com personalidades locais, (iii) dinâmicas quotidianas e (iv) imagens captadas em viagem.

Quanto às primeiras (ou seja, as relativas à vida militar em Macau), existem várias retratando paradas, exercícios militares, vistas de quartéis. As anotações que se encontram em várias delas ajudam a localizar melhor o local e momento em que foram tiradas. A título meramente ilustrativo: “[Quartel da] Companhia de Artilharia. Macau – 1934”; “Macau – Guarda de Honra do Sr. Governador”; “Macau – Quartel [de artilharia]. Visita do Ex.mo Governador”; “Macau – Juramento da bandeira”; “Bateria em Macau”; “Carreira de Tiro. Ilha da Taipa”; “Macau – Escola de Recruta”.



2 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

No que diz respeito ao segundo núcleo, há, designadamente, fotografias com “[o] Ex.mo Bispo Senhor D. José [da Costa Nunes]” em primeiras comunhões (**fig. 2**); e dos Rocha Saraiva com o governador, sua mulher e outras pessoas nos jardins do palácio dos barões do Cercal. Durante o período que viveram em Macau, o território foi governado por António José Bernardes de Miranda (nomeado em abril de 1932, pediu para ser exonerado do cargo em finais de 1935, sendo substituído interinamente até à tomada de posse do seu sucessor) e Artur Tamagnini de Sousa Barbosa.¹¹ O primeiro deles, tenente-coronel de artilharia, parece ter sido muito mais próximo dos Rocha Saraiva. Talvez por, para além de ser oficial, ter ligações fortes à Beira (nascera em Carregal do Sal), de onde quer Vítor Saraiva Lopes, quer Maria Celeste da Rocha eram naturais. Tal justifica haver, espalhadas pelos álbuns vindos de Macau, não só fotografias *tipo passe* de Bernardes de Miranda e da sua mulher como alguns instantâneos da sua partida, rumo a Portugal (**figs. 3 e 4**).



3 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

¹¹ Sobre Tamagnini e a sua personalidade, veja-se o curioso depoimento de Ernesto Leal recolhido em Botas (2012, 172-173).



4 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Quanto às fotos que captam aspetos da vida quotidiana, encontram-se instantâneos de partidas de ténis, jantares oficiais, passeios de riquexó (numa delas lê-se inclusive a seguinte legenda: “Riquechó – puchado [*sic*] por Cules”, grupos no jardim Lou Lim Iok, idas a Mong-Ha, refeições entre amigos. No respeitante a estas últimas, penso que há um aspeto que chama a atenção: tiradas em casas de particulares (provavelmente algumas até na residência dos Rocha Saraiva) (figs. 5 e 6), os ambientes fotografados são todos muito despojados – o que, no caso da família em análise, está em gritante contraste com a decoração depois montada em Portugal a partir das muitas peças trazidas de Macau. Curiosamente – ou não, uma vez que lá não fazia sentido qualquer tentativa de construção de uma realidade orientalizante e, decerto, importava manter, apesar de tudo, uma matriz claramente europeia –, não surgem, nestas fotografias de Macau, os móveis, as louças, os bibelôs que de modo tão recorrente aparecem nas mais tarde tiradas em Portugal. Ao percorrer os “retratos de Macau”, fica-se com a ideia de uma vida doméstica passada sobretudo em varandas e terraços, entre bancos e cadeiras de verga, mesas de pau sem ornatos e recorrendo a louças práticas e simples.



5 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.



6 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Isto sem esquecer, naturalmente, as imagens mais construídas, de grandes grupos posando em ocasiões oficiais ou no Carnaval.



7 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Restam os registos relativos a viagens. Aqui, faço uma tripartição: Taipa, Hong Kong e China. A jornada até à Taipa, naqueles tempos, era muito menos comum e mais difícil (Botas 2012, 66). Existem assim fotografias das idas e vindas para aquela ilha, onde se faziam piqueniques. As anotações que se encontram em várias delas ajudam à contextualização. Escolho aleatoriamente umas das páginas dos álbuns ditos “de Macau” para aí ler: “Ele prepara os bife... O Dr. Vargas Moniz. 1-Set-935 Macau” (e vê-se o clínico, que tão conhecido viria a ser no território, sentado num banquinho junto ao bico onde se equilibra uma frigideira); “Grupo simpático e amigo. Taipa – 8-Set-1935”; “A pequenada come com fachis [*sic*, e sublinhado no original]; “O Estoril – 1935 – Macau” (posam numa estrutura de madeira com escadas que parece estar junto ao mar, talvez um suporte para mergulhos); “Depois do almoço. Preparar p.a a tarde” (com Vítor Saraiva Lopes e um amigo a preguiçarem em duas *chaises longues* de lona); “Taipa 8 Set. 935”; “A caminho da Taipa. 8 Set – 35”; “Bem dispostas. Taipa. 8 Set. 1935”; “Metidas numa champanha – Taipa 8/Set/935”. Também há fotografias de refeições apenas frequentadas por homens, provavelmente na sua maioria militares, várias delas com indicações de serem “caldeiradas”. Nas anotações manuscritas em algumas dessas imagens pode ler-se: “A caldeirada nos Sete Tanques – Taipa + fado”; noutra: “Com saudades de Portugal ouve-se o fado”; noutra ainda: “Ja satisfeitos, conta anedoctas engraçadas o major Ferreira da Silva” (fig. 7).



8 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Em paralelo, encontram-se várias fotografias tiradas em Hong Kong, onde, como acontecia com a generalidade dos europeus que viviam em Macau, os Rocha Saraiva se deslocavam com alguma frequência:¹² a bordo, já em terra, retratando paisagens, ou assinalando visitas a locais turísticos como Repulsa Bay. Finalmente, há registos de incursões na China, em camioneta.¹³ A crer nos registos fotográficos, visitaram pelo menos Li-Chai, Siaqui (Siac-Ki) e Cantão (**fig. 8**).

Retornemos por um momento a Hong Kong: as idas à colónia britânica, que eram aproveitadas por Maria Celeste da Rocha para aquisição de algumas peças, também se justificavam por a filha do casal ter estudado na Sacred Heart Canossian School (o que contribuiu para uma educação muito mais anglicizada do que a generalidade das raparigas portuguesas, cujo ensino era assumidamente francófono)¹⁴ (**fig. 9**).

¹² Segundo o depoimento de José Silveira Machado, “[o] barco de Hong Kong para Macau demorava mais de três horas e parecia uma feira, com vendedores e jogadores” (*in* Botas 2012, 191).

¹³ Outra das novidades da Macau de 1930 (Botas 2012, 57-58).

¹⁴ Anos antes, em 1905, quando em Macau, António Sérgio descreve uma destas senhoras educadas na colónia britânica e que em tantos aspetos se distinguiram das que ficavam em Portugal (Pires 1988/89, 114-115).



9 Hong Kong década de 1930
(coleção Casa da Venda do Porco).
Créditos: Autor.

Para além dos registos fotográficos, e por não terem restado quaisquer cartas trocadas durante este período, subsistiram memórias esparsas, que, de tão rememoradas, se foram desvanecendo ao longo dos anos até se tornarem meros clarões. Por exemplo, embora se desconheça onde os Rocha Saraiva moraram em Macau, ficou a lembrança de que a casa dispunha de um grande terraço, onde se tomavam algumas refeições (nomeadamente o pequeno-almoço), e que contavam, como pessoal doméstico, com uma criada de dentro, uma cozinheira e um *boy* para recados, compras, carregos e outros trabalhos do género. Mais: seriam todos chineses e as duas funcionárias passariam grande parte do dia a discutir uma com a outra a quem incumbiam as tarefas domésticas. De resto, para lá dos episódios relativos ao afã com que Maria Celeste da Rocha se dedicava à sua deambulação pelos *tin-tins*, tão depressa se evocavam os dias daquela Macau feliz e abastada (para os europeus que lá estavam em comissão, naturalmente), onde as festas se sucediam, e o cosmopolitismo de Hong Kong, como as diferenças de costumes face a Portugal (onde, por exemplo, as mulheres raramente conduziam). Persiste, aliás, uma nota de amargor no cotejo entre ambos os

loais – Portugal e Macau –, frisando-se as dificuldades de adaptação sentidas quando do regresso à Europa.¹⁵

Em comparação com o cenário vivido pelo território na década de 1940, os Rocha Saraiva tiveram a ventura de aí levarem anos de descontração e abastança.¹⁶ Deixam-no, assim, podendo dele manter uma ideia ridente – reforçada pelo passar dos anos, que tendem a sublimar as boas recordações em detrimento dos momentos menos felizes, bem como pelo grande número de objetos que de lá trouxeram. Certo é que, em qualquer caso, a Macau do pós-guerra já em muito se diferenciaria da que tinham conhecido.

Retornarão, pois, à Europa em 1939. Segundo os postais promocionais conservados nos álbuns onde se recolheram memórias de Macau, embarcaram no *P. & O. Turbine – Steamer “Corfu” 15,000 Tóns* (é essa a legenda que consta das respetivas fotos, onde Saraiva Lopes anotou: “O Barco que nos transportou de Hong-Kong a Singapura. Saída de Hong-Kong em 15-4-1939”).

Depois, amparando-me sempre nos postais cuidadosamente guardados, prosseguiram no D.M.S *Sibajak*, sendo a “[c]hegada a Lisboa em 12-5-1939”. Da viagem, há fotografias captadas em Singapura, Ceilão, Port Said e Tânger (**figs. 10, 11 e 12**).



10 A caminho de Lisboa (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

¹⁵ Chegados a Portugal, a família que cá permanecera ter-se-ia horrorizado ao saber que em Macau se comiam pernas de rã.

¹⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre esta época, cf. Darwin (2016, 448-453, 462-463, 476-477), Chesneax (1976, 32-34), Mendes (2016, 28-30), Botas (2012, 39, 41-46, 49-51).



11 A caminho de Lisboa (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.



12 Port Said (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Uma jornada desta amplitude, para mais nos anos 1930 e num contexto internacional bastante instável, exigia invariavelmente uma preparação cuidada e demorada. Isto em circunstâncias ditas normais, quando a bagagem a transportar não excedia os volumes habituais. No entanto, os Rocha Saraiva integram o grupo dos portugueses que trazem consigo do Oriente um conjunto significativo de peças, representando uma série muito considerável de volumes e envolvendo o transporte de objetos assaz diferentes. Desde numerosas (e, em alguns casos, volumosas e pesadas, apesar de a generalidade das peças ser facilmente desmontável, de acordo com as técnicas tradicionais chinesas, aprimoradas quando estavam em causa móveis destinados à exportação (Mota e Lorena 1999, 171-173)) peças de mobiliário a inúmeras porcelanas, centenas de têxteis e uma miríade de pequenos objetos utilitários e decorativos.

Maria Celeste da Rocha, que diligentemente tinha conseguido, entre 1934 e 1939, acumular todo aquele conjunto, não soçobrou e, dando mostras do método e capacidade de gestão que a caracterizavam, tudo embalou e embalou com o maior cuidado e rigor. Dessa grande empreitada – que no fundo completava e coroava a política de aquisições que marcou a sua passagem por Macau – ficaram alguns testemunhos interessantes: as listas detalhadíssimas, cuidadosamente datilografadas, que colou no interior de cada uma das doze malas de cânfora em que embalou parte dos seus pertences rumo a Portugal. Graças a elas, temos perfeito conhecimento do que constava (se bem que apenas parcialmente) da sua bagagem. Trata-se, assim, de um documento pouco comum e importante para uma melhor compreensão destas remessas de bens de produção oriental para território europeu.

Recriar e reviver Macau em Portugal

Um dos sobrinhos-netos do casal, o historiador de arte António Filipe Pimentel, à data ainda muito jovem mas já atento à origem das peças que o rodeavam, lembra-se de ter perguntado a Maria Celeste da Rocha a razão da existência de tamanha profusão de artefactos orientais numa casa onde, à partida, não fazia muito sentido encontrá-los. A resposta, recorda, foi lapidar: teria sido uma pena não ter “aproveitado os anos” em que lá estivera para adquirir o máximo de objetos que, de outra forma, era quase impossível reunir. E que, “para isso, fazia visitas regulares aos *tin-tins*”. Aliás, António Filipe Pimentel conheceu, anos mais tarde, um casal português que estivera

em Macau na mesma altura que a família Rocha Saraiva, o qual lhe explicou que até para a época e contexto “as compras [de Maria Celeste da Rocha] foram fora do comum”.

De facto, basta relembrar – de forma sempre incompleta, pois houve várias peças que se foram naturalmente perdendo com o rolar dos anos – o que ainda existia na década de 1980 para termos alguma noção da dimensão da política de compras que, com um orçamento forçosamente limitado, o casal colocou em prática durante a sua estadia em Macau.

Em termos visuais, o conjunto de maior aparato – e, por tal, usado de facto com intenções mais cenográficas praticamente desde a chegada a Portugal – era uma generosa série de peças de mobiliário ditas “à moda de Cantão”, ou seja, de pau-preto (avermelhado de origem, mas pintado de negro, conforme explica Hermengarda Marques Pinto) com incrustações de madrepérola. Apesar de não serem todas da mesma origem e antiguidade, as peças dialogavam eficazmente entre si – constituindo o que parecia ser, para os olhares menos experimentados, uma mobília completa.

Havia pois que, em termos muito genéricos, dividi-las em dois grupos: aquelas que eram consabidamente mais antigas e as produzidas já nos anos de 1930. Entre as primeiras, a *pièce de résistance* era uma mesa de sacrifícios cujo historial de aquisição foi repetido vezes sem conta para ilustrar os esforços e os talentos da compradora. Foi descoberta, imunda, num escuro *tin-tin*. Apesar da sujidade e do descuido com que estava jogada para um canto da loja, Maria Celeste da Rocha terá percebido que tinha bonitos embrechados de madrepérola. Perguntou ao vendedor quanto queria por ela: a resposta que recebeu foi um valor absolutamente proibitivo para o seu orçamento. Fez uma contraproposta, imediatamente recusada. A partir de então, com grande regularidade, passava pelo *tin-tin* em questão e repetia o procedimento. Entretanto, ia amealhando os recursos possíveis, de modo a estar pronta para fazer o pagamento se e quando chegassem a acordo. Passaram-se meses, até que, por fim, o comerciante cedeu (talvez por exaustão) e a transação foi efetivamente feita. Quando Maria Celeste da Rocha fez trazer a mesa para casa e a deixou num pátio, as reações da família e das duas empregadas que mantinham não foi a melhor: todos iro-nizaram com o que parecia ter sido um mau negócio. Não obstante, dando sempre mostras de grande persistência, lavou-a enérgica mas cuidadosamente com sabão amarelo – para obter um resultado final que gerou a surpresa generalizada. Entre as peças mais antigas – o que se percebia pela qualidade muito superior dos embutidos e dos bordados que exibiam – estavam também dois grandes ecrãs com mais de um metro de altura e um

par de compridas pranchas onde desfilavam fiadas de caracteres também em madrepérola, e que na família eram chamadas (ignoro se com acerto ou não) *tábuas das letras da felicidade*. Estas peças, ladeando a mesa dos sacrifícios, ocupavam a parede principal da grande sala onde os móveis de embutidos de Cantão passaram a estar dispostos a partir da década de 1940. Era também muito apreciado e enfatizado um relógio de mesa de decoração semelhante e com mostrador em latão dourado. A estima com que era tratado talvez se compreenda melhor quando percorremos as fotografias dos interiores da casa de Manuel da Silva Mendes (um dos epítomes do colecionismo em Macau na primeira metade do século XX) e encontramos um idêntico, em posição de destaque na entrada principal da habitação.

Mais recentes eram quatro conjuntos de dois cadeirões e a respetiva mesinha alta de chá, com assentos e costas em mármore. Tratava-se de mobiliário relativamente comum à época, feito essencialmente para exportação, que ainda se encontra com frequência em salas europeias ou americanas e, sobretudo, em leilões. Neste caso, o que se destacava era o facto de terem conseguido comprar um jogo completo (não peças semelhantes, mas efetivamente de um *set*)¹⁷ – pois, para todos os efeitos, estavam em causa oito grandes cadeirões de braços e quatro mesinhas. Sabe-se, também por tradição familiar, que teriam sido comprados em Macau – e que a sua aquisição teve lugar “na época do jogo, em que tudo se vendia muitíssimo mais barato”. Aliás, caso contrário, dificilmente os proventos de um tenente bastariam para compras deste jaez, pois tratava-se de peças bastante apreciadas pelos ocidentais. Portanto, neste caso, admito a possibilidade de não terem sido adquiridas num *tin-tin*, mas provirem de uma qualquer casa abastada de Macau.

Também entre as peças mais recentes estava um outro par de ecrãs, se bem que de dimensões relativamente menores, uma mesa redonda de centro, na qual os embutidos de madrepérola conviviam com alguns em pedras duras, e uma mala com o interior forrado a cânfora e respetiva trempe.

O recurso a mobiliário deste género em “salas chinesas” estava já em voga, entre nós, desde há muito. Referindo-se-lhes como “móveis de aparato”, Ana Clara Silveira e Lorena e Maria Manuela Oliveira Mota descrevem-nos nos seguintes termos, apresentando como exemplo os (apesar de tudo mais ricos nos embutidos) existentes no Palácio da Pena, em Sintra

¹⁷ A ideia de conjunto era reforçada pela convicção, seguramente fantasista, de que os largos embutidos circulares de mármore nos espaldares de cada cadeirão representavam, graças às manchas peculiares que cada um tinha, as diferentes fases da lua.

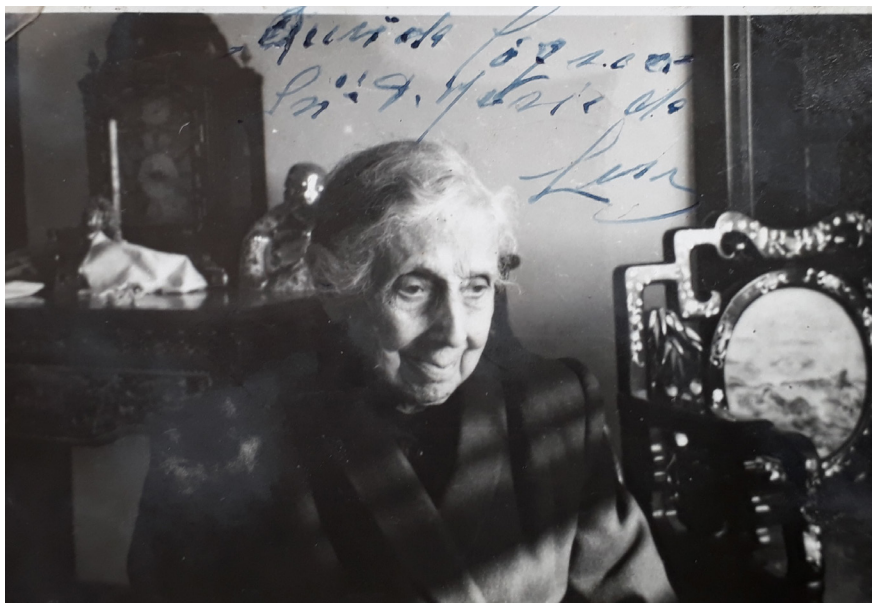
(Mota e Lorena 1999, 88-91): “Produzidos em Cantão, foram encomendados móveis aparatosos, enriquecidos com densa talha e delicados embutidos de madrepérola, para guarnecer grandes salões de palácios e solares, desde os meados do século XVIII” (Mota e Lorena 1999, 87).

Parece ter sido esse o propósito dos Rocha Saraiva quando os adquiriram. Chegados de Macau, instalaram-se primeiro em Cascais, depois em Coimbra e, finalmente, após a passagem de Vítor Saraiva Lopes à reserva, na Venda do Porco. E, se atentarmos nas fotografias que retratam cada um dos períodos da vida da família já em Portugal, é visível a presença – intencional, seguramente, e de forma muito evidente – destas peças de maior espanto. Quer constituindo verdadeiros “recantos chineses”, quer “salinhas de Macau”, o que aliás se articulava bem com a moda da época¹⁸ (figs. 13, 14 e 15).



13 Estoril ou Coimbra
(coleção Casa da Venda do Porco).
Créditos: Autor.

¹⁸ “Não era invulgar encontrar ‘salas chinesas’ nas casas dos lisboetas até meados do século XX” (Mota e Lorena 1999, 135).



14 Coimbra (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.



15 Coimbra ou Tomar (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Mais tarde, em meados dos anos 1940, quando se instalam na Venda do Porco, começam a dispô-los num vasto salão, cuja decoração assumirá a sua forma final na década de 1960. Nessa divisão ampla – onde, dizia-se com alguma vaidade, os únicos objetos que não tinham sido trazidos do Oriente eram o piano, as lâmpadas dos candeeiros e algumas das molduras que encaixilhavam as fotografias dispersas pelas paredes – recebiam-se convidados de cerimónia e tinham lugar eventos de importância nas dinâmicas da casa. O espaço, precedido por uma sala menor também repleta de mobiliário e objetos decorativos vindos da China, envolto no odor a cânfora que pairava por toda a habitação (a qual chegou a ter uma mala daquela madeira em muitas das suas divisões) e que casava bem com o cheiro do pinhal que a rodeava, evocava sobretudo uma Macau distante e amável, a todo o momento lembrada. Aliás, os próprios esforços na armação da divisão como se, de facto, de uma *sala chinesa* se tratasse (os cadeirões em redor, cada par ladeando uma das mesinhas de chá; a tentativa de construção de uma mesa de sacrifícios convincente, com perfumador, taça de pivetes, castiçais semelhantes aos dos templos) pareciam caminhar nesse sentido.

Menos imponente do que os móveis de Cantão, mas igualmente elegante, era a outra mobília que Maria Celeste da Rocha adquiriu em Macau. Tratava-se de um conjunto contemporâneo, do período hoje designado Minguo, em tamarindo, com decoração simulando bambu e vegetação diversa. Era composto por uma mesa de *mah-jong*, dois cadeirões de braços e uma coluna-papeleira com rica decoração, um conjunto de mesas-mãe e duas lanternas de teto com vidros decorados a ácido.¹⁹

Depois, havia lugar às peças desirmanadas: duas colunas entalhadas (uma com dragões em espiral e outra de pernas em cabriola e decoração floral); um par de mesas de largos tampos de latão de Hong Kong ricamente gravados e pernas amovíveis de tamarindo; uma mesinha de sala com dois tabuleiros da mesma madeira e ornatos em latão (que era acompanhada por uma caixa de charutos, outra de cigarros e alguns cinzeiros, tudo do mesmo conjunto); três mesas-mãe decoradas com delicados embutidos em madre-pérola (as quais ainda hoje mantêm a numeração nas diferentes peças que as compõem e que permitiu a sua montagem, uma vez chegadas a Portugal); uma caixa de máquina de costura em cânfora (provavelmente adquirida em Hong Kong, pois dizia-se que a máquina de lá viera); uma arca goesa com pernas (e as gavetas da praxe); um banco de piano; e até uma simples mesa

¹⁹ Para alguns elementos complementares relativamente a este mobiliário dos anos 1930, cf. Mota e Lorena (1999, 159-165).

de abas em tamarindo (que serviria para tomar o pequeno-almoço no terraço, em Macau). Isto sem esquecer um espelho de parede com moldura em cânfora, três prateleiras entalhadas em pau-preto, um biombo japonês com embutidos e uma mesa feita a partir de uma grande caixa acharoadada, onde então se transportara uma rica colcha roxa em seda profusamente bordada e acompanhada por duas fronhas. E ainda um tapete de Hong Kong em tons rosados.

À semelhança da generalidade dos compradores de peças chinesas da época, os Rocha Saraiva não deixaram de adquirir um lote significativo de jarras e jarrões. De todos eles, o maior investimento tinha sido num par de jarrões *mandarin* já então considerados “antigos”, bem como num bengaleiro de porcelana da mesma época e decoração. Mas, para além deles, compraram pelo menos quatro outras jarras *mandarin* (se bem que já contemporâneas); um par de jarras *blanc-de-Chine* perfuradas; uma jarra de secção quadrangular e delicados reticulados (decorada com cavaleiros em extraordinárias montadas, de acordo com os cânones ocidentais); uma ampla urna dita *de Nanking* com tampa (usualmente chamada *jarrão da guerra*); um vasto jarrão *mil-flores* com pegas em forma de cabeça de elefante; dois jarrões de gargalo alto em latão, com dragões em redor; um jarrão de fundo verde e decorado com dragões coloridos; um jarrão *powder blue*; duas pequenas jarras japonesas em metal e em forma de cabaça; uma jarra branca decorada com uma cena figurativa; outra *de Satsuma* com flores.

Impressionava igualmente o amplo número de peças de porcelana oriental para mesa que conseguiram trazer. Mais uma vez, e mais do que a antiguidade, ressalta a quantidade. Quer incorporadas em serviços completos de chá e café, quer isoladas, terão decerto vindo cerca de duas centenas de chávenas – em grande medida de origem japonesa, a maior parte *kutani*, havendo no entanto pelo menos dois aparelhos de *Satsuma*. Isto sem contar com inúmeras taças e tigelas, pratos, potes de ginjas e peças de menor dimensão; ou quatro painéis de porcelana, duas maiores e as restantes achatadas, o tradicional cestinho de piquenique com o bule e os copos para o chá, e dois curiosos bules em forma de caracteres chineses. Vieram também, pelo menos, oito grandes pratos decorativos em porcelana: um, o maior, *mandarin* antigo; outro de decoração azul; quatro *mandarin* moderno (dois dos quais com motivos exclusivamente florais); e dois adornados com carpas e lagostas. Acrescente-se ainda um serviço *mandarin*, moderno, completo para jantar, a que podemos associar um jogo de mesa de copos de Hong Kong e inúmeras peças em laca: serviços de chá e café para dozes pessoas, tabuleiros, serviço para acepipes e conjunto de taças e *shaker* para *cocktails*,

bem como um tabuleiro de laca e outro de tamarindo entalhado, ambos com embutidos em madrepérola.

Em todas as divisões, em qualquer recanto, havia uma peça a evocar Macau – e Macau era evocada a partir dela. Fosse por causa de uma colorida taça em *cloisonné* com dragões ou de outra *mil-flores*, fosse por um cachimbo de ópio ou uma grande concha de madrepérola gravada e suportada numa base de pau-preto, fosse ainda por um espelho de mão japonês em metal polido mas já terrivelmente embaciado. Sem esquecer as estatuetas em tamarindo, porcelana, osso, marfim, representando personagens, cenas do quotidiano, pagodes e paisagens; caixas de diferentes formas e feitios (de costura, para cartas de jogar, para secretária, para correspondência, para toucador), em madeira e latão, charão, metal, pedra de sabão; dois leões na mesma pedra; gravuras encaixilhadas e rolinhos para suspender. Isto para além de uma boa quantidade de molduras em pau-preto, as tais que encontramos regularmente referidas nas listagens das malas de cânfora: pelo menos três ecrãs, outras três de grandes dimensões com dragões entalhados; duas com decoração floral, três ou quatro simulando bambu. Ou peças mais originais, como uma garrafa para *whisky* decorada com uma montagem em prata, ou uma cigarreira em tartaruga. E artefactos africanos – que não são tão surpreendentes se pensarmos nas escalas que se faziam até chegar a Lisboa –, como quatro grandes presas de elefante entalhadas e um conjunto de armas que o tempo oxidou.

Também avultavam as peças ditas *de latão da China*, em regra adquiridas em Hong Kong (Castro 1952, 61-62), das mais variadas dimensões, feitios e funções. Para além das anteriormente referidas, o casal trouxe um grande candeeiro em forma de pagode (e dois *apliques* que com ele faziam *pendant*); um outro candeeiro, este de parede, pendente de um dragão; um sino que fazia as vezes de *gong*, suspenso numa armação em tamarindo; uma caixa para ópio circular e de generosas dimensões; floreiras serpenteantes e tacinhas para decoração das mesas de jantar; dois budas; uma inusitada armação, dispondo de quatro pratos articulados num par de rodas, para servir bolinhos e acepipes; e dois belos bengaleiros minuciosamente gravados.

Restam as malas de cânfora, razão de ser do título deste trabalho. Que se saiba, eram em número de doze, às quais há que acrescentar outras duas, de dimensões mais reduzidas. Para além da, já referida, revestida a pau-preto e com embutidos em madrepérola à moda de Cantão, havia outra cuja madeira fora enegrecida, decorada com dragões e dispondo de trempe. As demais são em cânfora crua, com ligeiras diferenças na forma (uma ou duas fechaduras, pés diferenciados, decoração variada...). Destas, merecem destaque as que,

graças às listas que aqui se estudam, ficaram conhecidas por *número um* e *número dois*: de dimensões superiores às demais, relevos francamente mais elaborados e assentes em belas trempes de pau-preto. Nelas se acomodaram – mas não só, como em breve se verá – muitos dos têxteis adquiridos por Maria Celeste da Rocha, quer os de uso doméstico, quer os de maior aparato – como uma grande cortina de porta em seda vermelha bordada e uma ainda maior tarja de casamento, também elaboradamente ornada. Chegados a Portugal, expostas as peças, o fio de ouro sobre o vermelhão criava um especial impacto. “Pouco vale – notava a família em privado – mas faz imensa vista aos que nunca viram nada assim.”

Percorramos então as listagens que chegaram até hoje, ou seja, as das malas números um, dois, três e cinco.

As duas primeiras, formando um par, são, de entre a dúzia trazida de Macau, as mais impressionantes. De entalhe particularmente minucioso, têm dimensões avantajadas e estão suportadas por trempes de pau-preto. No interior da “N.º 1” acha-se afixada a lista que consta do anexo I.

A maioria dos objetos que nela se descrevem são, naturalmente, têxteis e peças de vestuário. Ora, a par dos de uso corrente (roupa interior, colchas e almofadões de *crepon*, camisas de dormir, travesseiros, lençóis de banho e “toalhas de rosto”), encontramos peças que imediatamente nos remetem para vivências mais orientais, ainda que adaptadas a padrões europeus (os “robos de algodão” e de seda são na verdade roupões chineses e japoneses, bordados ou estampados com motivos não raro de cores fortes e contrastantes; o mesmo se passando com os “pijames”, masculinos e femininos, onde tanto se podem incluir os efetivamente destinados à noite como conjuntos de calças e camisa/camisola para uso doméstico) e outras associadas a um maior aparato (como é o caso do *manton*,²⁰ um dos vários do género que foram trazidos; do reposteiro e cortinados de seda; dos almofadões bordados). Quanto às toalhas para mesa de jogo, remetem-nos para os ambientes da época, em que desempenhavam uma função importante em várias reuniões sociais. Algumas destas peças que sobreviveram até tempos mais próximos, segundo corria feitas em Macau ou Hong Kong, eram bastante originais em comparação com as suas congéneres europeias, com bordados de cartas de jogar a decorar o pano verde.

²⁰ Sobre estas peças, cf. Mota e Lorena (1999, 176).

No que diz especificamente respeito a lençóis, estes vieram em grandes quantidades: só nas quatro malas cujos inventários estudamos encontramos 78. O número não deve, porém, surpreender. Tratando-se de uma família pouco numerosa, apenas uma parte deles era efetivamente destinada ao uso doméstico, sendo, por outro lado, uma boa fração dos mesmos destinada ao enxoval da filha do casal. Assim, e para além daqueles que se destacavam pela sua qualidade ou matéria (três em “linho bordados com fronhas”, um de seda “com renda”), muitos dos outros também apresentavam bordados orientais, em regra em cores fortes (azul, verde, vermelho, amarelo-alaranjado) sobre tecido branco. O mesmo se pode dizer relativamente aos *napperons* (só nesta mala, 22) e às toalhas de mesa e de chá, com ou sem guardanapos. Algumas destas eram decoradas com bordados semelhantes aos dos lençóis, mas havia igualmente um lote significativo de peças bordadas a ponto-cruz, de acordo com padrões típicos da época que as individualizavam e justificavam o nome genérico que lhes era dado em Portugal: *toalhas de Macau*.

Subsistem algumas dúvidas no que toca a duas das verbas aqui registadas. Por um lado, os “[c]ortinados de filé”: sendo admissível que se referissem a peças de uso corrente, à data muito comuns, admito porém poder tratar-se de parte de seis pares de grandes cortinas, aos quais se juntam outras duas de maiores dimensões, de decoração também de inspiração oriental (com vasos de flores, borboletas, enrolamentos, volutas e ‘gregas’) e que durante décadas decoraram as janelas do salão onde se reuniram muitos dos objetos vindos de Macau. Por outro, as três “[c]obertas para cama”, as quais, desde logo, podem destinar-se ao quotidiano. É certo que o casal também trouxe uma grande colcha em seda roxa, bordada em tons fortes e com duas fronhas condizentes,²¹ mas creio que uma peça com tais características mereceria outro destaque ao ser descrita. Podem, por fim, ser reflexo de outra das memórias que perdurou relativamente à vinda dos objetos para Portugal: houve vários cortes de seda e damasco que, para não pagarem impostos nem tarifas, foram transformados em colchas e cortinas.²²

²¹ Veja-se Mota e Lorena (1999, 176).

²² Não deixa de ser interessante encontrar ecos de práticas mais ou menos idênticas num romance contemporâneo, *Macau (Via Hong Kong). Um romance de amor*, de Avelino Rosa (2001, 160, 165-166).

Finalmente, encontram-se nesta primeira lista dois produtos que se irão descobrir em todas as listagens aqui estudadas: por um lado, as cobertas de filé com forro de seda (que deviam ser muito apreciadas na época, sendo que algumas delas eram decoradas com caracteres e motivos chineses coloridos pintados sobre a renda) e, por outro, os caixilhos de pau-preto “para retratos” (dos quais veio pelo menos uma dezena, sendo três em forma de pequenos ecrãs).

Passemos para a segunda das listas em análise, igualmente datilografada e colada no interior da tampa da outra das arcas maiores, sendo-lhe aposta uma folha de dimensões mais reduzidas onde se lê “N.º 2”. Reproduzimo-la no anexo II.

O que consta desse rol?

Existem vários objetos que se relacionam facilmente com as considerações que teci no que respeita à lista constante da primeira mala: uma mistura entre têxteis de uso corrente (lenços, pares de meias, roupa interior, camisolas e cachecóis de lã, toalhas de bidé, de rosto e de banho, cobertores, cortinados de algodão) e outros de maior requinte (certamente alguns dos lençóis e lenços, entre os quais o de seda, e dos numerosos *napperons*, as toalhas de mesa e de chá, a coberta de filé forrada a seda, as cobertas de seda e em *crepon*, os pijamas e robes e as *parures* igualmente em seda). Em paralelo, também aqui se descobrem um reposteiro e cortinas em seda.

Do recheio desta “Mala n.º 2” importa ainda destacar dois aspetos: por um lado, a existência de artigos do quotidiano que ainda não eram comuns em Portugal (como as peças de faqueiro, sobretudo os talheres para peixe, o estojo com espelho, a manteigueira, os guardanapos para *cocktail*): por outro, o contraste entre objetos orientais com algum primor (os caixilhos em pau-preto e as cobertas de filé e seda; as sombrinhas japonesas e peças claramente decorativas como o pagode e jarras de metal; o ecrã de pau-preto²³ ou a peanha no mesmo material) e as peças mais mezinhas (de que são exemplo as guarnições para cozinha, os aventais de riscado e os sacos de costura), demonstrando que Maria Celeste da Rocha se esforçou efetivamente por nada deixar para trás.

A lista que acompanha a terceira mala vai no mesmo sentido das anteriores – verdadeira mescla entre têxteis e artigos decorativos, uns de uso corrente e outros mais aprimorados, onde achamos, par a par, panos de cozinha e para bolos ou aventais para criada, e um biombo japonês decorado com

²³ Certamente um dos mais pequenos ditos “de Cantão”.

peras duras, um quadro com madrepérola ou um tinteiro lavrado –, com as quais é formalmente muito semelhante. Acha-se transcrita no anexo III.

Resta a lista que acompanha a quinta mala. Apesar de também ser datilografada e estar colada no interior da sua tampa, foi escrita por mão diversa das anteriores (não é, desde logo, precedida da frase introdutória, há palavras grafadas de forma diferente²⁴ e a própria numeração não é apresentada exatamente nos mesmos termos). Admito que tal aconteça por ser a arca que continha a “roupa de uso”, isto é, algumas das peças que admito terem sido utilizadas ao longo da viagem, o que pode indiciar ter sido das últimas a ser fechada e, provavelmente, não ter seguido no porão do navio. Transcrevo-a no anexo IV.

Também se trouxeram recordações para parentes. Cada uma das irmãs de Maria Celeste Rocha recebeu uma mala de cânfora (uma destas senhoras usava a sua para guardar peles), *kimonos*, bem como algumas peças de louça e decoração (serviços de chá, bricabraque em latão e marfim). A sobrinha, que na altura tinha cerca de sete anos, recorda terem-lhe trazido “um pijama de chinesa”, que vestiu no Carnaval. O casal também oferecia objetos vindos de Macau em momentos especiais, quando estavam em causa pessoas próximas. Por exemplo, por ocasião do casamento do sobrinho João Viegas Pimentel com Maria Inês Sinde Filipe, os noivos receberam um prato grande *mandarin*, uma saladeira com talheres em laca vermelha e uma bandeja do mesmo material.

É sabido que, para além das várias malas de cânfora, houve várias outras formas de transporte de objetos rumo a Portugal. Por um lado, boa parte das louças (nomeadamente as chávenas), para não se quebrarem, vieram em caixotes cheios de serradura – um amortecedor económico, abundante e pouco pesado. E o certo é que poucas foram as peças que chegaram partidas. Por outro – e porque nem tudo correu de feição –, António Filipe Pimentel recorda falarem do que não veio em malas de cânfora, ou seja, o que foi encaixotado, provavelmente por já não caber naquelas arcas. Ora, chegados a Lisboa, descobriu-se que alguns desses caixotes tinham sido atacados pela formiga-branca, que neles conseguira entrar ainda em Macau e que durante a viagem, com a sua voracidade habitual, tudo destruíra. Uma das peças que não resistiram era um casaco de peles que, uma vez aberto o caixote, parecia estar miraculosamente intacto. No entanto, “desfez-se em pó quando lhe tocaram”. Permaneceram, durante as décadas e as gerações, ecos desse temor dos estragos produzidos pela formiga-branca, vindos de

²⁴ Como *pijame/pijama*, ou *sêda/seda*.

uma já longínqua passagem por Macau – em parte consubstanciados numa toalha de jantar bordada atacada por ela e que provavelmente fora das poucas peças que se puderam resgatar, ainda que em muito más condições, das tais caixas, guardada durante largas décadas, pois achava-se que as partes menos roídas ainda eram suscetíveis de serem aproveitadas para fazer sacos de guardanapo.

Esse é, aliás, outro dos traços marcantes da estratégia de aquisições de Maria Celeste da Rocha: comprar tanto quanto possível, a preços tão interessantes quanto possível, e nada desaproveitar. Importa assim sublinhar que o casal trouxe tudo, mas literalmente tudo, que conseguira reunir em Macau. E esse é um dos sucessos que obtiveram, pois, para além de reunir as peças, havia que tratar da sua expedição. E tal podia ser uma fonte de desânimos. Quais seriam, então, os métodos de aquisição de Maria Celeste da Rocha? Não difeririam muito dos praticados pela maioria dos interessados em peças chinesas na Macau da época; só que o parecia fazer com uma dedicação e persistência invulgares, o que acabou por lhe garantir um conhecimento eficaz do mercado local, associado à boa capacidade de gestão enfatizada pelos que a conheceram. Em primeiro lugar, um deambular constante e atento pelos *tin-tins*, sempre em busca de novidades e bons preços. Por outro, as compras a preços de saldo na época de jogo. Finalmente, as visitas regulares às lojas de Macau e Hong Kong.

O cuidado em nada deixar para trás reflete-se em vários pequenos aspetos. Pensemos em alguns. Dois pequenos abanicos promocionais de um hotel de Hong Kong foram emalados: brindes modestos, de papel e pega em bambu, do então já célebre *New Asia Hotel*, com filiais em Xangai, Hong Kong e Cantão. Um prato japonês, de grandes dimensões mas ainda em fase de cozedura intermédia (pelo que sem as cores e a decoração finais), mesmo assim não foi deixado para trás e permaneceu, num sótão, acomodado numa caixa de pau, sem qualquer préstimo. Largas dezenas de cartõezinhos vindos em caixas de fósforos²⁵ (representando personagens mitológicas, histórias de complicados enredos, episódios lendários, beldades, aves, comboios, vistas de Xangai, Peping, Hangchow, Wuchang, Hanyang, Hankow, Cantão, Kowloon, Chufu, Taishan, Taian, Hong Kong e Nanquim) não ficaram esquecidos ou foram deitados fora: antes se colecionaram num álbum.

²⁵ Alguns da *Nanyang Brothers Tobacco Co., Ltd. China*.

Isso sem contar com os postais com beirdades orientais da época, as ementas, as gravurinhas de sabor popular, cadernos com autógrafos e uma série de pequenos objetos de papel na altura certamente de valor muito reduzido (por exemplo, um jogo de quatro cartões com personagens cujos trajes são feitos de pedacinhos de selos postais recortados), que enchem álbuns. Ou um convite que à época seria decerto banal, mas que, em Portugal, poderia fazer pensar em misteriosos orientes:

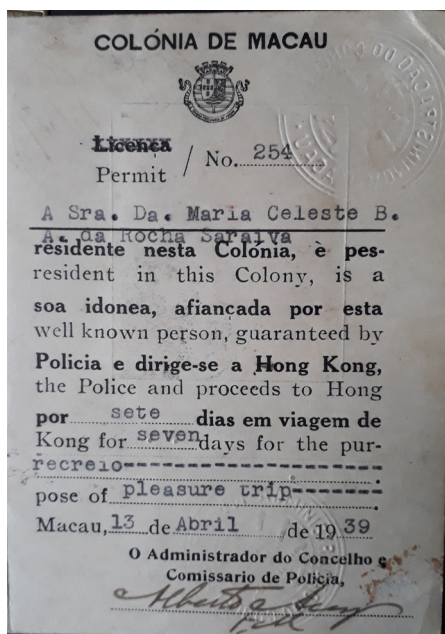
Wong Hón Heng (João) gerente de Fat-Shin-Han, tem o prazer de convidar V. Ex.a e sua Ex.ma família para assistir o [*sic*] seu casamento que terá lugar no dia 8 do corrente e bem como ao jantar no Hotel Ng-Chau ás 20 horas. Macau, 6 de Março de 1936.

Isto a par de alguma documentação administrativa, que de outra forma se teria inevitavelmente perdido, e que foi conservada nos mesmos moldes. É o caso de uns vistos da política de Macau, em português e inglês, que justificavam uma das várias saídas do território em família. Transcrevo um desses impressos, pequena tira de papel dobrada ao meio. Na primeira página lê-se:

Colónia de Macau/ Permit No. 254. A/ A Sra. Da. [*sic*] *Maria Celeste B. A. da Rocha Saraiva* residente nesta colónia, è pessoa idonea, afiançada por esta Policia e dirige-se a Hong Kong por *sete* dias em viagem de *recreio*. Macau, 13 de *Abril* de 1939/ O Administrador do Concelho e Comissario de Policia [segue-se a assinatura].²⁶

Na segunda página, uma fotografia tipo passe carimbada pelos serviços do consulado britânico em Macau e assinada. Na seguinte, o visto propriamente dito, este agora apenas em português: “Visto. Repartição Central dos Serviços de Administração Civil em Macau, 13 de Abril de 1939./ O Chefe de Serviços, Luís de Menezes Alves” (figs. 16 e 17).

²⁶ Indico em itálico o que foi datilografado nos espaços brancos do impresso. Versão em inglês: “A Sra. Da. [*sic*] *Maria Celeste B. A. da Rocha Saraiva* residente in this Colony, is a well known person, guaranteed by the Police and proceeds to Hong Kong for *seven* days for the purpose of *pleasure trip*”.



16 Macau, década de 1930
(coleção Casa da Venda do Porco).
Créditos: Autor.



17 Macau, década de 1930 (coleção Casa da Venda do Porco). Créditos: Autor.

Esta multidão de pequenos nada, de recordações que pouco mais tinham do que valor estimativo, as quais, uma vez de regresso à Europa, exsudavam uma nostalgia profunda pelos “anos de Macau”, regularmente revisitada, parece-me ter três consequências. Por um lado, servia de garante de um período que se estremecera e de um *allure* orientalista que se procurava manter; por outro, testemunha que os propósitos de Maria Celeste da Rocha e família não passaram por apenas trazer objetos em quantidades massivas com fitos negociais ou de mera ostentação, sem com eles desenvolver a ligação que efetivamente estabeleceu; por fim, justificando os móveis, as louças, os tecidos vindos de Macau – humanizando, afinal, toda aquela larga parafernália –, permitiu manter uma proximidade com o Oriente que, mesmo que eivada de todos os desvios que um olhar ocidental pode comportar, tornou a península da desembocadura do Rio das Pérolas extraordinária e paradoxalmente vizinha dos pinhais da Beira. Ao entrarem no entretanto desaparecido *salão chinês*, podiam, à semelhança de Jaime do Inso, que também ficara indelevelmente marcado pela Macau dos anos 1930:

[u]ma sala pequena que só tem de grande a imensa recordação da China. É assim que o oficial de marinha, Jaime do Inso, descreve em 1930 a pequena sala da sua casa de Lisboa onde guardou as recordações da estadia no Oriente. Nada de riquezas nem de monumentais obras de arte [...] apenas recordações perduráveis como as que ficam para uma vida inteira... onde cada Buda que sorri e medita me evoca uma rua... um passeio, cada móvel uma companhia, cada bibelot um mistério [...] (Mota e Lorena 1999, 135)

Só assim, e uma vez mais a título de mera ilustração, se compreende que um grande buda em porcelana, de pele dourada e manto florido, sorrindo beatificamente de olhos em alvo (lembrando um pouco a descrição de Jaime do Inso, fascinado com uma peça do género (Inso 1997, 52-53)), vá, geração após geração, aparecendo em várias fotos e, ainda hoje, depois de ter desaparecido e ser resgatado a um antiquário amável, nos continue a mirar diariamente, numa intimidade de quase pessoa da família. Provando que os objetos, sejam eles exuberantes ou insignificantes, por vezes revelam-se determinantes na construção e manutenção de laços, bem como penhor de proximidade, ultrapassando distâncias, épocas e todo o tipo de reveses. Um buda de semblante alegre, tal como o valor histórico e simbólico de um espólio do jaez do reunido pelos Rocha Saraiva, ou as listagens que servem de base a este trabalho (sempre suscetíveis de serem revisitadas quando as malas de cânfora se abrem), tornam-se testemunhos eloquentes de uma

época e de uma forma de ver e representar Macau. Essas velhas folhas datilografadas, cada uma das “[r]elação dos artigos que acompanham esta mala”, perfumadas pelo odor a cânfora, são ponte privilegiada para uma Macau forçosamente idealizada, ao mesmo tempo distante e próxima. E, em certos casos, decerto mais do que densas dissertações, vão além de graves e ponderadas considerações.

Anexo I

Transcrição da lista da “Mala nº 1”

Mala nº 1

Relação dos artigos que acompanham esta mala:

Reposteiros de sêda verde	1 (um)
Cortinados de sêda verde com renda	2 (dois)
Camisas de dormir (d’homem)	6 (seis)
Cobertas de crepon	1 (uma)
Caixilhos de pau prêto para retratos	5 (cinco)
Coecas de popeline	5 (cinco)
Coecas de algodão	7 (sete)
Robes de algodão	4 (quatro)
Robes de sêda	2 (dois)
Toalhas de jôgo	3 (três)
Almofadões bordados	1 (um)
Almofadões de crepon	2 (dois)
Maton de sêda	1 (um) ²⁷
Pijames de popeline para homem	5 (cinco)
Pijames de sêda para homem	5 (cinco)
Pijames de algodão para senhora	3 (três)
Pijames de seda para senhora	10 (dez)
Travesseiros	38 (trinta e seis)
Lençóis de banho	2 (dois)
Toalhas de rosto	12 (doze)
Lençóis	20 (vinte)
Lençóis de linho bordados com fronhas	3 (três)
Lençóis de seda com rendas	1 (um)
Naperons vários	22 (vinte e dois)
Toalhas de meza	5 (cinco)
Toalhas de chá	10 (dez)
Cortinados de filé	4 (quatro)
Cobertas de filé com forro de sêda	1 (uma)
Cobertas para cama	3 (três)

²⁷ Item riscado.

Anexo II

Transcrição da lista da “Mala nº 1”

Mala nº 2.

Relação dos artigos que acompanham esta mala

Lençóis	12 (doze)
Toalhas de meza com guardanapos	2 (duas)
Sétes	1 (um)
Toalhas para meza de jogo	3 (três)
Couvre-piet [<i>sic</i>]	1 (um)
Caixilhos de pau preto para retratos	5 (cinco)
Pares de meia de algodão	17 (desessete)
Camisolas de lã	4 (quatro)
Cobertas de filé forradas de sêda	1 (uma)
Toalhas para bidé	8 (oito)
Toalhas de banho	2 (duas)
Cuécas de algodão	7 (sête)
Toalhas de chá	4 (quatro)
Cobertores	2 (dois)
Guarnições para cosinha	3 (três)
Cobertas de sêda para cama	2 (duas)
Lenços para homem	12 (doze)
Cobertas de cama de crepon	4 (quatro)
Almofadas de cama de crepon	3 (três)
Pijames de sêda para homem	4 (quatro)
Naperons vários	34 (trinta e quatro)
Aventais de riscado	5 (cinco)
Lençis de sêda	1 (um)
Robes de sêda	1 (um)
Reposteiro de sêda encarnada	1 (um)
Cortinas de sêda encarnada	3 (três)
Pijames de sêda para senhora	3 (três)
Lenços para senhora	12 (doze)
Parures de sêda	3 (três)
Sacos para costura	2 (dois)
Cascois [<i>sic</i>] de lã	2 (dois)

Sombrinhas Japonezas	2 (duas)
Garfos para sobre-meza	12 (doze)
Facas para sobre-meza	12 (doze)
Colheres para refrescos	12 (doze)
Pagóde de metal branco	1 (um)
Jarras de metal	2 (duas)
Estojo de massa com espelho	1 (um)
Manteigueira [<i>sic</i>] de metal	1 (uma)
Lenços de sêda para senhora	3 (três)
Ecran de pau prêto com pianha	1 (um)
Pianha de pau prêto	1 (uma)
Cortinados de algodão	3 (três)
Guardanapos para coktail [<i>sic</i>]	24 (vinte e quatro)
Lenços de senhora com renda de filé	6 (seis)
Camisolas para homem	5 (cinco)
Combinações de sêda preta	3 (três)
Estojo com meio faqueiro para peixe	1 (um)
Almofadões	2 (dois)

Anexo III

Transcrição da lista da “Mala nº 3”

Mala nº 3.

Relação dos artigos que acompanham esta mala

Lençóis	22 (vinte e dois)
Toalhas de chá com guardanapos	7 (sête)
Toalhas de meza com guardanapos	5 (cinco)
Travesseiros	35 (trinta e cinco)
Colchas de filé forradas de sêda	2 (duas)
Naperons vários	18 (desoito)
Lenços de senhora	6 (seis)
Lenços para homem	12 (doze)
Pijames para homem	3 (três)
Cuécas de algodão	3 (três)
Combinações de algodão	3 (três)
Ridous de filé	2 (dois)
Cobertas de sêda para cama	2 (duas)
Parures	2 (duas)
Jarras de metal	1 (uma)
Sepulturas chinas em pedra	2 (duas) ²⁸
Peixe em madeira de pau prêto	1 (um)
Budas de metal	2 (dois)
Cuécas de seda crua	4 (quatro)
Robes de sêda	1 (um)
Lenços de sêda para cabeça	5 (cinco)
Boiões em metal amarelo	4 (quatro)
Cinzeiro em metal amarelo	1 (um)
Fosforeira em metal amarelo	1 (uma)
Tinteiro de pedra lavrada	1 (um)
Panos de cozinha	20 (vinte)

²⁸ Tratava-se de miniaturas munidas de um pequeno botão escondido. Acionado esse dispositivo, o caixão era ejetado da sepultura.

Panos para bôlos	2 (dois)
Bandeja de metal branco	1 (uma)
Mantons	1 (um)
Biombo japonês	1 (um)
Quadros de madeira com madre-pérola	1 (um)
Aventais para criada	1 (um)
Toalhas de mão turcas	5 (cinco) ²⁹

²⁹ Este último item foi acrescentado posteriormente a lápis.

Anexo IV

Transcrição da lista da “Mala nº 5”

Mala nº 5.

Roupa de uso	
Pijamas de flanela	4 quatro
Coberta de file forrada de seda	1 uma
Cobertores	3 tres
Caixilho de pau preto com um retrato	1 um
Avental de criada	1 um
Almofadões azuis	2 dois
Travesseiros	2 dois
Cortinados côr de rosa	4 quatro
Reposteiros de seda encarnada	1 um
Cobertas de seda para cama	1 uma
Couvre-pied	1 um
Toalhas de mesa com guardanapos	4 quatro
Toalha de cha com guardanapos	1 uma
[Toalha de chá] sem [guardanapos]	3 tres
[Toalha] de rosto	24 vinte e quatro
Lençóis	20 vinte
Bambinelas côr de rosa	2 duas
Cobertas de file com forro de seda	2 duas
Naperons varios	12 doze
Uma caixa de cartão com as peças do faqueiro.....	
Estôjo dum faqueiro para 8 pessoas	1 um

Bibliografia

- ARESTA, António, Amadeu Gonçalves, e Tiago Quadros. 2017. *Manuel da Silva Mendes: Memória e pensamento*, vol. I. Livros do Oriente.
- BOTAS, João F.O. 2012. *Macau 1937-45 – Os anos da guerra*. Instituto Internacional de Macau.
- BOTAS, João F.O. 2017. *Manuel da Silva Mendes. Biografia, 1867-1931*. Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.
- BRAGA, Maria Ondina. 1991. *Nocturno em Macau*. Editorial Caminho.
- CASTRO, Ferreira de. 1952. *A Volta ao Mundo. III volume*. Guimarães Editora.
- CHESNEAUX, Jean. 1976. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. Livraria Pioneira Editora.
- COELHO, R. Beltrão. 1990. *Macau: retalhos. Passado, presente, futuro*. Livros do Oriente.
- DARWIN, John. 2016. *Ascensão e Queda dos Impérios Globais 1400-2000*. Edições 70.
- HESPAÑA, António Manuel. 1999. “O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)”. In *O Orientalismo em Portugal*, coordenado por Ana Maria Rodrigues. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- INSO, Jaime do. 1936. *China*. Edições Europa.
- INSO, Jaime do. 1997. *Cenas da Vida de Macau*, 2.^a edição. Instituto Cultural de Macau.
- MENDES, Carmen Amado. 2016. *As Negociações de Macau 1986-1999*. Universidade de Macau e Centro Científico e Cultural de Macau.
- MOTA, Maria Manuela Soares de Oliveira, e Ana Clara da Silveira e Lorena. 1999. *Artesão Chinês, Cliente Europeu. O móvel chinês de influência ocidental em coleções reais e particulares portuguesas*. Missão de Macau em Lisboa.
- OLIVEIRA, Luís Pedroso de Lima Cabral de. 2005. “Venda do Porco: factos, história, genealogia e tradição familiar no evoluir de uma quinta da Beira”. *Raízes & Memórias* 21: 29-72.
- PINTO, Hermengarda Marques. 1955. *Macau: Terra de lendas*. Campanha Nacional de Educação de Adultos.
- PIRES, Daniel. 1988/89. “António Sérgio em Macau. Nove cartas inéditas”. *Revista de Cultura*, ano II, 2 (7/8) (outubro/março): 109-118.
- PIRES, Daniel. 1992. *Camilo Pessanha Prosador e Tradutor*. Instituto Português do Oriente.
- ROSA, Avelino. 2001. *Macau (Via Hong Kong). Um romance de amor*. Diferença.
- TEIXEIRA, Manuel. 1997. *Toponímia de Macau*, vol. II. Instituto Cultural de Macau.

‘Viva Salazar!’: nationalistic propaganda in Macau under the *Estado Novo*

José Luís de Sales Marques*
Catherine S. Chan**

Anais de História de Além-Mar XXV (2025): 85-118.
DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.48986>.

Resumo

Após a implantação do Estado Novo em 1926, Portugal procurou de forma crescente integrar as colónias na estrutura nacional sob a sacrossanta trindade de Deus, Pátria e Família. Explorando o caso de Macau sob a administração salazarista, este estudo revela nuances no projecto alargado de centralização imperial. Evidencia que a singularidade de Macau como território relativamente marginal do império português e uma cidade sob crescente influência chinesa manteve-se fora do controlo absoluto de Portugal, levando, contudo, tal circunstância a permitir que ela permanecesse por mais tempo, como uma colónia do império português.

Palavras-chave: Estado Novo, império português, Macau colonial, regime de Salazar, imperialismo.

Data de submissão: 7/11/2022

Data de aprovação: 3/07/2026

Abstract

After the establishment of the *Estado Novo* (New State) in 1926, Portugal increasingly sought to integrate its colonies into the national framework under the sacrosanct trinity of ‘*Deus, Pátria e Família*’ (God, Nation and Family). Exploring the case of Macau under the Salazarist administration, this study reveals nuances in the broader project of imperial centralization. It reveals that the uniqueness of Macau as a relatively marginal territory of the Portuguese empire and a city that was increasingly influenced by China kept it out of Portugal’s absolute control, yet such circumstances ultimately allowed the territory to hold out as the longest-standing colony of the Portuguese empire.

Keywords: *Estado Novo*, Portuguese empire, colonial Macau, Salazar regime, imperialism.

Date of submission: 7/11/2022

Date of approval: 3/07/2026

* Instituto do Oriente, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-8265-8491>. E-mail: por.macao@gmail.com.

** Lingnan University, Hong Kong.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2044-8526>. E-mail: cathchan@ln.edu.hk.

After the establishment of the *Estado Novo* (New State) in 1926, the Lisbon administration increasingly sought to integrate Portugal's colonies into the national framework under the sacrosanct trinity of '*Deus, Pátria e Família*' (God, Nation and Family). The 1930 *Acto Colonial* (Colonial Act, later replaced by the Organic Law of the Overseas Territories in 1951) highlighted the need for trans-colonial solidarity (Alexandre 1993, 1117-1136; Bivar 1978). Throughout this period, Portugal attempted to centralize control over its Asian and African possessions through various forms of propaganda such as cartography, colonial expositions, and imperial conferences (Polanah 2011; Corkill and Almeida 2009, 381-399; Cairo 2006, 367-395; Alexandre 2000, 188-189; Cunha 2001). A Portuguese economic sphere, marked by the use of a single currency (Portuguese escudo) and free trade within the empire, was constructed to increase the importation of raw materials and minerals to Portugal, and export Portugal-manufactured products to its overseas territories (Ferreira 2005). Notably, this new economic model did not apply to Macau, Portugal's tiny possession in southern China, which had long seen influences from the Chinese mainland. What we saw, instead, were the Macau administration's attempts to echo parts of the Portuguese national project in order to strengthen its grip over local affairs and sustain its authority over a predominantly Chinese population. This study explores Macau between 1926 and 1966 in revealing the limitations of Salazar's plan to construct solidarity within the Portuguese empire. We first demonstrate how local government policies and propaganda helped to construct a general image of loyalty to the *metrópole*. We then look beneath the surface to explore the failure of Salazar's attempt to centralize Portuguese authority across its overseas territories. We argue that the unique situation of Macau as a place between Portugal and China made it impossible for Macau to come under absolute Portuguese control yet it was such circumstances that allowed the territory to remain as the longest-standing colony in the Portuguese empire.

With the advent of modern print capitalism, new sites of sociability burgeoned within transnational civic associations, diasporic communities, and nationalistic organizations during the first half of the twentieth century, resulting in the emergence of what Benedict Anderson termed as 'secular, historically clocked imagined communit[ies]' (Anderson 2006, 15, 39; Lewis 2011, 127-144; Limapichart 2009, 361-399; Lewis 2012, 302-324; Aiyar 2011, 1012-1013; Kreissler 2000, 211-230). Anti-colonial sentiments spread across Asia's colonial cities, particularly Southeast Asia, resulting in the construction of unprecedented nationalisms (Harper 2000, 213-240;

Frost 2004, 59-69). Nonetheless, not all colonial cities turned against their governments in this trajectory. Domiciled subjects found alternative 'homes' in colonial cities, identifying as imperial citizens of their respective colonies. The Chinese diasporic communities of the Straits Settlement, for instance, took on more than one political allegiance: they reaffirmed their ethnic pride and loyalty to the British empire, yet simultaneously participated in the imagination of new 'Burmese', 'Singaporean', and 'Malayan' identities (Keo 2020, 99-117; Edwards 2004, 277-335; Chua 2010, 145-154). When these cities became independent nations between 1948 and 1965, the new 'local' identities intertwined with notions of nationalism, multiculturalism, and their colonial pasts (Goh 2014, 79-101; 2008, 4-19). Hong Kong witnessed the involvement and assistance of Chinese elites in sustaining the rule of the British colonial government, especially during emergencies related to the Chinese population (Carroll 2005, 146-164). Similar to Macau, the British colony did not see an outbreak of major anti-colonial movements in the post-war period but for varied reasons. The British colonial government placed emphasis on turning the Chinese into responsible citizens and during the 1970s, carried out thorough social reforms in hopes of deepening the animosity between its Chinese residents and China (Mark 2007, 1145-1181; Li 2012). Suspended between a changing China and an authoritarian Portugal, Macau saw a different development. On the one hand, the colonial government consistently expressed its loyalty to the Portuguese nation, adopting the *metrópole's* new policies of control to not only promote Portuguese nationalism, but also silence local voices of opposition against both Portugal and the Macau authorities. On the other, it relied especially during the post-1949 period on collaboration with Chinese elites linked to the Chinese Communist Party (CCP) to mediate Macau's relations with the People's Republic of China (PRC) with the aim of maintaining its rule over the city. As opposed to Salazarist vision of creating a unified Portuguese identity, Macau unfolded as a city that on the surface pledged allegiance to Portugal but deep down accommodated the consolidation of Chinese authority on Portuguese soil.

Encompassing three continents and in the face of varying local circumstances, the Portuguese government's efforts in executing a centralized system could only be piecemeal. In its African dominions, for instance, state broadcasting remained absent until the mid-1950s due to the lack of investments and the absence of a clear national policy concerning the creation of stations in the colonies (Ribeiro 2014, 920-937). The *metrópole*, nonetheless, heavily exploited on its African territories by imposing direct taxation

and removing the fiscal powers of chartered companies (Alexopoulou 2019, 230-263; Havik 2013, 159-221; Smith 1974, 653-667). A different terrain unfolded in Macau. Apart from paying dues to Portugal, the city's economy largely remained outside the *metrópole's* influence. After the end of the Second World War, Macau's economy thrived from the lucrative trade of gold and commodities with the PRC (Gunn 2005, 133-134). In addition, the colony was left to operate under its own currency, the pataca, with rights of access to Portugal's imperial economic sphere and some responsibilities in contributing to the strength of the Portuguese escudo in the exchange market. A 1972 report, for instance, showed unspecified earnings from Macau that helped offset a deteriorating trade deficit between Portugal's overseas dominions and foreign countries.¹ Macau's case, yet to receive scholarly attention due to its small size and relative lack of economic significance, offers us an opportunity to understand how the Salazarist regime's imperial project differed according to local circumstances.

Notably, Portugal lost the majority of its overseas dominions during the period of the *Estado Novo* when local elites 'imagined' new identities built on anti-colonial sentiments: Angolan elites, for instance, took advantage of the 1934 *Exposição Colonial Portuguesa* (Portuguese colonies exhibition) to articulate local identity through displaying a map that was printed by the *Empresa Gráfica de Angola*, a company owned by an advocate of Angolan autonomy (Spangler 2018). In Goa, the loss of provincial autonomy under the *Acto Colonial* resulted in protest and a surge of interest towards developing an anti-colonial Goan identity (Risbud 2002, 44-45). Portugal eventually lost its colonies in Africa, Timor, and India by 1975, leaving Macau standing as its last colony until 1999. In contrast, Macau saw the relative absence of anti-Portuguese sentiments. This, nonetheless, did not mean the Salazar administration was successful in implementing its imperial project on Macau. Macau's status quo as a Portuguese colony was made possible by countless negotiations between China and the Portuguese colonial administration, led by Chinese elites that pledged allegiance to both governments, as well as Portugal's appeasement of Chinese demands in the post-1949 period. To demonstrate the extent to which Salazar's vision and objective of making Portugal 'rise again' were implemented in Macau, the first section explores the measures the colonial administration took in mirroring Salazar's imperial project and the general picture of loyalty that

¹ For the official report, see Central Intelligence Agency, *Portugal Handbook* (<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-00891a001300060001-3>), pp. II-7.

was constructed through official propaganda. The second section highlights various episodes of tension and negotiation that took place between China and Portugal. It emphasizes the failure to integrate Macau into the *metropole's* plans and the limitations of Salazarist governance as Macau gradually came under the influence of the CCP. Ultimately, this study suggests that although the Salazar regime was profoundly anti-communist, the Salazarist regime's desire to uphold its overseas territories worked hand-in-hand with the PRC government's attempts to consolidate its footing in the circumstances of an ongoing Cold War. It also aims to provide an alternative narrative to the experiences of Portugal's colonies under the Salazar regime. As opposed to the unfolding of anti-Portuguese movements in Portuguese Africa and India, Macau remained as a Portuguese colony sustained by close collaboration between the Macau administration and local Chinese elites with links to the Chinese mainland.

I

Between the thirties and the sixties, the *Estado Novo* sought to integrate its overseas dominions through a number of national initiatives. The 1933 Organic Charter of the Portuguese Colonial Empire explicitly stated that the nation considered the native races of Portuguese India, Macau and Cape Verde equally as 'Portuguese citizens' (Silva 2019, 81). While Macau was not fully integrated into the Portuguese economic sphere, the presence of Portugal was felt in various projects. The Macau government sent representatives to the imperial conferences, which was meant not only to improve communication between the colonies and Portugal, but also to stimulate discussion with top colonial officials regarding the deployment of colonial resources to stimulate Portugal's global trade.² In 1932, Macau presented a fee to the *metrópole*, which constituted 200 000 in Hong Kong dollars, squeezed out of a drastic fiscal budget cut in public works and services. The following year, the governor of Macau and the director of finance and accounting services joined the *Conferência Imperial Colonial Portuguesa* (Portuguese colonial empire conference) in Lisbon.³ Before his departure, the governor revealed to a local newspaper, *A Voz de Macau*, his hopes of discussing

² "Portugal and Macao: question of a military contribution for coming discussion", *South China Morning Post*, 23 May 1933, p. 3.

³ Ida à metropole de governador de Macau e do director dos serviços de fazenda e contabilidade, nos termos do decreto no. 22322, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/14299.

local issues such as improving the city's medical provisions and increasing the salaries of public servants with the minister for the colonies. In 1935, Macau was chosen as the meeting place for a Portuguese imperial economic conference.⁴

In addition to meetings between Portugal and its colonies, the *Estado Novo* used commemorative events and colonial expositions as cultural platforms to forge the celebration of 'diversity' and 'hybridity' in order to spread Salazar's nationalist-imperialist vision, which was intended to shape feelings of national pride and suppress the "anti-national" (Corkill and Almeida 2009, 381-399). The core symbols featured in the expositions encompassed God, nation, family, unity, cohesion, universalism, empire, civilization, and multi-racialism (Corkill and Almeida 2009, 382). Fitting particularly into the categories of empire, civilization, and multi-racialism, a tea pavilion with Chinese colours was featured in Porto in the 1934 colonial exhibition to represent Macau (**fig. 1**), together with some Chinese-styled clay displays and traditional musical and religious acts.⁵ In 1940, a local street named Rua de Macau was recreated in the *Exposição do Mundo Português* (Portuguese world exhibition). The main attraction comprised of a collection of over fifty paintings depicting Macau's people and streets from a Portuguese painter named Fausto Sampaio. To complete the collection, Sampaio stayed in Macau under the appointment and sponsorship of the state (Castro 2020, 293-298).

⁴ "Portuguese parley: inter-colonial conference to be convened", *South China Morning Post*, January 18, 1935, p. 11.

⁵ The carved displays were sent to the writer of a blog and was mentioned in João Botas, "Pavilhão do Chá no Porto em 1934" (<http://macauantigo.blogspot.com/2011/04/pavilhao-do-cha-no-porto-em-1934.html>).



1 An orchestra in front of the Macau pavilion.
Credits: Manuel de Sousa, “Revisitar a
Exposição Colonial Portuguesa através
das fotografias de Alvão”, *Sensos-e* 9, no. 3
(2022), p. 38.

Another objective of Salazar’s project was to strengthen the national consciousness of all youth living in the Portuguese territories. To achieve this, the Portuguese administration created youth associations that subsequently flowered across the colonies.⁶ Macau witnessed the emergence of two associations, *União Nacional de Macau* (Portuguese national union) in 1940 and *Mocidade Portuguesa* (Portuguese youth) in 1939. The former, which emerged in Portugal in 1930, reflected the state’s intention to “promote, protect and help” organizations designed to train and prepare the youth for military responsibilities whereas the latter, formed in 1936, was known as a ‘national and pre-military organization designed to stimulate the formation of character and devotion to the *Pátria*’ (Meneses 2009, 137). Although the *Mocidade* was meant to operate like the Italian Fascist *opera nazionale balilla* and the Nazi Hitler youth, Macau’s version of the *Mocidade Portuguesa* worked like a scouts association. After receiving a uniform, a flag, and an anthem, participants of Macau’s *Mocidade Portuguesa* took part in various sports and

⁶ Similar organizations had previously emerged in the metropole under the Republic such as the *Instrução military preparatória* (IMP).

early military training.⁷ They also subscribed to the official gazette, *Boletim da Mocidade Portuguesa* and performed in national celebrations organized by the Macau government.⁸ In 1946, Macau's *Caixa Escolar*, a welfare fund for the education of the poor, was further dissolved and integrated into the activities of the *Mocidade*.⁹ However, the *Mocidade* was not a successful initiative inside and outside Macau. Salazar was indifferent to these organizations, resulting in chaos and disorganization (Meneses 2009, 138-139). The Portuguese themselves did not regard it seriously and elsewhere in the Portuguese colonies, the youth organization was taken as nothing more than a scouts association (Errante 1998, 281, 293).

União Nacional de Macau, aimed at securing universal support towards the Portuguese government's civic, social, and economic activities, inaugurated in 1940. Its establishment coincided with the fourteenth anniversary of the 1926 coup d'état, prompting the Macau administration to organize a grand inauguration filled with nationalistic fervour. Carlos Eugenio de Vasconcellos, the first chairman of the *União* assembly, emphasized its primary objective as offering support to the colonial and Lisbon governments in their efforts of 'achieving unselfish national development'.¹⁰ The event came with a display of booklets issued by the Lisbon publicity department and eventually concluded with the publication of the *Publicação da União Nacional de Macau no ano XIV da revolução*, which included official writings about developments in Macau's national education, military cooperation between Macau and Mozambique, the *Estado Novo*'s imperial policies, and Macau's historical developments.¹¹ In 1943, a weekly newspaper, *União*, was established in the colony as the official mouthpiece of both national institutions.¹² On the surface, the *União* emerged as a centralized platform for the construction of feelings of brotherhood, loyalty, and patriotism through

⁷ See, for instance, the *Mocidade*'s participation in the activities of the *Club Náutico de Macau*, formed in 1949. Aomen zaoqi fanchuan yundong 澳門早期帆船運動, Macau, Arquivo de Macau, MO/AM/DA/029.

⁸ 1.^{as} regatas internacionais em Macau, Macau, Arquivo de Macau, MO/AM/DA/029/09; Assinatura dos Boletins da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/17999.

⁹ Extinção da Caixa Escolar de Macau e a sua integração com os seus compromissos e haveres na Mocidade Portuguesa, 1 Nov. 1946, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19407.

¹⁰ "Macao ceremony, inauguration of quarters for national union: Portuguese regime", *South China Morning Post*, 31 May 1940, p. 4.

¹¹ *Publicação da União Nacional de Macau no ano XIV da revolução* (Macau, 1940).

¹² Pedido feito por António Maria da Conceição, para estabelecer em Macau, um jornal semanal denominado 'União', que será o órgão da União Nacional e da Mocidade Portuguesa, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/18752.

discussions of Salazar's thoughts, but it was in reality dominated by prominent and ambitious elites eyeing political ascension.¹³ Serving as a long and outstanding member was crucial in running for the higher offices, particularly for those aspiring to enter the national assembly of Portugal.¹⁴ Candidates were first nominated by the local *União*, and they were later elected by the electorate of the colony, whose members were also a part of the *União* itself. The influence of the *União* over the elections was profound as only its members could run for election and having a good reputation amongst its committee members was key to retaining power and prestige. Lr. Col. Alvaro Fontoura, for instance, was able to serve continuously in the national assembly after winning four elections owing to his popularity amongst members of the union.¹⁵

While the Salazarist administration envisioned the creation of a unified Portuguese nation that extended to its overseas dominions, the Macau government used the *metropole's* national projects to justify its local authority. The *Estado Novo* closely monitored and silenced all forms of media that challenged, threatened, or deconstructed the national myth of solidarity and power under Salazar's dictatorship (Fernandes 2008, 131-148). Manipulated education paved the way for the systematic indoctrination of Salazar's thoughts and the international and state defence police (PIDE) used brute force to suppress anti-Portuguese critics (Pereira 2014, 59-81; Gameiro 2012, 87-112; Stoer et al. 2005, 547-559; Moniz 2008). Such control spread from the province of Minho in northern Portugal to the overseas colony of Timor in the Indonesian archipelago where residents got used to seeing the infamous stamp "*visado pela Comissão de Censura*" (reviewed by the censorship committee) on newspapers. Historians of Portuguese history similarly faced strict censorship rules. The Brazilian edition of British historian Charles Boxer's *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* was banned during the Salazar regime for questioning the practice of racial equality in the empire, a principle that the Portuguese government had claimed as a fundamental basis of its administration (Terenas 2008, 30-46; Boxer 1967). Like the *Estado Novo's* other centralized initiatives, the implementation of press censorship across the colonies differed according to local circumstances (Spirk 2014, 1-23; Morais 2016, 88-107; Piçarra 2016,

¹³ *Sessão solene organizada pela união nacional no salão nobre do leal senado da câmara de Macau no. 25 aniversário da sua subdão ao poder, 27 de Abril de 1953* (Macau, 1953).

¹⁴ The national assembly served as the *Estado Novo's* legislature. For examples of election propaganda in Macau, see *Macau na V legislatura da assembleia nacional 1959-1953* (Macau, 1953).

¹⁵ *Macau na V legislatura*, p. 169.

283-297). In Macau, the chief of staff of the governor was appointed to head the central censorship apparatus, with the assistance of other high-ranking civil servants (Texeira 1965; Braga 1963, 48-52; Chan 2020, 754-768). Adding to pre-existing censorship rules on local Portuguese-language newspapers, the colonial administration extended its rules to foreign newspapers printed in Portuguese, English, or Chinese including Hong Kong's *South China Morning Post*, *China Mail*, *Hong Kong Standard*, and *The Star*, Macau-published Chinese newspapers like the *Aomen ribao* 澳門日報 and *Huaqiao bao* 華僑報, and international media like *Time* magazine (Silva 2020).¹⁶ In 1947, the Canton press started a general campaign against Macau's censor office for confiscating vernacular newspapers arriving from Canton. The newspaper companies collectively condemned the recent seizure of all imported Canton newspapers but to no avail.¹⁷

The Macau government took advantage of the metropole's orders to tighten press censorship in eliminating voices of opposition against the local administration. For instance, it kept an eye on *A Voz de Macau*, a Portuguese-language newspaper ran by Portuguese exile, freemason, and republican supporter Domingos Gregório Rosa Duque. Notably, Duque, an avid colonialist, openly supported the Salazarist regime for its imperialist policies. In 1935, he wrote an article that commended Salazar's rule as a 'miracle' and criticized residents of China for ignoring the 'top to bottom evolution' that was taking place in Portugal.¹⁸ He even urged the Macau government to print 2,000 copies of António Ferro's book *Salazar* for public distribution.¹⁹ Despite his patriotic stance, the Macau government repeatedly suspended *A Voz* for material deemed offensive to the colonial administration.²⁰ By the time of his passing in 1947, the patriotic Duque had become such a representational icon of press freedom in Macau that a Hong Kong newspaper

¹⁶ Central Intelligence Group Intelligence Report, "Political information: censorship of news, Macao," 10 December 1946, <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r000100830013-9>.

¹⁷ "Future of Macao: Canton newspapers start campaign for return", *South China Morning Post*, 28 April 1947, p. 1.

¹⁸ "Um alvitre", *A Voz de Macau*, 7 January 1935, p. 1.

¹⁹ "Alexandre Noronha to Director of Civil administration services", 22 January 1935, 29 January 1935, MO/AH/AC/SA/01/15264.

²⁰ Pedido de autorização feito pelo director e proprietário do jornal diário *A Voz de Macau*, Domingos Gregório da Rosa Duque, para circular novamente o referido jornal que havia sido suspenso, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19109.

reported, 'His death marks the end of a staunch supporter of the Freedom of Press in Macao'.²¹

Local Portuguese-language newspapers were similarly placed under the government's regulation. During the 1950s, the Macau government censored *O Clarim*, a weekly newspaper ran by the Catholic Diocese. Under the orders of the Governor, the censorship office suspended *O Clarim* for almost nine months between May 1955 and February 1956 (Pires 2012). The suspension of *O Clarim* in the 1950s, was due to the publication of two articles that the local government found offensive. The first one, titled '*Tudo Sofre*' (All Suffers), criticized the state of affairs of Macau.²² The second featured critical opinion questioning the participation of high-ranking government officials in civilian activities that pertained to other religion other than Catholicism. This was in line with Macau officials kowtowing at the funeral of Kou Ho Neng, a leading Chinese elite of the city.²³

Apart from temporarily suspending newspapers, the Macau government used other repressive measures to curb local voices of opposition. Herman Machado Monteiro, also exiled following the 1926 military coup d'état in Portugal, was deported to the island of Coloane in 1940 for criticizing the local administration during his editorship of *O Combate*, which he used to criticize the colonial government. There, he was asked to report to the local authorities on a daily basis for two years.²⁴ Monteiro later ran *Notícias de Macau*, which was used to expose the repressive atmosphere of Macau. In a similar vein to *A Voz* and *O Combate*, *Notícias* carried articles that criticized the colonial government's strict control over the actions and thoughts of its peoples. The Macau government fined *Notícias* several times and in 1962, imposed a 15-day suspension of the newspaper.²⁵ A third example, Leonel Borralho, was a loyal supporter of Portugal yet a critic of the Macau government. He founded *Gazeta Macaense* in 1963 and declared its motto as '*Por Portugal, pela verdade*' (for Portugal, for truth). Borralho used his newspaper to voice his support of the metropole's projects. In its inaugural issue, one of the articles titled "Angola é Portugal e Portugal é dos Portugueses" (Angola is Portugal, and Portugal belongs to the Portuguese) carried a message

²¹ "Capt. da Rosa Duque", *South China Morning Post*, 18 August 1947, p. 6.

²² "Tudo Sofre", *O Clarim*, 20 March 1955.

²³ "Princípios Inalteráveis", *O Clarim*, 29 April 1955.

²⁴ "No. 2:924", *Boletim Oficial* (Suplemento), 41 (14 October 1940), Macau, Arquivo de Macau.

²⁵ "To resume publication", *South China Morning Post*, 1 March 1962, p. 14.

hailing the Portuguese empire. Supportive of the metropole's imperialist projects, Borralho openly supported Portugal's fight in protecting its African territories and often reprinted articles from the official news agency of the Portuguese government.²⁶ Nonetheless, Borralho did not refrain from attacking the Macau administration and was often fined, sometimes for reasons only the chief censor would know. In 1965, he was served with a libel from the director of tourism and information for writing an article that contained 'offensive words' and *Gazeta* was suspended for twenty days.²⁷

Mirroring the *Estado Novo*'s nationalistic initiatives across the empire, the Macau government not only affirmed its allegiance to Portugal, but also took to extending its amicability to the Chinese government. This was achieved by showcasing the participation of Chinese residents in national events that celebrated the Portuguese government. In events celebrating Dr. Salazar, the colonial administration made sure to publicize the presence and participation of Chinese residents. In late April 1948, for instance, it encouraged all Macau residents to celebrate Salazar's twentieth anniversary as Portugal's financial minister by handing out 10 kilos of rice worth one pataca to each participant.²⁸ A total of 1800 packages were distributed in the parishes of Sé, S. Lourenço, S. António, S. Lázaro, *Sociedade de S. Vicente de Paulo*, as well as in Chinese-led associations like the charitable *tung sin tong* (tong shantang 同善堂) and the Kiang Wu hospital.²⁹ Propaganda for the event came in both Portuguese and Chinese languages, as seen in the slogan for the celebration: "Salve Salazar! 偉哉! 薩拉沙!" (Almighty Salazar!; Weizai! Shalasha!). Furthermore, official notifications were written honouring Salazar as 'the most glorious of all Portuguese leaders' and to show gratitude and admiration for his hard work and struggle in upholding and reviving the faith of Portugal.³⁰ Taipa, an island south of the Macau peninsula with a dominant Chinese population, celebrated with an extensive programme that began with the raising of the national flag at eight in the morning, a procession that included a lion dance performance from students of the Chinese schools, and a popular march at half past nine the evening

²⁶ *Gazeta Macaense*, 30 September 1963, p. 1.

²⁷ "Newspaper suspended 20 days in Macao", *South China Morning Post*, 24 April 1965, p. 1.

²⁸ "Festejos comemorativos do dia 27 de Abril de 1948 Senha No., 27 April 1948; 'Qingzhu dahui zengjuan慶祝大會贈券', 27 Apr. 1947, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

²⁹ José de Figueirido Modesto to Chief of Civil Administration services', 30 April 1948, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³⁰ Weizai! Salasha! 偉哉! 薩拉沙! Salvè Salazar!, Macau, Arquivo de Macau MO/AH/AC/SA/01/19839.

with lit balloons and a display of Portuguese and Chinese paper flags.³¹ Jorge Grave Leite, chairman of the administrative commission of the municipal council, ended the event with a report that hailed Portugal's efforts in the far east as a basis to further strengthen the Macau government's pre-existing friendly relations with the great Chinese nation.³²

Learning about the event, the Kuomintang branches of Macau and Hong Kong sent their well wishes for Salazar through the Macau government. In turn, the governor of Macau, under the orders of Salazar, sent a telegram of thanks to the president of the Macau KMT.³³ The Chinese merchants of the municipality of Ilhas, one of Macau's two municipalities, presented a poem to honour Salazar.³⁴ Chan Chi Fun, representing the population of Ilhas, published a message that affirmed Salazar as a strong leader and a saviour of Portugal whose rule allowed the residents of the Portuguese territories to live away from fear and in peace and harmony.³⁵ Similar celebrations devoted to Salazar continued to take place in the next decade, all of which served the dual purpose of emphasizing Macau's loyalty to the metropole while demonstrating the colonial government's collaborative relations with the local Chinese. In 1953, for instance, a delegation from Macau consisting of the president of *União Nacional*, government officials, and Macanese professionals arrived in Lisbon to attend a tribute party celebrating Salazar. A Chinese leader from the Chinese chamber of commerce, Chui Kei (more commonly known as Chui Tak-kei 崔德祺) joined the delegation as a "Portuguese civil constructor".³⁶ Funded by the Macau government, the delegation traveled from Macau to Hong Kong, and then to Rome and finally Lisbon on an eighteen-day trip. In Macau, local celebrations were in place: the Chinese community of the Ilhas municipality, for instance, presented 882.60 Macau patacas to the colonial administration to show their support of the festivity and the participation of two hundred

³¹ Administração do Concelho das Ilhas, Programa dos festejos comemorativos do 20.º aniversário da posse do Dr. Oliveira Salazar, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³² Report from Jorge Grave Leite, n.d., Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³³ Albano Rodrigues de Oliveira to Lei Peng Seak, 24 May 1948, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³⁴ Os comerciantes do concelho das Ilhas, "Tradução de mensagem dos comerciantes do concelho das Ilhas, a Sua Exa. O Presidente do Concelho, Doutor António de Oliveira Salazar", 27 April 1948, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³⁵ Chan Chi Fun to Salazar, n.d., Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

³⁶ "Processo No. 265", 7 April 1953, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/20784.

Chinese residents was secured by handing out ten kilos of rice and one pataca to each individual.³⁷

In 1952, a highly publicized national event took place in Macau when the colonial minister, Sarmento Rodrigues, visited the city as a part of his tour of the Portuguese territories in the far east. The Macau government took the opportunity to demonstrate the colony's devotion to the *Estado Novo*. A committee was set up, consisting of a mix of local Macanese and Chinese elite figures who were put in charge of Rodrigues's welcoming reception. These included Pedro José Lobo, a local businessman and head of the economic services, representatives from the church, the *Leal Senado* (municipal council), and prominent Chinese elites Ho Yin, Chong Chi Kwong, Fu Tak Iam, Kou Hó Neng and Y.C. Liang. The two-week-long programme included official protocol sessions, receptions, military parades, the inauguration of new buildings and facilities, several visits to local institutions, and a Chinese carnival. Rodrigues was proclaimed "honorary citizen" at the city hall of the *Leal Senado*. In addition to the colonial government's reception, the pro-Beijing *Associação Comercial Chinesa de Macau* (Macau Chinese Commercial Association) also organized a welcome reception for Rodrigues. The Macau authorities created much publicity and documented the visit with a book published under the propaganda department of the *Repartição Central de Serviços Económicos* (central office of economic services). Governor Esparteiro later wrote a telegram to Rodrigues, describing his visit as an important boost to the patriotism of Macau residents. He wrote, "*esforço Vêxa vem dando em prol da unidade espiritual todos os portugueses*" (the effort your Excellency is offering benefits the spiritual unity of all Portuguese). Esparteiro further emphasized the spiritual solidarity of the Portuguese as a 'family', mirroring Salazar's slogan of "*Deus, pátria, família*" (God, fatherland, family).

From imperial events to national institutions, the Salazar administration unprecedentedly integrated Macau into the national terrain of Portugal. On the surface, the formation of *Mocidade* and *União* demonstrated the manifestation of Portuguese institutions across the territories, yet their impacts were not profound. *Mocidade* was perceived as a scouts association for the youth whereas the *União* became a tool for ambitious men to ascend to higher offices. The Macau government also used the tightening of press

³⁷ António Emilio Maria Rodrigues da Silva, "Conta corrente dos festejos commemorativos do XX aniversario da posse de s. exa. O Ministro das finanças Dr. Oliveira Salazar", 24 May 1948; António Emilio Maria Rodrigues da Silva, 'Administração do Concelho das Ilhas', 6 May 1948, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/01/19839.

censorship across the Portuguese empire to monitor the local and foreign press, punishing newspaper editors who were patriotic but critical of the Macau authorities. National celebrations were publicized to emphasize the colony's loyalty to Portugal while simultaneously showcasing friendly relations with prominent Chinese elites. More than displays of patriotism, the Macau administration adopted and revised Salazarist policies to fit in the city's circumstances.

II

While not all Macau residents supported the *Estado Novo*, the government made sure to spread pro-Portuguese propaganda and publicize the voices of those who were loyal to Portugal. In 1937, for instance, some local residents from both the Macanese and Chinese communities gathered after learning about Salazar's escape from an explosion at the entrance of a church. These citizens attended a *tedeum* service of thanksgiving at the church of St. Dominic and then proceeded to the government house where the governor and other officials stood waiting at a verandah. The crowd echoed the officials' chants of "Viva, Dr. Oliveira Salazar! Viva Portugal!" and "Viva Macau!" and the event ended with a telegraphic message to Lisbon. The message was an affirmation of everlasting support from the colony and conveyed the Macau people thanks to God for saving Salazar from danger.³⁸ The Macau government grasped onto every opportunity of show, turning important dates for the *Estado Novo* into annual celebrations. In 1948, it organized an impressive event to commemorate two decades of Salazar's rule, complete with dragon dances, lion dances, boat races, and fireworks.³⁹ For Salazar's twenty-fifth year as Portugal's prime minister, the government and Macau's residents celebrated with fervour. The *South China Morning Post* reported,

Sightseers thronged the streets at night when Government buildings were illuminated. By now, his name is a household name all over the world and his honest and serious government is time and again cited as an example to be followed. What he has done for his country can hardly be measured by current standards. He dug up a country, materially and morally sunk into a

³⁸ "Portugal's premier: Macao demonstrates its thanksgiving for escape", *South China Morning Post*, 13 July, 1937, p. 14; "Macao rejoices: Chinese send messages to Dr. Salazar", *South China Morning Post*, 9 July 1937, p. 13.

³⁹ "Macao en fete: 20th anniversary of Dr. Salazar celebrated", *South China Morning Post*, 30 April 1948, p. 7.

morass of misery and decadence and slowly made it into what it is today: a modern, proud, and orderly state.⁴⁰

The governorship of Albano Rodrigues de Oliveira between 1947 and 1952 also saw extensive public works and national celebrations designed to demonstrate Portugal's commitment to Macau and vice versa. This included bringing in Father Ernesto Gherzi, a Jesuit priest and meteorologist who had previously served as the director of the Zikawei Observatory in Shanghai, to improve the Macau Observatory (Raposo 2017, 139-168).⁴¹ In 1950, homage was paid to Portuguese explorer Vasco da Gama through an impressive ceremony.⁴²

Since the 1930s, the *Estado Novo* sought to revive Portugal's glory by proposing "material restoration, moral restoration, [and] national restoration", linking the selection of heritage sites with national construction (Baptista Neto 2001, 157). While this pioneering initiative did not inspire the Macau government to make a similar move, the metropole's decision to further classify national monuments in the late forties resulted in Macau's first heritage-making project. In 1949, the Lisbon administration enacted a legislation to classify national monuments of "archaeological, historical, artistic or landscape value" for future protection and conservation.⁴³ The ultimate objective was to reinterpret architectural structures into 'Salazarist monuments' that could highlight and incorporate moments of triumph in Portugal's history into the construction of a new national identity. Echoing this call, Macau's governor Joaquim Marques Esparteiro announced the formation of a relevant commission on December 1953 that would be responsible for identifying and classifying national monuments.⁴⁴ Five months later, the government hosted a cultural event at the *Salão Nobre* of the *Leal Senado* (municipal council) where the governor laid out the main objective of protecting historic sites that could reflect Macau's unique position as a Portuguese "*cidade do 'NOME DE DEUS NA CHINA'*" (city of the name of God in China). A leading member of the commission stressed that the eventual list of monuments would serve to commemorate "the almost

⁴⁰ "Newsletter from Macao: Salazar's 25th anniversary celebrated", *South China Morning Post*, 30 April 1953, p. 7.

⁴¹ "Newsletter from Macao", *South China Morning Post*, 25 May 1950, 7.

⁴² "Newsletter from Macao", *South China Morning Post*, 13 May 1950, 5.

⁴³ Ministério das obras públicas – gabinete do ministro, Decreto-Lei n.º 37622, *Diário do Governo*, 246 (1949), 18 November 1949.

⁴⁴ *Boletim Oficial de Macau*, 1953, p. 867.

always heroic deeds of our ancestors". In addition, the commission proposed the building of a museum that could showcase the "honour and pride of national conscience" (Henriques 1956, 57-58). A slender volume of literature that has tackled this initial attempt at heritage making has criticized the narrow scope of the initiative, considering it merely a political move to legitimize Portuguese national monuments and reinforce Portugal's claims over its overseas dominions (Marreiros 2003, 205-241; Chung 2009, 131).

The commission eventually narrowed down to three major categories: *monumentos religiosos* (religious monuments), *monumentos militares* (military monuments), and *monumentos diversos* (miscellaneous monuments), all of which were dominated by architectural structures linked to Portuguese activities in Macau. Religious monuments referred to Catholic churches built in the sixteenth and seventeenth centuries such as the Ruins of St. Paul's, the St. Lazarus Church, St. Augustine's Church, the Cathedral of the Nativity of Our Lady, St. Lawrence Church, St. Dominic's Church, the Church of the Seminary of Joseph, and the Church of St. Anthony, with a narrative that boasted the efforts of Portuguese missionaries in spreading Catholicism across East Asia and facilitating Macau's maritime trade with Japan during the seventeenth century (Henriques 1956, 10-22). This narrative gravely undermined the historical influence of foreign missionaries, particularly the Italians, neglecting as well the presence of Chinese temples across Macau. The commission did not consider the fifteenth-century-built A-Ma Temple or the nineteenth-century folk Na Tcha Temple, which were representative of Macau's dominant Chinese populations and today, UNESCO-acknowledged heritage sites.

In a similar vein to the religious monuments, the chosen military monuments shed light on Portugal's authority over Macau, particularly in relation to historical milestones that strengthened the empire's grip on the Chinese city. Unlike British colonization of Hong Kong, the legitimacy of Portuguese rule over Macau had been a consistent point of contention between Portugal and China. While the treaty of Nanking safeguarded the status of Hong Kong as a British colony as early as in 1842, there was no formal agreement between Portugal and China until the signing of the ambiguous Sino-Portuguese treaty of Peking in 1887, more than three centuries after the first Portuguese settlers arrived in Macau. Even thereafter, the two nations continued to face conflict over the territorial borders of Portuguese Macau and whether the Portuguese had sovereignty or simply the rights to administer (Pereira 1991, 261-268; Conceição 1988). To emphasize Macau as a Portuguese possession, the committee included military monuments

that signified the separation of Macau from China. This included the barrier gate (*Portas do Cerco*) and monumental arc that separated Macau from the rest of the Chinese mainland. The commission also incorporated the Coloane Victory Memorial, also known as the ‘combatting pirates monument’. The Coloane Victory Memorial marked an episode in history when the Macau government defeated Chinese pirates in 1910 and successfully expanded Portuguese jurisdiction towards the areas of Taipa and Coloane. Two other selected structures were linked to the tightening of Portugal’s sovereignty over Macau. The first was the statue of João Maria Ferreira do Amaral, the one-armed governor who was assassinated by Chinese men in 1849 after demanding the taxation of Chinese residents and the expulsion of Qing officials from Macau. The other was that of Vicente Nicolau de Mesquita, who helped recuperate Portuguese authority over Macau after Amaral’s untimely death.

The only two chosen sites linked to the Chinese were given Portuguese narratives. Kiang Wu Hospital, a public-subsidized medical institution where Chinese revolutionary Sun Yat-sen pioneered the hospital’s western medical provisions and his residence in Macau, São Lázaro, were introduced as symbols of Portugal’s role in the establishment of the first Chinese Republic in 1911. Through using Sun’s brief stay in Macau as evidence, the commission stressed Portuguese Macau’s history as a safe haven for the facilitation of anti-Qing activities that eventually led to the demise of China’s monarchical political system. In addition, the government pointed to these sites as evidence showing the close relationship between Macau and Guangzhou after the establishment of the Chinese Republic (Henriques 1956, 34-60, 55). The absence of Chinese historic sites and neglect of Chinese culture in the heritage-making initiative demonstrate the Macau administration’s attempt to echo the metropole’s activities. During the 1950s, more than ninety percent of Macau’s population was Chinese and its Luso-Asian residents had for centuries integrated Chinese cultural practices and the use of Cantonese language into their everyday lives. The aim of moving the colony in line with the metropole was further evidenced by the Macau government’s decision to construct buildings modelled after the architectural style of the *Estado Novo*. The *Estado Novo* architecture was symbolized by aesthetic modernism and a vision to convey national myths while projecting on an imagined future of Portuguese glory and solidarity (Carvalho 2018, 148). In Macau, this evolved into a few structures: new government building on Praia Grande (Palácio das Repartições), a post office at Taipa, the St. Domingos Market’s official buildings and the Infante Dom Henrique

school (Carvalho 2018, 154). The Palácio, for instance, had an austere façade with monumental proportions that mirrored the modernist essence of Portuguese architectural structures built during Salazar's time (**Fig. 2**). Apart from modernist aesthetics, the *Estado Novo* also sought to recreate rural landscapes within urban spaces (Fernandes 2001, 113-132). This was seen in the construction of Macau's CTT neighbourhood, consisting of modest houses for the city's civil servants that mirrored housing projects in Lisbon (Tostões and Dias n.d.).



2 The Palácio. Credits: Authors.

More than an attempt to preserve historical sites, Macau's first try at heritage making reflected the colonial government's intention to show their loyalty to the metropole. Under the *Estado Novo*'s calls to marry Portugal's overseas territories with the nation, heritage making emerged as a platform

for Macau's active integration into a broader national terrain. The colonial government's enthusiasm to become engaged with Portugal and carry out the metropole's calls for the revitalization of Portuguese glory was further seen in the neglect of actual preservation work and the absence of any attempt to arouse public interest and support, particularly of the dominant Chinese population. In fact, the Macau administration gradually lost interest in the project. It was only years after the fall of the *Estado Novo* that a Macau governor appointed a new commission to continue the city's heritage-making journey. This attempt was more productive as the commission legislated Macau's heritage classification (August 1976; no. 34/76/M) and finally included historic structures of Chinese colours. In the 1980s, the government further issued a new law containing a more comprehensive definition and categorization of Macau's cultural heritage, establishing the Committee for the Defence of the Architectural, Environmental and Cultural Heritage to oversee proposals for the listing and classification of cultural and natural heritage. The heritage-making project of the 1950s, thus, could only have been a symbolism of the *Estado Novo*'s strategy of interlacing the nation with its colonies and the metropole's influence over the Macau government during this period.

The 1960s saw increasing anti-Portuguese sentiments spread across Portugal's overseas territories. An article appeared in *The Times of India* criticizing the Salazar regime for authoritarianism and for exploiting its colonies. Apart from predicting Africa's political awakening and highlighting Goa's resistance campaign, the author pointed out that Portugal had sown the seeds of turmoil in its colonies, adding, "It cannot be very long before the tremor comes" (Passos 1957). In 1961, India occupied Goa and the Portuguese government struggled against guerillas in Angola, Mozambique, and Guinea. The Macau government took the opportunity to reiterate its support to the Portuguese nation. It printed and circulated more than one thousand copies in Portuguese, English, and Chinese a speech that Salazar delivered at a national assembly regarding Portugal's stance on the anti-colonial movements.⁴⁵ In it, Salazar addressed anti-Portuguese events in Africa as irrational and uncivilized, and further condemned anti-colonialism as an

⁴⁵ Jaime Robarts, "Publicação do discurso proferido por Sua. Exa. O Presidente do Conselho, com textos em português, inglesa e chinesa", 6 March 1961; António Emílio Maria Rodrigues da Silva, "Publicação do discurso de Sua Exa. O Presidente do Conselho", 13 March 1961, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/O1/21956.

act of 'anti-white racism'.⁴⁶ In early 1962, the Macau administration collected a few hundred signatures from Chinese and Macanese residents in a petition against Goan independence. The residents, including a ninety-year old Macanese, government officials, Macanese refugees from Shanghai, 756 'bons Portugueses' (good Portuguese), journalists, professors, young scholars, Macanese elites, and organizations like *União Nacional*, the *Leal Senado*, and the municipal council of Ilhas, pledged to defend Portuguese territory.⁴⁷ In 1963, Sr. Carlos Humberto da Silva, secretary of the *Leal Senado*, headed to Lisbon to attend a mass rally in support of the metropole's plans to reject criticism from the United Nations and defend Portuguese Africa.⁴⁸

Notably, maintenance of Portugal's continued presence in Macau was achieved not only by Salazar's ambition of a unified Portuguese empire, but also China's lack of incentive to regain Macau. Throughout the Salazarist regime, China experienced a turbulent period marked by foreign encroachment, Japanese invasion, a civil war, and after the formation of the PRC, western opposition against communism under the Cold War. Between 1926 and the end of the Second World War, the Kuomintang did not have a clear agenda towards Macau. The Nanjing government was struggling not only with foreign ambitions for more economic concessions, but also the control Chinese warlords had over large swathes of the Chinese mainland and Guangdong. This was seen in a brief episode where local authorities in Guangzhou attempted to call for the return of Macau to China. In late 1928, the KMT government renewed the 1887 Sino-Portuguese treaty into a new treaty of friendship and commerce, inciting a Guangzhou representative of the Chinese ministry of foreign affairs to announce that it had been giving instructions from Nanjing to start negotiations with the Macau colonial government regarding the city's return to China. The central government immediately denied such claims and the issue died down (Wu 1999, 259-269).

On the other side of China's lack of interest in regaining Macau was Portugal's appeasement of the Chinese authorities, which was often made possible by lengthy negotiations led by Chinese intermediaries who pledged allegiance to both the Macau and Chinese authorities. After the

⁴⁶ "Portugal e a campanha anticolonialista", *Notícias de Portugal* XIV, no. 709, 3 December 1960, pp. 5-14; "Putao Ya xingfan zhimin di yundong 葡萄牙興反殖民地運動", 1 February 1961, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/O1/21956.

⁴⁷ "Telegramas expedidos para o presidente do Concelho, dr. Oliveira Salazar", 6 Jan. 1962, Macau, Arquivo de Macau, MO/AH/AC/SA/O1/22203.

⁴⁸ "To attend rally for Salazar", *South China Morning Post*, 23 August 1963, p. 9.

end of the Second World War, the Nationalist government asked Lisbon to cease all its consular extraterritoriality in China, complemented by a plan to recover Macau that was directed by the European department of China's ministry of foreign affairs. According to the plan, the Macau population would be mobilized in favour of the Chinese government and support from the United States, Russia, and eventually Britain would be sought for. Propaganda campaigns with slogans suggesting the recovery of Macau emerged in Macau and Zhongshan; agitators also appeared in Macau to rally for Chinese support of a takeover by the Nationalist army (Silva 1997, 246, 305-313). The Macau government tried to appease the Chinese authorities by making a number of promises to the Guangdong government. These included the surrender of alleged Chinese war criminals, communist supporters, and Japanese refugees hiding in Macau, as well as statements prohibiting the trade of opium and the relinquishment of Portuguese extra-territorial rights, respectively in 1946 and 1947. Nevertheless, the Macau governor ensured the safety of prominent Chinese elites who doubled as collaborators of the Portuguese administration. Governor Teixeira backed Fu Tak Iam, the first casino mogul of Macau and a CCP supporter, when the Chinese businessman claimed that he was anti-Japanese and had been working for the Portuguese colonial administration during the war. Fu was in reality involved with Macanese businessman Pedro Lobo in the purchase of Macau supplies from the Japanese (Fu 2018, 164-176).

Salazar's determination to preserve Portuguese presence in Macau and sustain the empire was seen in his plans to reinforce Macau's military shortly before the establishment of the PRC in 1949. Fearing the end of the empire would start with the collapse of Portuguese rule over the enclave, Portugal decided to strengthen the Macau garrison of the Portuguese armed forces. Initially, Salazar intended to send 12,000 troops. This would have been a sizeable force in Portuguese standards and a heavy logistic and financial burden for the Macau government. The CCP leadership, however, decided in February 1949 to sustain the colonial statuses of Hong Kong and Macau. As European colonies, these cities would serve as China's platform to the outside world in light of ongoing hostilities between the communist and capitalist blocs (Fernandes 2008, 232). In Macau's case, this meant permitting the formation of communist-backed and state-owned organizations like the Nam Kwong trading company on Portuguese territory. The Beijing-appointed head of the company, O Chen Ping was the brother of the first secretary of the Macau CCP branch. The company itself was set up to promote commercial relations between the Chinese mainland and

Macau, as well as to represent the official voice of the CCP in dealing with the Macau government. In return, the CCP publicly reiterated its commitment to maintain Macau's 'status quo'. This was demonstrated in an interview given by the chairman of the politico-military administration of Shiqi and Zhongshan to a leading Chinese-language newspaper in Macau, which ended with the publication of an article entitled "Macau's position shall be respected" (Fernandes 2006, 55). Although Chinese protests to end the Portuguese occupation of Macau continued to take place in Guangzhou and the Beijing radio broadcast condemned the Salazar's fascist regime, the CCP and Portugal seemed to have found, through unwritten terms, a certain balance of their interests on Macau (Pereira 2013, 52-53). This 'balance' nevertheless was precarious, built on a mixture of negotiation, compromise, and tension.

The Korean war provides another example of Macau as a city whose life-line depended on both the PRC's policies and the Portuguese government's insistence to keep the colony in place. The CCP's decision to back North Korea in late October 1950 resulted in the imposition of a trade embargo that banned the export of strategic goods such as rubber, steel, copper, tires, gasoline, lubricants, and transport equipment into China. For Macau's businessmen, this presented a lucrative opportunity to earn the trust of the new Beijing authorities by violating the embargo. For Portugal, the opportunity was too profitable to ignore. Portuguese authorities both in Macau and in Lisbon tried to establish an exemption allowing Macau to sell some of the prohibited commodities to its neighbours in order to help its dwindling economy and to secure the importation of rice and other foodstuffs into Macau. Portugal simultaneously received backlash from the western bloc and pressure from the Chinese government.⁴⁹ This resulted in a number of border skirmishes in 1952, which evolved into a four-month blockade and an intense armed conflict that saw casualties on both ends. Lengthy negotiations took place with the intermediation of Macau's pro-Beijing Chinese leaders, Ho Yin and Ma Man Kei for the CCP, and Pedro Lobo who represented the Portuguese government. The Portuguese eventually took the blame, paid an undisclosed sum for the casualties and

49 "The Ambassador in Portugal (MacVeagh) to the Secretary of State", Lisbon, November 13, 1951, 493.53E9/11-1351, Office of the Historian, Department of State, USA. (<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v07p2/d330>).

victims, and pledged to make adjustments in border management. This was certainly not the last time the Macau government would give in to Chinese demands. Throughout the decade, the administration continued to be inefficient and corrupt; policies from Lisbon did not help in transforming the reality that the Portuguese colonial government was hanging by a thread. Celebrations of the fourth centenary of Portuguese establishment in the enclave stopped short after an editorial in the *People's Daily* openly asserted Macau's status as a Chinese territory and stressed that the Chinese people had never forgotten their right to demand the return of Macau (Pereira 2013, 73).

Macau's ambiguous positioning between the PRC and Portugal placed the Lisbon authorities in constant dilemma. The Portuguese government did not formalize diplomatic relations with the PRC until 1979, not so much due to Salazar's anti-communist view, but more because he was aware of the vulnerabilities surrounding his imperial project in the wake of Portugal's commitment to the capitalist bloc in the Cold War. He feared that angering the United States of America would lead to criticism from the American government towards Portugal's continued policy of colonization, particularly in Africa (Martins 2010, 253). This question would be further complicated after the PRC participated as a leading power in the Bandung conference, which unprecedentedly facilitated Afro-Asian collaboration against colonialism. A new source of tension between Portugal and China emerged with the outbreak of anticolonial movements in Portuguese Africa throughout the sixties. China supported the African movement through what Fernandes referred to as 'indoctrination campaigns' of Mozambique's troops and Portuguese officers stationed in Macau. This made the Portuguese government wary of whether China would stir anti-colonial sentiments amongst the African soldiers stationed in Macau (Fernandes 1999, 997). Alerted by the possibility of anti-Portuguese movements around southern China, the Chief of Staff of the General Headquarters of Macau of the Portuguese Army informs his military counterpart in Portugal that two Angolan crew members of a Portuguese ship, claiming to have been mistreated by PIDE agents, had asked the Hong Kong government for political asylum while awaiting authorization to go to mainland China.⁵⁰ Eventually, nothing happened until December 1966, when the cultural revolution-inspired 12-3 incident shook the authority of

⁵⁰ "Mensagens sobre a situação político-militar em Macau", PT/TT/AOS/D-M/15/13/5, PC-781, cx. 552, capilha 5, Arquivo Salazar.

Portuguese rule in Macau with the largest anti-colonial and pro-communist movement the city has ever experienced.

The maintenance of Macau's status quo as a Portuguese territory from the thirties to the sixties was made possible by the circumstances set by Portugal's and China's wider national projects. This was demonstrated by the ways the Macau government struggled to keep its footing as it answered simultaneously to the metropole's imperial policies and the Chinese government's demands. By the 1950s, the Salazar administration sought to secure Portugal's presence across its colonies while the newly-established CCP government tried to use Portuguese Macau as a platform to facilitate its economic, political, and diplomatic aims on the PRC's path to consolidating its position at home and in the international stage. Macau, thus, became a pawn for Portugal and China to propel very dissimilar national projects and ambitions. Significantly, it was the purpose Macau served to both nations that allowed it to remain as a Portuguese colony with increasing Chinese influence at a time when anti-colonialism was prevalent in other Portuguese overseas territories.

For more than three decades, the Macau government remained loyal to the *Estado Novo*. In June 1966, the government presented Salazar with two honours—a portrait of the Portuguese dictator was unveiled in the Council of the Islands of Taipa and Coloane, where Salazar was further proclaimed an “honorary citizen of the islands”. The *Leal Senado* offered him the title ‘honorary citizen of the city of Macau’.⁵¹ The support Macau residents showed towards Salazar continued until his death in 1970. To mark his passing, Macanese and Chinese communities attended a requiem mass at St. Joseph's church and the Macau government ordered a three-day citywide mourning. While strict press censorship and propaganda helped in creating an image of absolute loyalty to the metropole, this study has shown that the Macau colonial government sustained its lifeline by adopting the imperial policies, albeit piecemeal, of the Salazar administration while appeasing the Chinese authorities. The formation of national institutions and enforcement of strict press censorship helped not only in emphasizing Macau as a part of Portugal, but also in allowing the Macau government to strengthen its local authority by eliminating criticism and voices of dissent. This, nonetheless, does not sufficiently explain why Macau remained

⁵¹ “Dr. Salazar honoured”, *South China Morning Post*, 30 June 1966, p. 24.

Portuguese under the *Estado Novo*. Salazar failed in enlivening his nationalist-imperialist vision, which gradually transpired into anti-colonial movements in Africa and India. In Macau, *Mocidade* and *União* were no more than platforms for show and the government resorted to propaganda and the assistance of Chinese elites in campaigning for the support of the Chinese population.

The general absence of anti-colonial sentiments in Macau from the 1930s to the 1960s could be better understood as a complex issue linked to the political and diplomatic considerations of the Macau government, the Chinese administration and Lisbon authorities. While the evidence deployed in this study has suggested that the colonial government and a portion of Macau's Macanese and Chinese residents supported the Salazar regime, it should be noted that the colonial government constructed this general image of unwavering support for the metropole by publicizing national celebrations and encouraging the participation of its dominant Chinese population. The other half of this picture was marked by recurring tension with the Chinese mainland and repeated appeasement of demands from the Chinese authorities, with the assistance of Chinese intermediaries who pledged allegiance to both the Macau colonial government and the Chinese government. After the establishment of the PRC 1949, it became more apparent that the future of Macau and the maintenance of its status quo relied not only on amicability between the People's Republic of China and the *Estado Novo*, but also on the purpose that Portuguese Macau served in the national strategies of the two nations. Salazar's vision of a glorious Portuguese empire crumbled elsewhere yet it found a precarious balance with the CCP's plans of manipulating Macau as a window to the outside world amidst the Cold War. Looking beyond the loud cries of 'Viva Salazar', it was ultimately the compromises made between the two governments that prolonged the colonization of Macau and shielded the city against the turbulent tides of anti-colonialism.

References

Archive sources

ARQUIVO DE MACAU [AM]

- MO/AH/AC/SA/01/14299. Ida à metrópole do governador de Macau e do director dos serviços de fazenda e contabilidade (nos termos do decreto n.º 22322).
- MO/AH/AC/SA/01/15264. Correspondência entre Alexandre Noronha e a Direcção dos Serviços de Administração Civil (22 e 29 Jan. 1935).
- MO/AH/AC/SA/01/17999. Assinatura dos Boletins da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa.
- MO/AH/AC/SA/01/18752. Pedido de António Maria da Conceição para estabelecer em Macau o jornal semanal 'União', órgão da União Nacional e da Mocidade Portuguesa.
- MO/AH/AC/SA/01/19109. Pedido de autorização do jornal 'A Voz de Macau' (Domingos Gregório da Rosa Duque) para circular novamente após suspensão.
- MO/AH/AC/SA/01/19407. Extinção da Caixa Escolar de Macau e sua integração com os seus compromissos e haveres na Mocidade Portuguesa (1 Nov. 1946).
- MO/AH/AC/SA/01/19839. Festejos comemorativos do 20.º aniversário da posse do Dr. Oliveira Salazar (Abr. 1948): inclui correspondência, senhas, programas, mensagens e relatórios.
- MO/AH/AC/SA/01/20784. Processo n.º 265 (7 Abr. 1953) – delegação de Macau à festa de homenagem a Salazar em Lisboa.
- MO/AH/AC/SA/01/21956. Publicação do discurso de Salazar sobre a campanha anticolonialista, com textos em português, inglês e chinês (1961).
- MO/AH/AC/SA/01/22203. Telegramas expedidos para o Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar (6 Jan. 1962).
- MO/AM/DA/029. Aomen zaoqi fanchuan yundong (Documentos sobre os primórdios da vela em Macau).
- MO/AM/DA/029/09. 1.as regatas internacionais em Macau.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

ARQUIVO SALAZAR. PT/TT/AOS/D-M/15/13/5, PC-781, cx. 552, capilha 5.
Mensagens sobre a situação políticomilitar em Macau.”

Published sources

- A Voz de Macau*. 1935. "Um alvitre." January 7.
- Notícias de Portugal*. 1960. "Portugal e a campanha anticolonialista." Vol. XIV, no. 709, December 3.
- O Clarim*. 1955. "Princípios Inalteráveis." April 29.
- O Clarim*. 1955. "Tudo Sofre." March 20.
- South China Morning Post*. 1933. "Portugal and Macao: question of a military contribution for coming discussion." May 23.
- South China Morning Post*. 1935. "Portuguese parley: inter-colonial conference to be convened." January 18.
- South China Morning Post*. 1937. "Macao rejoices: Chinese send messages to Dr. Salazar." July 9.
- South China Morning Post*. 1937. "Portugal's premier: Macao demonstrates its thanksgiving for escape." July 13.
- South China Morning Post*. 1940. "Macao ceremony, inauguration of quarters for national union: Portuguese regime." May 31.
- South China Morning Post*. 1947. "Capt. da Rosa Duque." August 18.
- South China Morning Post*. 1947. "Future of Macao: Canton newspapers start campaign for return." April 28.
- South China Morning Post*. 1948. "Macao en fete: 20th anniversary of Dr. Salazar celebrated." April 30.
- South China Morning Post*. 1950. "Newsletter from Macao." May 13.
- South China Morning Post*. 1950. "Newsletter from Macao." May 25.
- South China Morning Post*. 1953. "Newsletter from Macao: Salazar's 25th anniversary celebrated." April 30.
- South China Morning Post*. 1962. "To resume publication." March 1.
- South China Morning Post*. 1963. "To attend rally for Salazar." August 23.
- South China Morning Post*. 1965. "Newspaper suspended 20 days in Macao." April 25.
- South China Morning Post*. 1966. "Dr. Salazar honoured." June 30.

Online Sources

- BOTAS, João. 2011. "Pavilhão do Chá no Porto em 1934." *Macau Antigo* (blogue), April 12. <https://macauantigo.blogspot.com/2011/04/pavilhao-do-cha-no-porto-em-1934.html>.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. 1972. "Portugal Handbook." December 1. <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-00891a001300060001-3>.
- CENTRAL INTELLIGENCE GROUP INTELLIGENCE REPORT. 1946. "Political information: censorship of news, Macao." December 10. <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp82-00457r000100830013-9>.
- DEPARTMENT OF STATE. 1951. "The Ambassador in Portugal (MacVeagh) to the Secretary of State." November 13. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v07p2/d330>.
- PASSOS, Don. 1957. "The true nature of Portuguese colonialism." *The Times of India*, February 24.

Bibliography

- AIYAR, Sana. 2011. "Anticolonial homelands across the Indian ocean: the politics of the Indian diaspora in Kenya, ca. 1930-1950". *The American Historical Review* 116(4): 1012-13.
- ALEXANDRE, Valentim. 1993. "Ideologia, económica e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo". *Análise Social* 28(123/124): 1117-36.
- ALEXANDRE, Valentim. 2000. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Edições Afrontamento.
- ALEXOPOULOU, Kleoniki. 2019. "Local conditions and metropolitan visions: fiscal policies and practices in Portuguese Africa, c. 1850-1970." In *Fiscal Capacity and the Colonial State in Asia and Africa, c. 1850-1960*, edited by E. Frankema and A. Booth. Cambridge University Press.
- ANDERSON, Benedict. 2006. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Rev. ed. Verso.
- BIVAR, M. 1975. *Ensino primário e ideologia*. 2.^a ed. Seara Nova.
- BOXER, Charles. 1967. *Relações raciais no império colonial Português, 1415-1825*. Edições GRD.
- BRAGA, J. M. 1963. "The beginnings of printing at Macao." *Studia* 12: 48-52.

- CAIRO, Heriberto. 2006. "Portugal is not a small country': Maps and propaganda in the Salazar regime." *Geopolitics* 11(3): 367-95. <https://doi.org/10.1080/14650040600867886>.
- CARROLL, John M. 2005. "Colonialism, nationalism, and bourgeois identity in colonial Hong Kong." *Journal of Oriental Studies* 39(2): 146-64.
- CARVALHO, Rita Almeida de. 2018. "Ideology and architecture in the Portuguese 'Estado Novo': Cultural innovation within a parafascist state (1932-1945)." *Fascism* 7(2): 141-74. <https://doi.org/10.1163/22116257-00702002>.
- CASTRO, M. J. 2020. "Pictorial (re)creations: from the fourth centenary of India (1898) to expo '98." In *Intelligence, Creativity and Fantasy*, edited by Mário S. Ming Kong, Maria do Rosário Monteiro and Maria João Pereira Neto. CRC Press.
- CHAN, Catherine S. 2020. "Macau martyr or Portuguese traitor? The Macanese communities of Macau, Hong Kong and Shanghai and the Portuguese nation." *Historical Research* 93(262): 754-68. <https://doi.org/10.1093/hisres/htaa022>.
- CHUA, Ai Lin. 2010. "The domiciled identity in colonial Singapore: understanding the Straits Chinese beyond 'race,' 'nation' and 'empire.'" In *Peranakan Chinese in a Globalizing Southeast Asia*, edited by Leo Suryadinata. Institute of Southeast Asian Studies.
- CHUNG, Thomas. 2009. "Valuing heritage in Macau: On contexts and processes of urban conservation." *Journal of Current Chinese Affairs* 38(1): 129-60.
- CONCEIÇÃO, Lourenço Maria da. 1988. *Macau entre dois tratados com a China – 1862-1887*. Instituto Cultural de Macau.
- CORKILL, David, and José Carlos Pina Almeida. 2009. "Commemoration and propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940." *Journal of Contemporary History* 44(3): 381-99. <https://doi.org/10.1177/0022009409104112>.
- CUNHA, J. M. 2001. *A nação nas malhas da sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Edições Afrontamento.
- EDWARDS, Penny. 2004. "Relocating the interlocutor: Taw Sein Ko (1864-1930) and the itinerancy of knowledge in British Burma." *South East Asia Research* 12(3): 277-335.
- ERRANTE, Antoinette. 1998. "Education and national personae in Portugal's colonial and postcolonial transition." *Comparative Education Review* 42(3): 279-303.
- FERNANDES, José Manuel. 2001. "Macao between the nineteenth and twentieth centuries: Town planning and infrastructure." *Review of Culture (Macau)* 38-39: 113-32.
- FERNANDES, Moisés da Silva. 1999. "Macau nas relações SinoPortuguesas, 1949-1979." *Administração (Macau)* 46: 985-1006.

- FERNANDES, Moisés Silva. 2006. *Macau na política externa chinesa, 1949-1979*. Instituto de Defesa Nacional.
- FERNANDES, Moisés Silva. 2008. "How to relate with a colonial power on its shore: Macau in the Chinese foreign policy, 1949-1965." *Bulletin of Portuguese Japanese Studies* 17: 225-44.
- FERREIRA, Manuela Ennes. 2005. "O império e as relações económicas com África." In *História económica de Portugal 1700-2000*, edited by Pedro Lains and Álvaro Ferreira da Silva, vol. 3. Imprensa de Ciências Sociais.
- FROST, Mark Ravinder. 2004. "Cosmopolitan fragments from a splintered isle: 'Ceylonese' nationalism in latecolonial Sri Lanka." In *Ethnicities, Diasporas and 'Grounded' Cosmopolitanism in Asia*, edited by Joel S. Kahn. Asia Research Institute.
- FU, Adrian. 2018. *The Fu Tak Iam Story*. City University of Hong Kong Press.
- GAMEIRO, Fernando Luís. 2012. "A política educativa do Estado Novo, o ensino secundário liceal." In *A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo: as décadas de 1930 e 1940*, edited by Fernando Martins. Colibri.
- GOH, Beng Lan. 2008. "Globalization and postcolonial nation in Malaysia: theoretical challenges and historical possibilities." *Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies* 23(1): 4-19.
- GOH, Daniel P. S. 2014. "Between history and heritage: Postcolonialism, globalisation, and the remaking of Malacca, Penang, and Singapore." *TRaNS: TransRegional and National Studies of Southeast Asia* 2(1): 79-101. <https://doi.org/10.1017/trn.2013.11>.
- GUNN, Geoffrey C. 2005. *Encountering Macau: A Portuguese CityState on the Periphery of China, 1557-1999*. Instituto Cultural de Macau.
- HARPER, T. N. 2000. "The state and information in modern Southeast Asian history." In *House of Glass: Culture, Modernity, and the State in Southeast Asia*, edited by Yao Souchou. Institute of Southeast Asian Studies.
- HAVIK, Philip J. 2013. "Colonial administration, public accounts and fiscal extraction: policies and revenues in Portuguese Africa (1900-1960)." *African Economic History* 41: 159-221.
- HENRIQUES, Acácio Cabreira. 1956. *Monumentos nacionais existentes na província de Macau*. Repartição Central dos Serviços Económicos.
- KEO, Bernard Z. 2020. "The Peranakan Chinese of the Straits Settlements, 1890-1948." In *Colonialism, China and the Chinese*, edited by Matthew P. Fitzpatrick and Peter Monteath. Routledge.

- KREISSLER, Françoise. 2000. "In search of identity: the German community in Shanghai, 1933-1945." In *New Frontiers: Imperialism's New Communities in East Asia, 1842-1953*, edited by Robert Bickers and Christian Henriot. Manchester University Press.
- LEWIS, Su Lin. 2011. "Print culture and the new maritime frontier in Rangoon and Penang." *Moussons* 17: 127-44.
- LEWIS, Su Lin. 2012. "Rotary international's 'acid test': multiethnic associational life in 1930s Southeast Asia." *Journal of Global History* 7(2): 302-24.
- LI Pengguang 李彭廣. 2012. *Guanzhi Xianggang: Yingguo jiemi dangan de qishi* 管治香港：英國解密檔案的啟示. Niujun daxue chubanshe.
- LIMAPICHART, Thanapol. 2009. "The emergence of the Siamese public sphere: colonial modernity, print culture and the practice of criticism (1860s-1910s)." *South East Asian Research* 17(3): 361-99.
- MARK, ChiKwan. 2007. "The 'problem of people': British colonials, Cold War powers, and the Chinese refugees in Hong Kong, 1949-1962." *Modern Asian Studies* 41(6): 1145-81. <https://doi.org/10.1017/S0026749X06002716>.
- MARREIROS, Carlos. 2003. "Macau mixed architecture and urbanisation." In *Macau on the Threshold of the Third Millennium: An International Symposium*. Instituto Cultural de Macau.
- MARTINS, Marco António. 2010. "Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China: uma perspectiva diplomática." *Negócios Estrangeiros* 18: 247-67.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. 2009. *Salazar: A Political Biography*. NEnigma Books.
- MONIZ, Gonçalo Canto. 2008. "The Portuguese 'May 68': politics, education and architecture." *European Journal of American Studies* 3(2). <https://doi.org/10.4000/ejas.2701>.
- MORAIS, Ana Bela. 2016. "Censored and banned: Portuguese films during the government of Marcello Caetano (1968-1974)." *Portuguese Studies* 32(1): 88-107.
- PEREIRA, Francisco Gonçalves. 2013. *Accommodating Diversity: The People's Republic of China and the 'Question of Macau' (1949-1999)*. Centro de Estudos Internacionais.
- PEREIRA, Maria João Baptista Neto. 2001. *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. FAUP Publicações.
- PEREIRA, Maria Paula. 2014. "A escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: As lições de história de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o projecto ideológico do Salazarismo." *Da Investigação às Práticas* 4(2): 59-81.

- PIÇARRA, Maria do Carmo. 2016. "Empire cinema: propaganda and censorship in colonial films during the Portuguese Estado Novo." *Journal of African Cinemas* 8(3): 283-97.
- PIRES, Sandra. 2012. "A imprensa periódica missionária no período do Estado Novo (1926-1974)." Dissertação de Mestrado, ISCTE/IUL.
- POLANAH, Paulo S. 2011. "'The zenith of our national history!' National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese discoveries: Portugal 1930s." *eJournal of Portuguese History* 9(2): 1-20.
- RAPOSO, Pedro M. P. 2017. "Meteorology, timekeeping and 'scientific occupation': Colonial observatories in the third Portuguese empire." *Cahiers FrançoisViète* III3: 139-68.
- RIBEIRO, Nelson. 2014. "Broadcasting to the Portuguese empire in Africa: Salazar's singular broadcasting policy." *Critical Arts* 28(6): 920-37. <https://doi.org/10.1080/002560046.2014.975975>.
- RISBUD, Seema Suresh. 2002. "Goa's struggle for freedom, 1946-1961: the contribution of national congress (Goa) and Azad Gomantak Dal." PhD dissertation. Goa University.
- SILVA, Andreia. 2020. "A importância 'residual' de Macau para a censura durante o Estado Novo." *Hoje Macau*, 24 april. <https://hojemacau.com.mo/2020/04/24/25-de-abril-a-importancia-residual-de-macau-para-a-censura-durante-o-estado-novo/>.
- SILVA, António Duarte. 2019. *O império e a constituição colonial Portuguesa (1914-1974)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Beatriz Basto da. 1997. *Cronologia da história de Macau*. Vol. 4. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- SMITH, Alan K. 1974. "António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy." *The Journal of African History* 15(4): 653-67.
- SPANGLER, Torin. 2018. "Whose colonial project? Angolan elites and the colonial exhibitions of the 1930s: Notes on the special magazine edition of A Província de Angola, 15 August 1934." *eJournal of Portuguese History* 16(1): 1-23.
- SPIRK, Jaroslav. 2014. *Censorship, Indirect Translations and Nontranslations: The (Fateful) Adventures of Czech Literature in 20th Century Portugal*. Cambridge Scholars Publishing.
- STOER, Stephen R., Roger Dale, Áurea Adão, and Maria José Remédios. 2005. "The educational narrativity in the first period of Oliveira Salazar's government: women's voices in the national assembly (1935-1945)." *History of Education* 34(5): 547-59.

- TERENAS, Gabriela Gândara. 2008. "Forbidden images of Portuguese colonialism: a translation of a book by C.R. Boxer." In *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*, edited by Teresa Seruya and Maria Lin Moniz. Cambridge Scholars Publishing.
- TEXEIRA, Manuel. 1965. *A imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente*. Notícias de Macau.
- TOSTÕES, Ana, and Pedro Dias. n.d. "Macao." *Património de influência portuguesa*. Accessed May 19, 2026. <https://www.hpip.org/en/Contents/Place/550>.
- WU Zhiliang 吳志良. 1999. *Segredos da sobrevivência – História política de Macau*. Associação de Educação de Adultos de Macau.

An Asymmetrical Relationship in Macao from 1966 and 1999

Moisés Fernandes*

Anais de História de Além-Mar XXV (2025): 119-143.

DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.4900>.

Abstract

In 1966, the “Great Proletarian Cultural Revolution” happened in Macao and since then and until the last tenuous Portuguese Administration in 1999, Portugal had essentially to acquiesce to *Nam Kwong* Trading Company and directly to the Communist Party of China. This is called an asymmetrical rapport between Mainland China and Portugal over Macao.

Keywords: Mainland China, *Nam Kwong*, Macao, Portugal, Asymmetrical relationship

Data de submissão: 7/11/2022

Data de aprovação: 3/07/2026

Resumo

Em 1966 ocorreu a “Grande Revolução Cultural Proletária” em Macau, e desde então e até à última ténue Administração Portuguesa, em 1999, Portugal essencialmente anuiu à Sociedade Comercial *Nam Kwong* e diretamente ao Partido Comunista da China. A isto chama-se uma relação assimétrica entre a China continental e Portugal sobre Macau.

Palavras-chave: China continental, *Nam Kwong*, Macau, Portugal, Relação assimétrica.

Date of submission: 7/11/2022

Date of approval: 3/07/2026

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5228-4127>. E-mail: moises.fernandes@letras.ulisboa.pt.

Introduction

The “Great Proletarian Cultural Revolution” (GPCR) started in Mainland China in 1966, and within a five-months period it had already spread to Macao, thus changing from the highly precarious Portuguese Administration to being controlled by the *Nam Kwong* Trading Company (南光有限公司), the powerful State-owned Mainland Chinese enterprise, and, directly, the Communist Party of China (中国共产党, *Zhongguo Gongchandang*). The tiny territory which had at the time 15 square kilometres, was occupied by the Portuguese Administration since the 16th century, although the Portuguese paid an annual “ground rent” for more 300 years until the mid-19th century.

It all started with the Taipa Island incidents, on 15th of November, and on the 3rd and 4th of December of 1966 it had spread to Macao. By the 3th of December it was against the Portuguese Administration, and by the 4th of December it was against the Chinese Nationalist Party (*Guomindang*). In the disorder, eight Chinese died. On the 29th of January 1967, Macao’s Portuguese Governor, Brigadier Nobre de Carvalho, had to sign two humiliating accords, one with the Guangdong’s Foreign Affairs Bureau and another one with the Macao Communists.

Why did it happen? The Board Directors of *Nam Kwong* Trading Company, O Cheng-peng¹ was appointed by the Guangdong’s Province Foreign Affairs Bureau to be the chief bargain amongst the Chinese side

¹ Younger brother of “Dr.” O Lon [柯麟, Ke Lin]. O Cheng-peng [柯正平, Ke Zhengping] has moved in 1943 from Hong Kong to Macao due to Japanese occupation of the British Colony. On the 28th August 1949 (Nam Kwong 1989, 6) he became the chairman of the *Nam Kwong* Trading Company. Since his older brother left for Guangzhou in 1951, he has replaced him as chairman of the Macao’s Branch of Communist Party of China until his death. He held also, chairmen of the *Nam Tong* (*Bank of China*) *Currency Exchange Bureau*, and *China Travel Service (Macao), Ltd.*

and the Portuguese part on 10 December 1966.² A few months before, more precisely on 4th of July 1966, Guangzhou's Radio, reported that his older brother O Lon, had been purged by the Communist Party of China and State apparatus for its "counter-revolutionary" activities in Guangzhou city and Guangdong Province. However, O Cheng-peng had been since 1961 the first secretary of the Macao Branch of the Communist Party of China and one of the largest employees of Mainland China. The "Great Proletarian Cultural Revolution" was chaired over by someone who is not from the "proletariat", like, for example, Leong Pui,³ who is the Chairman of the Macao's Labour General Association, but by O Cheng-peng. From then on, the Macao's Portuguese Administration and the Lisbon's Central Government had hoped that everything was finally closed, but they were fatally wrong. From then on and until 1999, the formidable Chinese State-owned *Nam Kwong* Trading Company had a powerful hand in all the political, economic, financial, and social wellbeing over Macao and the shaky Portuguese Administration.

² His older brother, "Dr." O Lon had been a barefoot doctor working as pharmacy of the Kiang Wu Hospital and counsellor group of Western Medicine, responsible for the work of the Nursing School, between 1940 and 1941 (Special Issue 1986, 7). He reached a Medical Superintendent of the Kiang Wu Hospital in Macao by 22 March 1946 (*Ibidem*, 48). The Chinese Civil War, between the Communists and Nationalist regimes, from 1946 to 1949, had the former taking over Mainland China. For these, the Portuguese Administration gave the title "Dr." when the Communist Party of China finally won. He had gone to the become Dean of the Guangzhou Medical School at the Zhongshan University (中山大学, Zhongshan Daxue) in the capital city of Guangdong, in 1951, after attending a Medical Conference in Beijing. On 4 July 1966, he and others from the School were all purged from the Communist Party of China and all State apparatuses under the accusation "of being hostile elements to the Party and Socialism". This created an enormous uproar among the Macao's Communist Party of China. Hence, they informed the key decision makers of the Portuguese Administration and also their intelligence services that they were highly worried about the situation back on Mainland China, due to the fact they were extremely moderated in Mainland China, among them Liu Shaoqi (刘少奇), the Chinese President, Deng Xiaoping (邓小平), the Secretary-General of Communist Party of China, and even O Cheng-peng (柯正平, Ke Zhengping) in Macao. According to the Special Issue of the 115th Kiang Wu Hospital they had nothing had happened to "Dr." O Lon (Special Issue 1986, 58) but from 1966 until 1976 he was imprisoned by the radicals of Mao Zedong. Only after this, "Dr." O Lon was he able to resume Medical Superintendent in 1977, but in December 1983, due to his senile dementia he had resigned. In spite of this, "Dr." O Lon was appointed the Honorary Chairman of the Kiang Wu Hospital on 20 December 1984 (*Ibidem*, 58, 103). Died in September 1991 (Brazil 2025, 206-213).

³ Leong Pui had been a carpenter of the Portuguese Public Security Police during the II World War. After leaving the Police force he became the chairman of the Carpenters' Trade Union while the Chinese Civil War was going on. Soon afterwards, the Civil War was on by the Communist Party of China in October 1949, he became chairman of the Macao's Labour General Association at a meeting held at the *Kiang Wu* Chinese Hospital, which was fully supported by the Communist Dr. O Lon, on 20th of January 1950.

Therefore, first we will look at what the literature does not say about the Macao affair, because it is definitely too small to be considered a case test. Then we will turn to the “Great Proletarian Cultural Revolution” and its overall impact in Macao, which was quite different from Hong Kong, where the British stood against the Communists and own. Then in 1971 Mainland China managed to get in the United Nations, and in the following year they acquired Macao and Hong Kong back from what they called the “unequal treaties”. Shortly after there was Portugal’s regime change, but Macao continued as before. Then we will look at the Tiananmen Square upheavals, the illegal Chinese refugees from Guangdong into Macao in 1989 and 1990, the divisive last Portuguese statue of Ferreira do Amaral, and then the conclusion.

What does the literature say?

The academic works says absolutely nothing on Macao due to the fact that it lost all its *status quo* in the Great Proletarian Cultural Revolution in 1966 and 1967 and afterwards. However, two major efforts have been made by two academics: Brantley Womack and Frank Pfetsch.

When we are reading the asymmetrical politics between China and Vietnam one apparent thing comes to mind – the Macao affair – especially during the Great Proletarian Cultural Revolution and its aftermath. In the case of China and Vietnam they had three millennia of asymmetrical relationship with good and bad rapport, in the case of Macao we have nearly a half-millennium of interaction between China and Macao that went “ground rent” of 500 taels, from the Ming and Qing dynasties from the 16th to the 19th centuries.⁴

On the other hand, Frank Pfetsch has been dealing with European powers that are constructing the European Union and it has named Portugal as

⁴ For example, the “sinicus plates” is a major collection of records of the Ming and Qing dynasties involving Macao, it contains more than 3,600 documents, and it is owned by the Portuguese National Archives (ANTT). From October 2019 to February 2020 it was held at an exhibition at the Portuguese National Archives, but it was co-organized by the Cultural Institute of Macao Archives in which was written “[t]he Ming and Qing Dynasties, China exercised full territorial and jurisdictional sovereignty over Macao through the appointment of Chinese officials to administer the territory, the quartering of Chinese soldiers in Macao, the implementation of Chinese orders and instructions and the collection of ‘ground rent’, taxes and duties” (Lau 2019, 105). If the top echelons of the Portuguese National Archives had read or took a glimpse of Maria Teresa Lopes da Silva book (Silva 2002) they would get a different perspective.

a small state, with very minor political inputs and outputs (Pfetsch 2007, 100). When it comes to “environmental laggards” he names Portugal and a few others as small states (*Ibidem*, 118). On Macao he says absolutely nothing, but we can conclude that Portugal was a small power versus greater Mainland China from 1949 to 1999.

The “Great Proletarian Cultural Revolution” was the end of Portuguese shaky status quo over Macao

After the “Great Proletarian Cultural Revolution” had begun in Mainland China in May 1966, it was very soon followed on the 15th of November by the Taipa Island incident between Communist elements and the Chairman of the Portuguese Municipal Council of the Islands, the Macanese Rui de Andrade. He admonished the Communists that they should stop immediately. However, contrary to Rui de Andrade, the Communist contributing factor continued to build *Fong Chong* Primary School. This time, Rui de Andrade called the Police’s Deputy Commissioner, Major Vaz Antunes, who was on Taipa Island to take care of the Social Recovery Centre, a drug addiction rehabilitation foundation whose administrative and disciplinary control was under the Police Command and under the technical, medical-prophylactic control of the Health Services, and he requested to put it down. The Portuguese Public Security Police made several arrests, including the mouthpiece of Beijing propaganda warfare the *Ou Mun Iat Pou*. For this minor clash, they had to await for the mouthpieces from Beijing and Guangzhou. On the 30th of November, the *People’s Daily* and *Guangzhou’s Daily* starts putting its mouthpieces among the Communists in Macao, but also with the Hong Kong Branch of *Xinhua She* Press Agency.

On the 3rd of December 1966, the local Macao’s Communist leadership decide to bring down the weak Portuguese administration, soon after the failure attempt by the Portuguese’s Public Security Police to bring about the Chinese protesters through water cannons, which had never worked in Macao. The next day, the Communists attacked the nationalists, and they won the Communist Party of China. On the 10th of December the Guangdong’s Foreign Affairs Bureau, appoints O Cheng-peng, of the powerful Chinese State-owned *Nam Kwong* Trading Company, to negotiate two “unequal accords” with the feeble Portuguese Administration. After nearly two months with the Portuguese and Macanese ups and downs, Macao’s Governor signed two “unequal accords”, one with the local Macao

Communists and another one with the Guangdong's Foreign Affairs Bureau. As Percy Cradock (former UK Ambassador to China from 1978 to 1984, and past Prime Minister's Foreign Policy Adviser from 1984 to 1992), wrote and published in 1994 in his memoirs,

In Macao in December, after two months of rioting, the Governor had been compelled to sign a confession of guilt, release arrested rioters, pay compensation, ban pro-Nationalist activities and hand over Nationalists agents. Macao never recovered. (Cradock 1994, 58)

After the conclusion of the first stage of the GPCR, on 29 January 1967, both Macao's Portuguese Administration and Lisbon's Central Government thought that it had come to an end. However, the local and Guangzhou Communist's continued to cause turbulences in 1967 and 1968. Right away, the Portuguese central government sent a Macanese to Macao to act as the Deputy Governor,⁵ Alberto Eduardo da Silva (Fernandes 2006, 282-283), to help the new Governor, Brigadier Nobre de Carvalho, and to normalize the situation. However, before his departure from Lisbon to Macao, he received the news from a senior official at the Overseas (Colonies) Ministry that "we will always have to bear in mind that we stay in Macao[,] as long as [Mainland] China consents".⁶ Although they do not mentioned Macao, Brantley Womack and Frank Pfestch would have seen his method coming through is this major event. His homecoming was completely doomed, on 13th of April 1967, since many issues in Macao had become bustling.

One such case was the jail time for a Chinese street-walker named Lai Chun for having assaulted and battery charges against an agent of the Portuguese Judicial Police, José da Silva Gaspar, on 24th of October 1966. This led the Portuguese judiciary systems to break down completely in 1967. Judge Leal de Carvalho and the Prosecutor's Office, Freitas Mornas, did let Lai Chun go after great protests that happened at the Courts by the Street Walkers' Union, on 15th of April 1967. Although he received on the same day the "granting of prisoner's parole", soon after he escaped to

⁵ He was appointed as the "General-Secretary" of the Portuguese Administration, but in reality he was the Deputy Governor, from 1967 to 1971. Macao's Governor, Brigadier Nobre de Carvalho, wrote a private letter to the Overseas' Minister on 17 May 1971 that he was disappointed with his function. ASC, Cx. 63, No. 449, mct. 1, doc. 6-1, ANTT (Portuguese National Archives), Lisbon.

⁶ "Note, very secret, by Alexandre Ribeiro da Cunha, 7 March 1967, p. 1", MU/GM/GNP/022, E.6.1, Cx. 1, DABMNE (Archives of the Portuguese Foreign Ministry), Lisbon.

Taiwan and not to Mainland China, which was a major political embarrassment for local Communists and Guangdong authorities.

At the same time, there was a Macanese nurse, Boaventura Rosário, and his Chinese wife, Tong Kin-fan, which had to flee Macao and run to Europe because he and his wife were accused of performing female abortions. For Chinese women it was acceptable, but for the Portuguese and the Macanese it was a high crime due to the State and the Roman Catholics concordat, which forbid any such practices. In meantime, they had to pay a *mui-tsai*, Leung Lai-choi, who had been for several years a servant of the couple Rosário. Of course, Macao's Governor had to pay compensation using the "assets [of the] couple existing here"⁷ to Leung Lai-choi (Fernandes 2006, 283-284).

Then came the British Consulate and the Hong Kong Immigration Department had to be closed down after they had highly visible demonstrations and had painted all over the buildings and held the British's Consul, Norman Ions, for eight long hours in May. On the 25th of May 1967, both offices were closed forever (*Ibidem*, 285-286).

In the meantime, there was a nightmare that happened between a Portuguese girl, Felicia de Jesus, a 16-year-old, who was pulling down an anti-British poster outside the Flora Building, and was seen by a leftist student, on the 28th of May 1967.⁸ In a matters of minutes, more than 300 leftist students arrived at Felicia's home, and dragged her out into the street to make a public apology.⁹ She was made to kneel on the hard ground and recite Mao's thoughts as leftist students surrounded her and sang Communist songs and chanted Mao's quotations.¹⁰ A few days later,

"By superior order, the girl's parents were forced to take the child to the Communist School and apologize, where they forced her to be on the table to read Mao's thoughts".¹¹

⁷ "Cablegram No. 135, secret, from Governor Nobre de Carvalho to the Minister of Overseas, Joaquim da Silva Cunha, 15 April 1967", AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, 9.^a Sbd, fl. 603, ANTT, Lisbon.

⁸ "Macao Girl's Ordeal", *The Hong Kong Tiger Standard*, 28 May 1967, p. 3.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ "Portuguese Private letter written by Cristina Rodrigues Ribeiro from Macao to her cousin Maria Amélia Pitta e Cunha in Lisbon", ASC, Cx. 63, No. 449, met. 3, doc 4-3, ANTT, Lisbon.

At the same time, the private commercial station “Vila Verde” [“Green Village”] became a Maoist propaganda loudspeaker that reached not only, of course, Macao, but also Hong Kong. The British authorities allowed this. The Radio station “Vila Verde” went on to broadcast Communist propaganda from 2 June 1967 to 24 June 1969 (Fernandes 2006, 302).

Then on 16th of June 1967 the corporal Carlos Alberto de Luís Silva was forced to enter the Chinese demonstration. Nonetheless, he went to the Portuguese Garrison, but some of the Chinese demonstrators were following it. Soon after, the Portuguese soldiers attacked the Chinese demonstrators (who fought back) injuring seven Chinese. In the meantime, there was private Júlio de Oliveira Simões, who was detained by the Chinese Communists in Macao. He was then insulted and beaten on the same day. In the end, the soldier of the Portuguese Garrison was released to the Portuguese Public Security Police. This led to some serious concerns about Macao’s future when everybody in the hierarchy of Portuguese and Macanese knew that Mainland China had the upper hand regarding the territory’s prospects.

Then on 19th of June Major Rui Coelho Abrantes was appointed to apologize to the Chinese Communists by the Portuguese Defence Staff, Lieutenant-Colonel Luís Mendes, the Chief of Defence Staff, Major Hernâni Ventura. In the meantime, Major Rui Coelho Abrantes imprisoned both of the Portuguese Defence Staff and he wanted to kill the top Communists in Macao. However, Major Hernâni Ventura was able to escape and to go to the Macao’s Governor, Brigadier Nobre de Carvalho, and he was the one who had to make the apologies and to pay a ransom price for the seven-Communists injured in the recent incidents (Fernandes 2006, 286-289).

Then there was the 14th Macao Grand Prix where the organizing committee, which were made up by Macanese, Portuguese, and English, had to disentangle themselves from the Maoist inspired “The Red-May Rebellious Combat Squad of Macao”. According to this group, no car driving or racing should take place in Macao, otherwise they would be taking their “own risk”. However, Teddy Hip, a race-car enthusiast and one of STDm’s major stockholders, offered HKD 100,00 to gamble on his Macao’s casinos. On the other hand, nineteen Communists said that the “Red-May Rebellious Combat Squad of Macao” was a group that did not represent anyone and it was acting in “bad faith”.

Then on June 1968 two Chinese agents of the Portuguese Public Security Police went from Macao to Taipa Islands and they were slapped

and bruised by the workers of the Taipa Residents Association. A few days later, the Governor and the high officers of the Portuguese Public Security Police had a confidential meeting with the Taipa Residents Association and some leading Communists where they set up a document on the obligations that the Macau's Police force could demand from Communist organizations.

The Roman Catholic Bishop, Paulo José Tavares, and the Diocese of Macao were the only two bodies that did not submit to the Communists. The answer why could be given with three narratives. First, due to the fact that the Holy See was deeply anti-Communist. Second, that Roman Catholic Bishop and the Diocese of Macao were totally dependent on the Holy See. Third, the Diocese of Macao was willing to see a very bad relationship between the Roman Catholic Church and the "colonial" shaky Portuguese Administrators, from 1967 to 1974 (*Ibidem*, 290-293).

The 1971 the PRC managed to get in the United Nations and in 1972 they got Macao and Hong Kong back

The People's Republic of China had its foreign policy goal to become a United Nations, for a long time. To do this it had to disembark the Republic of China (Formosa/Taiwan) from the United Nations. In 1971, Albania, which was a close ally of Mainland China, proposed a simple majority, instead of the 2/3 majority that was proposed by the Americans. The U.S. State Secretary, William P. Rogers, wrote to the Portuguese Foreign Minister, Rui Patrício, that Portugal should support the American position in the General Assembly, and also the Taiwan Permanent Representative to the UN, Liu Chieh, the *Gaimshuo* of Japan, and the Australia Department of Foreign Affairs.

Both the Portuguese Foreign and Overseas (Colonies) Ministries had to do research because of Macao. The General-Directorate of Political Affairs of the Portuguese Foreign Ministry were in favour of abstention. However, the Secretary-General of the Foreign Ministry, a senior diplomatic service, José Calvet de Magalhães, had a different opinion. On the 21 October 1971, the Secretary-General of the Foreign Ministry was invited to the Belém Presidential Palace where the President, Américo Tomaz, Prime-Minister, Marcello Caetano, and the Foreign Minister, Rui Patrício, were discussing all the problems that we had with Macao and the "only attitude that can bring us some dividends" (Magalhães 1996, 39) is voting in favour.

Despite what the Secretary-General of the Portuguese Foreign Ministry said, the Foreign Minister's Office prepared a memorandum, which lasted six-long pages, in which the Prime Minister's Office was detailed in every aspect. Regarding Mainland China, it was assumed that the two countries Mainland China and Taiwan were not feasible to the first country, but instead of two countries,

win the good graces of the Beijing Government 'in principle', although our vote in favour will not guarantee us for ever the respect of Mainland China for Portuguese sovereignty over Macao, nor the abandonment by the former of its ideological position on matters of foreign policy, namely, with regard to the Portuguese overseas problem, support and assistance to the liberation movements.¹²

In the meantime, Macao's Governor Brigadier Nobre Carvalho had received Ho Yin, on the 22th of October 1971, who had come from Beijing and Guangzhou with some key contacts. The latter one said to him that, "that Portugal should vote for the Albanian motion, as England is revealing an independent position from the USA".¹³

However, the supposed "allowance" was short lived. Zhou Enlai, the Chinese Premier, gave an interview to a leading Japanese newspaper *The Asahi Shimbun*, right after on 28 October 1971, in which he declared,

Portugal voted for us also. Portugal has colonies in Africa but China supports the national liberation movement of the peoples in Angola, Mozambique and Guinea. Because of this, Portugal may be thinking as follows: We have supported China, so China should not attack us on the colonial question in the U.N. the Security Council. This, however, is something we cannot agree to.¹⁴

By the 9 March 1972, the permanent representative of the Mainland China, Ambassador Huang Hua, wrote to the President Special Committee on the Situation with regard to implementation of the Declaration on the Granting of Independence to colonial countries and peoples, Salam A. Salam. Right at the beginning, it says:

¹² "Memorandum prepared by the Foreign Affairs Minister's to the Prime Minister's Office, 24 October 1971, p. 4", DABMNE, S3. E49. P3 / 35262, Lisbon.

¹³ "Secret cablegram from the Macao's Governor to the Overseas Minister, 22 October 1971, p. 2", DABMNE, S3. E49. P3 / 35262, Lisbon.

¹⁴ "Excerpts From Text of Zhou's Interview with Tokyo Editor", *The New York Times*, 9 November 1971, p. 1.

As is known to all, the question of Hong Kong and Macao belong to the category of questions resulting from the series of unequal treaties left over by history, treaties which the imperialists imposed on China. Hong Kong and Macao are part of Chinese territory occupied by the British and Portuguese authorities.¹⁵

On the 6 June 1972 they approved the 24th Committee (Decolonization), despite Sweden, Venezuela and Fiji having serious reservations.

At the opening session of the Macao's Legislature Assembly, General Nobre de Carvalho reiterated that his Portuguese Administration would not tolerate any attitude or actions against the interests of the People's Republic of China and it would do all possible actions that would facilitate useful relations with her (Carvalho 1987), 82). It was a big contradiction between right-wing elements, the Portuguese and Macanese, and left-wing, the Chinese.

Erhard Haubold, the Sydney correspondent of "*Der Tagesspiegel*", a Berlin-based daily newspaper, writing on the 2 April 1974, says that "[a]fter Goa was lost to India and since China has practically taken over control of Macao" (Haubold 1974, 3) it has one colony in Asia, 'Portuguese Timor', and nothing else".

Portugal's regime change and the Macao affair

However, after the 25th of April *coup d'état* in Portugal, everything seemed oddly enough on Macao's Portuguese Administration. The Governor, General Nobre de Carvalho continued for seven months, until the 14th of October 1974. Two Army men, Major Maia Gonçalves and Major Garcia Leandro, came from Lisbon to rearrange everything that was possible. For example, one of them, the former, had to stay in Macao, to replace Coronel Mesquita Borges (Military Commander of the local Portuguese Garrison) due to corruption charges.

The Portuguese language biweekly newspaper, *O Clarim*, which was owned by Macao's Roman Catholic Diocese, had the following in its editorial on 6th of June 1974;

¹⁵ This position was already known since 27 October 1955, when the "4th Centennial Commemoration" was stopped due the Chinese Premier, Zhou Enlai, had prohibited. According to the New China News Agency, Portugal had only "administrative powers", while the "sovereign rights" belonged to Mainland China (Fernandes 2008, 206-208).

We cannot ignore, however much we want to hide the fact, that in Macao there are restrictions on our sovereignty, one for one reason, others for another, but all dictated, more or less, by conditions that we cannot change, without provoking reactions that are dangerous and even decisive for our presence. (A.T.R. 1974, 6)

However, the reporter Stewart Dalby, who was in Macao for some time in early October 1974, wrote on *The Financial Times* an article titled “*Macao: No time for changes*” on 9th of October 1974 which said the following,

Since 1966 when the Portuguese effectively agreed to bow out after the Cultural Revolution had spilled over to the colony, Macao has been run by a curious combination of Communist Chinese controlled by Beijing and capitalist Chinese businessmen from Hong Kong. Portugal’s influence is minimal. (Dalby 1974, 1)

Nonetheless, a “confidential memo” from Hong Kong it said, “Beijing of course was satisfied with the situation in which it had exercised a veto over the dictatorial colonial government [of Macao]”.¹⁶

After the Portuguese Administration had imposed a new Governor of Macao, Colonel Garcia Leandro, he was able to accommodate to “local constraints” shortly after he had arrived in Macao. H.D. White, Australian Commissioner to Hong Kong went to visit Macao’s Governor on 15 April 1975, and he heard the following remarks on the part of Colonel Garcia Leandro,

The real representative, he claimed, was one O Cheng-peng, head of the *Nam Kwong* Trading Co., the Macao equivalent of *China Resources* of Hong Kong. It was O, he said, who came forward during the disturbances in Macao at the same time of the Cultural Revolution but the Chinese used him only when serious problems arose.¹⁷

Although the daily Macao Chinese newspaper, *Seng Pou*, said that Colonel Garcia Leandro was doing a good job under the circumstances, but he had almost the same colonial attitude that Portugal had towards Macao for more than four centuries,

¹⁶ “Confidential memo 629 from Hong Kong, 7 June 1974”, in “China – Relations with Macao, 1966-1978”, NAA, A3107/40/64/1 Part 1, p. 106.

¹⁷ “China – Relations with Macao, 1966-1978”, NAA, A1838/3107/40/64/1 Part 1, p. 126.

Politically, the Governor of Macao has unequivocally made his best efforts to gradually change the form of government, in fact colonizing, which has been applied to Macao for centuries.¹⁸

Meanwhile, Macao's Governor, Colonel Garcia Leandro, wrote to Portuguese President General Ramalho Eanes to let him know that "tourists" from Eastern Europe and Cuba were visiting Macao and that he felt he was being threatened with exposure to foreign governments. He accused many Yugoslavs, Polish, Hungarians, Bulgarians, and Czechoslovakians of holding passports for "any espionage activities being carried out against China".¹⁹ Therefore, Colonel Garcia Leandro proposed that the Portuguese Foreign Ministry gave orders to its embassies and consulates in these countries that they should not give "visas" to Macao. In case they gave "visas", they should be communicated to Macao's Portuguese Administration, on 11 May 1977.²⁰ After having received this highly secretive document, President General Ramalho Eanes gave its formal consent to contact with the Portuguese Foreign Ministry in order to rearrange the "visas" application for East European countries and Cuba (*Ibidem*).

However, a senior diplomat of the Australian High Commissioner in Hong Kong, First Secretary M.B. Cascoigne, spoke to the Hong Kong Police Special Branch in charge of inspecting such events in Hong Kong. The latter confirmed that the Hong Kong Government had not been contacted by Macao's Portuguese Administration, but there was very little it could do due to the fact that those were Portuguese problems. He believed, though, that the total tourist numbers were more or less 10 per year and not the amounts that Colonel Garcia Leandro's had said in Macao's Legislative Assembly.²¹

During his political memoirs Coronel Garcia Leandro said that "O Cheng-peng lived very far from the Portuguese Administration, rarely appearing in public and creating, by his absence, a certain charismatic image and a demonstration of power" (Leandro 2011, 244). However, on 29th of September 1978, O Cheng-peng invited for the first time Macao's Governor, Colonel Garcia Leandro, to come to the 28th anniversary of the founding of the People's Republic of China, on the National Day of Mainland China. It

¹⁸ "Comments in a few lines", *Seng Pou*, 25 September 1976, p. 1.

¹⁹ "Red Europeans worry Macao", *South China Morning Post*, 7 November 1977, p. 7.

²⁰ "Secret, Macao's Governor, Garcia Leandro, to the President's Office, General Ramalho Eanes, 11 May 1977", in "Macao (1976-1986), PT-PR-APHR-CC-CC029-1967", p. 234.

²¹ "Macao: China Watchers from Eastern Europe", Australian Commission of Hong Kong, 11 November 1997, NAA: A1838, 3107/40/64/1, Part 1, p. 211.

was attended by more than 1,000 invitees.²² From then on, all of Macau's Governors had to attend this function until 1999.

By mid 1978, Colonel Garcia Leandro and O Cheng-peng had started to talk about the Chinese refugees that were coming mainly from Guangdong Province into Macao (*Ibidem*, 250). However, the answer was that they should keep the "gentlemen's agreement" (*Ibidem*) between the two, granting that the Guangdong Foreign Affairs Bureau Agreement of 29th of January 1967 was signed by himself, O Cheng-peng. Nevertheless, in the first few months on the job of Macao's new Governor General Melo Egídio (that is, from February to June 1979), between "50,000 and 70,000 mainland Chinese migrated" (*Ibidem*) illegally to Macao, "which structurally altered the whole life" (*Ibidem*).

In 17 September 1980, *Nam Kwong's* Chairman, O Cheng-peng, the multimillionaire Ho Yin, and his private secretary, Roque Choi, came to Lisbon due to the fact that the Portuguese economy was opening up and the Chinese were interested in making some investments. They had several meetings in Lisbon, including an audience with the Portuguese President, General Ramalho Eanes, in the Presidential Belém Palace (Nam Kwong 1989, 64). After this they opened a Branch of *Nam Kwong* Trading Company in Lisbon who lasted to 2000, when they moved to Madrid and to Brasília, the capital of Brazil, because it had a greater impact on European and Latin America trade.

Meanwhile, in October 1982, the UK's Foreign and Commonwealth Office were in the process of starting negotiations over Hong Kong to hand it over to the People's Republic of China. In order to do this, its research department wrote down a confidential on "Macao". It dealt with Portuguese constitutional principles, Macao's Organic Statute (mini-constitution) and other political and economic affairs, such as the following,

Chinese influence over the Government of Macao reached its height following riots of 1966 inspired by the Cultural Revolution, and the acceptance by the Governor of a series of humiliating demands. [...] But the Macao Government takes care of consul unofficial Chinese representatives, or sound them out indirectly, on important issues. China's ability to influence events in Macao remains great.²³

²² "Sir Murray makes history", *The South China Morning Post*, 1 October 1978, p. 7; "Sir Murray attends China National Day Party", *The Hong Kong Standard*, 1 October 1978, p. 1.

²³ "Confidential – Macao": Research Department Note No. 22/82, Lesley A. Dean, Far Eastern Section, October 1982, UK's Foreign and Commonwealth Office, National Archives of Australia, hereafter NAA: A3626/BJ801/13/3 Part 1, pp. 152-151.

For the time being, Dong Dafei, the Deputy Foreign Minister, came to Lisbon after having visited Angola to deal with Chinese interests in that part of Lusophone Africa, since both countries established relations only on 12th of January 1983. While in the Portuguese capital he took the initiative to approach the Portuguese Secretary of State for Foreign Affairs, Paulo Marques. During the lunch at the Chinese Embassy in Lisbon, on 16th of May 1983, Dong informed Marques that the situation in Macao was reasonable, but regarding Hong Kong there seemed to be various difficulties. However, Macao's Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, gave an interview to a right-wing newspaper in Lisbon, *O Dia*, on the 19 May 1983, in which he said,

I am authorized by the Portuguese President to emphasize and confirm that the visit of the Deputy Minister of Foreign Affairs to Portugal has nothing to do with Macao, nor were matters related to the territory discussed, which allows us to conclude that the whole issue is unchanged as until now.²⁴

This has instead forced the Portuguese President, General Ramalho Eanes, to write to Macao's Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, giving him the full report of Paulo Marques,

considered satisfactory the current situation on the territory [Macao], which seemed adequate to the reality and interests of both parties, underlining its economic and commercial roles. In contrast to this assessment, the Deputy Minister referred to the situation in Hong Kong that would face some difficulties, although he was led to believe that the level of relations between London and Beijing would allow them to overcome them with dignity.²⁵

During the audience that the Portuguese President, General Ramalho Eanes, gave to the Ambassador of China in Lisbon, Lu Jixin, on the 22nd of May 1984, the latter passed on a written reply by the Chinese Government about the *Nam Kwong* Trading Company. Regarding who were the main delegates of Mainland China, it said,

²⁴ "Encontro de Eanes com o ministro chinês: Governador de Macau esclarece diálogo de Lisboa", *O Dia*, 19 May 1983, p. 12.

²⁵ "The Acting Chief Staff to the Portuguese President, General Ramalho Eanes, to the Macao's Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, on confidential, 23 May 1983", PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697, Lisbon.

The Chinese government reaffirms that the General Manager of the firm *Nam Kwong* [O Cheng-peng,] is the representative of the Chinese government in Macau. *Nam Kwong* is the agent body of the Chinese government in the territory.²⁶

Only after the Portuguese Governor and the General Manager of the firm *Nam Kwong* could not agree they would go up further, and they would have at the Ambassadorial level – namely the Chinese Embassy in Lisbon and talk to different departments, the President, the Premier, and the Foreign Minister in Portugal. The Portuguese President, General Ramalho Eanes, was thankful to him because it had clarified the Chinese overall policy towards the Macao. Therefore, it was “immediately brought to the attention of the Governor”, Vice-Admiral Almeida e Costa, on the 22nd of June 1984.

The Foreign Ministers of both countries, China and Portugal had a joint meeting at the UN General Assembly on 25 November 1985. The Chinese Foreign Minister, Wu Xueqian, began to express the “wish” of the President of the People’s Republic of China to meet the Portuguese President, General Ramalho Eanes, on the occasion of their visit to New York in October, to attend the 40th anniversary of the United Nations.²⁷ After a general exchange of views regarding the US, the USSR, economic changes in China, replacement of the Central Committee of the Communist Party of China, and Taiwan, according to Chinese Foreign Minister, Wu Xueqian, he considered that there were developments favourable to the internal unity of the CPC, the actions towards the coming Portuguese elections, and a conversation on their views on Macao.

The Director of *Xinhua* Press Agency of the Hong Kong, Xu Jiatur, had a banquet in the private residence of *Nam Kwong*’s Board President, O Cheng-peng, and the second in line of the political affairs of *Nam Kwong*, Li Iau-kei. Though, O Meng-wa used to be Director of *Nam Kwong* he had become the Deputy Director of *Xinhua* of Hong Kong, on the 3 January 1986. Stanley Ho, Ma Man-kei, Chui Tak-kei and Roque Choi were present. In addition to Governor Vice-Admiral Almeida e Costa and his wife, the Commander of

²⁶ “Cablegram No. 9, personal and secret, from the President, General Ramalho Eanes, to the Macao’s Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, 22 June 1984, p. 1”, Macao (19-8-1976 to 25-1-1986), PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697, Lisbon.

²⁷ “A secret note by the Portuguese Foreign Ministry Matos Proença, General-Director of Political Affairs, of the ‘meeting of the Portuguese Foreign Minister, Jaime Gama, with his counterpart, at his request, at the headquarters of the United Nations, p. 1”, Macao (19-8-1976 to 25-1-1986), Reference Code PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697, Lisbon.

the Security Forces, Colonel Amaral de Freitas, and the Chief of Staff of the Governor's Office, Seixas Serras, were also present.²⁸

In the meantime, the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensley, went to Macao to have discussions with leading Portuguese Administrators and the *Nam Kwong's* Director of Foreign Affairs on 5 May 1986. The first one to meet was the Macao's Secretary of Administration, Maria Adelina de Sá Carvalho. She told Wensley that it "was not satisfactory working in a lame-duck administration: the Portuguese no longer had full authority, the period of colonial administration had ended, yet the Chinese were not ready to take over".²⁹

After coming to an end with Macao's Secretary of Administration, she followed up the *Nam Kwong's* Director of Foreign Affairs Office, Tang Xingxu. He was a Mainlander Chinese who had been in Macao for two years. According to him, the local economy was doing just fine, but he showed his great interest in Australian investments in Macao. However, when it came to major political matters he showed no interest at all. As she said he "was not particularly loquacious when it came to discussing details of the political agenda".³⁰ After finishing with the *Nam Kwong's* Director of Foreign Affairs Office, he went to see the Macao's Secretary for Social Affairs, Roque Martins. Right away the matter of "sovereignty" had not been an issue since the 1979 establishment of diplomatic relations because Portugal had signed an agreement on Macao's future, which envisaged Taiwan and the Soviet Union as the main targets of the Mainland China's policy. Nevertheless, Roque Martins acknowledged "that the Communist Party of China had made much greater inroads into Macao than it had in Hong Kong".³¹ The last person to be interviewed was the Acting Governor and Secretary for Security Affairs, Colonel Amaral de Freitas. He said that

²⁸ "Cablegram No. 2/86/6 to the Presidency of the Republic, General Ramalho Eanes, by the Chief of Staff of the Governor of Macao, Seixas Serras, 4 January 1986", Macao (19-8-1976 to 25-1-1986), Reference Code PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697, Lisbon.

²⁹ "Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Macao's Secretary of Administration, Maria Adelina de Sá Carvalho", NAA, A7326, BJ801/13/3 PART 1, p. 288.

³⁰ "Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the *Nam Kwong's* Director of Foreign Affairs, Tang Xingxu", NAA, A7326, BJ801/13/3 PART 1, p. 284.

³¹ "Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Macao's Secretary for Social Affairs, Roque Martins", NAA, A7326, BJ801/13/3 PART 1, p. 283.

the Portuguese Administration had “no benefits for Portugal staying in Macao”.³²

Less than eight months of Sino-Portuguese they decided to launch Macao’s future in Beijing. In less than four rounds, they agreed that the Portuguese Administration would be running Macao’s until the handover to Mainland China on the 20th of December 1999. Unlike the Sino-English Joint Declaration, the Portuguese one provided a memorandum for the Portuguese “passports”. The Sino-Portuguese Joint Declaration was signed in 23 April 1987 in Beijing. However, the Macanese side of it were invited by the Chinese side such as the Speaker of Macao’s Legislative Assembly, Carlos d’Assumpção; the Secretaries-Adjunct of the Portuguese Administration; and even the Roman Catholic Bishop of Macao, Arquimínio Rodrigues da Costa (Jornal Ou Mun 1987, 44-45, 65).

Nonetheless, in less than five-months *Nam Kwong* Trading Company became Chinese press agency *Xinhua* Macao’s branch on the 21st of September 1987. According to the monthly magazine *Macau*, it was credited before the Portuguese Foreign Ministry as the “representative of the diplomatic interests of the People’s Republic of China in this territory under the Portuguese Administration”.³³ However, the Head of the Bureau of *Xinhua* Press Agency was Zhou Ding, who has for two years been the Vice-President of the Board of Directors of *Nam Kwong’s* Trading Company. The hierarchy of *Nam Kwong* Trading Company and especially President O Cheng-peng became the counsellors of *Xinhua*. Indeed, during the Sino-Portuguese joint negotiations in Beijing, O Chen-peng had been very forthcoming about Portuguese “colonialism” and the decision by the Portuguese President, Mário Soares, to delay the Portuguese Administration handover either to 2007, after four-hundred-and-fifty-years of Portuguese presence, or 2057, after five-hundred-years of Portuguese presence, which were completely opposed by the Chinese side (Fernandes 2000, 416-417).

³² “Restricted Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Acting Governor and Secretary for Security Affairs, Colonel Amaral de Freitas”, NAA A7326, BJ801/13/3 PART 1, p. 282.

³³ “Actual: Agência Nova China abriu delegação em Macau”. *Macau* [澳門], no. 5, September 1987, pp. 5 and 6.

The Tiananmen's upheavals

More than 150.000 Chinese held a big demonstration against the massacre of Tiananmen Square in Macao on 6 June 1989. The representatives of the 150,000 protesters submitted a letter of protest to the delegation of Macao of the *Xinhua* Press Agency to the sound of the slogans “*End the slaughter*” and “*Down with the murderers Li Peng, Deng Xiaoping and Yang Shangkung*” (Fernandes 2000, 449). However, the demonstrators did not pass beyond the Barrier Gate, the land border between Macao and Mainland China, for fear that the soldiers of the People's Liberation Army will open fire.

The Portuguese Central Government in Lisbon and the Macao's Portuguese Administration were very concerned about the evolution of Chinese policy, but they expect to maintain the precarious situation in Macao as it was enshrined in Sino-Portuguese Joint Declaration.

Three-months had passed since the Tiananmen Square crackdown, when on 4 and 8th of October 1989, the Portuguese's Governor, Carlos Melancia, went to Beijing and held meetings with those responsible for the Tiananmen massacre. The Chinese decision makers highly praised the Portuguese cooperation and support for “one country, two systems” and contrasted it with the attitude of the United Kingdom. He was received by the Premier, Li Peng; Director of the Hong Kong and Macao Affairs at the State Council, Ji Pengfei; and the Deputy of Foreign Ministry, Zhou Nan. To defend himself against accusations that he was in agreement with people responsible for a bloodbath, Governor Melancia makes the following comment,

Portugal understood that it should not suspend contacts with the People's Republic of China, because the Macao problem is, by far, more important to us. I would like, however, to remind you that after Portugal had taken this position, Great Britain would end up resuming contacts with Mainland China, and then the United States of America itself. (Duarte 1990), 5)

The illegal Chinese refugees from Guangdong into Macao in 1989 and 1990

The Portuguese Public Security Police had decided to tackle the problem of illegal Chinese immigration on the 9th of September 1989. The process consisted of registering undocumented minors who could prove that they belonged to one of the groups or situation listed below. First, with parents who hold an Identity Document (ID) issued by the Portuguese Administration. Second, to have been born in Macao and one of the parents

having an ID issued by the Portuguese Administration. Third, being born in Macao and having a family member in Macao with the ID issued by the Portuguese Administration.

On the 9th of September 1989, an official announcement was issued for the following day's "*Operation Dragon*", for which everything was already prepared, since the Portuguese Public Security Police (thanks to a previous screening) already knew how many minors would register. However, problems began to appear with large groups of illegal people, who, convinced that an amnesty was going to be enacted, increasingly swelled the already large number of people who were waiting for their turn to come.

As the operation was aimed at registering 4,000 minors and the structure set up only took into account that number plus the accompanying family members, there was a need to resort to another service points in addition to requesting the collaboration of other public entities to support the Macao Social Welfare Institute and the Red Cross, which provided and distributed bread and milk (mainly for children). "After the assessment and selection of the registered people, the identity card was awarded to around 4,500 people" (Chan 2020, 14).

Illegal immigrants gathered in front of the Macao Government Palace shortly after the announcement on 27 March 1990 that the Portuguese Public Security Police were going to start legalizing the undocumented parents of around 4,500 undocumented minors. The Portuguese Public Security Police dispersed the crowd. The following day, the concentration of illegal immigrants in front of the Government Palace increased again and, at a certain point, reached many thousands of people.

The process of granting Police Identification Cards to the parents of legalized students in 1989 covered nearly 4,200 undocumented parents residing in Macao. On 28 March 1990, the crowd was estimated to be between 30 and 40,000 people. In the final scheme 32,779 were legalized (Chan 2020, 23), in clear contradiction of Guangdong's Foreign Affairs Bureau and O Cheng-peng requirements when they signed the deal.

The highly controversial Portuguese statue of Ferreira do Amaral

According to the political memoir of Macao's last Portuguese Governor, General Rocha Vieira, right at the beginning of his term came up the divisive statue of Governor Ferreira do Amaral, who was assassinated by the Chinese on the 22nd of August 1849 (Silva 2002, 303-304).

In 1940, when China was occupied by Imperial Japanese Armed Forces they granted the Portuguese Administration to a chance to apply for a highly contentious statue of Macao's Governor, Ferreira do Amaral, to bring out the inconsistency between the two communities, China and Portugal. Although the Portuguese Administration wanted the contentious bronze statue of Ferreira do Amaral to be near the Border Gate checkpoint in the area of northern Macao on its border with Mainland China, instead the Imperial Japanese Armed Forces wanted the Ferreira do Amaral's statue to be close to the façade of Ferreira do Amaral's Roundabout, in front of the Bank of China and Lisbon Hotel.

The Deputy Director of the State Council for Hong Kong and Macao Affairs, Lu Ping, wanted to tear it down "since it is a colonialist symbol" (Vieira 2010, 126) by the 28th of June 1990. After two-years and a few months, on 28th of October 1992, the controversial statue of Governor Ferreira do Amaral came down and was shipped to Portugal (*Ibidem*, 125).

Still, the Governor referred to both *Xinhua* Press Agency's Directors, Guo Dungpo, who became a good friend, from 1990 and 1995, and then Wang Qiren "was always respectful from side to side, to maintain the negotiations and be always correct", from 1995 to 1999 (*Ibidem*, 235). As Macao's Governor, General Rocha Vieira, always said the weak Portuguese Administration had always to look up to the *Nam Kwong* Trading Company and the *Xinhua* Press Agency due to the fact they knew everything, be it political, economic, financial, and cultural affairs, and also for having been "shadow government" of Macao or has he says "Macao was a fragile reality and very dependent on [Mainland] China" (*Ibidem*, 237).

Conclusion

The outcome from the stages of GPCR in Macao was such a frail Portuguese Administration that it lasted only until the 19th of December 1999. Macao's Portuguese Administration had to submit to the *Nam Kwong* Trading Company, and later in 1987 to the *Xinhua* Press Agency. However, the hierarchy of *Xinhua* Press Agency all came through the *Nam Kwong* Trading Company since 1949. It is clear that the Portuguese side lost its precarious Portuguese Administration in 1966 and since then it was all in the hands of the *Nam Kwong* Trading Company.

One writer, Brantley Womack, says absolutely nothing about Macao, due that they are talking about Vietnam and China for the last three millennia.

However, it could have written a small part of Chinese foreign policy regarding Macao for the last four-and-fifty years and probably see what they have in common or disagreements, for Vietnam and Macao. Frank Pfetsch was written on European common policies. Portugal is a small state with very insignificant political inputs and outputs at the European politics, and, also, at the Macao question from 1949 to 1999. No foreign countries have spoken about this, especially the British.

This was known by both Portuguese key decision makers, be it the authoritarian right-wing government that lasted until 1974 or the democratic Portuguese government after the 1974 revolution. Still, the same type of authoritarian Chinese regime was always present. From 1949 to 1987 it had *Nam Kwong* Trading Company, then it was replaced by the *Xinhua* Press Agency which made no changes in the political outcomes to be a “shadow government” of the Portuguese Administrators until the final takeover in 1999.

Therefore, the *Nam Kwong* Trading Company was the key element for what the Communist Party of China wanted for Macao in a highly dominated and frail Portuguese Administration. The Chinese decision makers, whether the ones at the Central Government or at the Guangdong level, wanted a rather passive Portuguese administration and thus constantly set the very same shameful conditions that the feeble Portuguese Administration had to endure during these years.

References

Archive sources

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

- Portuguese Private letter written by Cristina Rodrigues Ribeiro from Macao to her cousin Maria Amélia Pitta e Cunha in Lisbon. ASC, Cx. 63, No. 449, mct. 3, doc. 4-3.
- Cablegram No. 135, secret, from Governor Nobre de Carvalho to the Minister of Overseas, Joaquim da Silva Cunha, 15 April 1967. AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, 9.^a Sbd, fl. 603.

National Archives of Australia [NAA]

- China – Relations with Macao, 1966-1978. A1838/3107/40/64/1 Part 1.

- Confidential – “Macao”: Research Department Note No. 22/82, Lesley A. Dean, Far Eastern Section, October 1982, UK’s Foreign and Commonwealth Office. A3626/BJ801/13/3 Part 1.
- Confidential memo 629 from Hong Kong, 7 June 1974. China – Relations with Macao, 1966-1978. A3107/40/64/1 Part 1.
- Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Macao’s Secretary of Administration, Maria Adelina de Sá Carvalho. A7326, BJ801/13/3 Part 1.
- Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the *Nam Kwong*’s Director of Foreign Affairs, Tang Xingxu. A7326, BJ801/13/3 Part 1.
- Confidential Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Macao’s Secretary for Social Affairs, Roque Martins”. A7326, BJ801/13/3 Part 1.
- Macao: China Watchers from Eastern Europe, Australian Commission of Hong Kong, 11 November 1997. A1838, 3107/40/64/1, Part 1.
- Restricted Record of Conversation between the Australian Consul General in Hong Kong and Macao, P.A. Wensly, and the Acting Governor and Secretary for Security Affairs, Colonel Amaral de Freitas. A7326, BJ801/13/3 Part 1.

Arquivo Histórico da Presidência da República [AHPR]

- A secret note by the Portuguese Foreign Ministry Matos Proença, General-Director of Political Affairs, of the ‘meeting of the Portuguese Foreign Minister, Jaime Gama, with his counterpart, at his request, at the headquarters of the United Nations, p. 1. Macao (19-8-1976 to 25-1-1986). PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697.
- Cablegram No. 2/86/6 to the Presidency of the Republic, General Ramalho Eanes, by the Chief of Staff of the Governor of Macao, Seixas Serras, 4 January 1986. Macao (19-8-1976 to 25-1-1986). PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697.
- Cablegram No. 9, personal and secret, from the President, General Ramalho Eanes, to the Macao’s Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, 22 June 1984, p. 1. Macao (19-8-1976 to 25-1-1986). PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697.
- The Acting Chief Staff to the Portuguese President, General Ramalho Eanes, to the Macao’s Governor, Vice-Admiral Almeida e Costa, on confidential, 23 May 1983. PT/PR/AHPR/CC/CC0209/1697.

- Secret, Macao's Governor, Garcia Leandro, to the President's Office, General Ramalho Eanes, 11 May 1977. Macao (1976-1986). PT-PR-APHR-CC-CC029-1967.

Divisão de Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros [DABMNE]

- Memorandum prepared by the Foreign Affairs Minister's to the Prime Minister's Office, 24 October 1971, p. 4. S3. E49. P3 / 35262.
- Note, very secret, by Alexandre Ribeiro da Cunha, 7 March 1967, p. 1. MU/GM/GNP/022, E.6.1, Cx. 1.
- Secret cablegram from the Macao's Governor to the Overseas Minister, 22 October 1971, p. 2. S3. E49. P3 / 35262.

Published sources

- “Actual: Agência Nova China abriu delegação em Macau”. *Macao* [澳門], no. 5, September 1987, pp. 5 and 6.
- ANTÓNIO DUARTE. 1990. “E tudo começou em Pequim”. *Macao* [澳門], no. 19, January 1990, p. 5.
- “Macao Girl's Ordeal”. *The Hong Kong Tiger Standard*, 28 May 1967, p. 3.
- A.T.R. “O futuro de Macau”. *O Clarim*, Year 26, No. 11, 6 June 1974, p. 6.
- “Excerpts From Text of Zhou's Interview with Tokyo Editor”. *The New York Times*, 9 November 1971, p. 1.
- ERHARD HAUBOLD. 1974. “Australia Protests to Portugal”. *Der Tagesspiegel*, 2 April 1974, p. 3.
- STEWART DALBY. 1974. “Macao: No time for change” *The Financial Times*, 9 October 1974, p. 1.
- “Red Europeans worry Macao”. *South China Morning Post*, 7 November 1977, p. 7.
- “Comments in a few lines”. *Seng Pou*, 25 September 1976, p. 1.
- “Sir Murray makes history”. *The South China Morning Post*, 1 October 1978, p. 7.
- “Sir Murray attends China National Day Party”. *The Hong Kong Standard*, 1 October 1978, p. 1.
- “Encontro de Eanes com o ministro chinês: Governador de Macau esclarece diálogo de Lisboa”. *O Dia*, 19 May 1983, p. 12.

Bibliography

- 鏡湖醫院115週年紀念特刊 = *Special Issue for the 115th Anniversary of Kiang Wu Hospital*. 1986. Associação de Beneficência do Hospital de Kiang Wu.
- BRAZIL, Matthew. 2025. "Dr. Ke Lin and the Origins of the Chinese Communist Espionage in Macau". *Études françaises de renseignement et de cyber* 5 (October): 206-213.
- CARVALHO, General Nobre de. 1987. *Ação Governativa*, 3 vols. Fundação A-Ma-Kok.
- CHAN, Chan U. 2020. "A legalização de imigrantes ilegais em Macau (1982-1990): Evolução e consequências". *Administração XXXIII* (128): 1-26.
- CRADOCK, Percy. 1994. *Experiences of China*. New ed. John Murray.
- FERNANDES, Moisés Silva. 2000. *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1945-1995: Cronologia e Documentos*. Fundação Oriente.
- FERNANDES, Moisés Silva. 2006. *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*. Instituto Ciências Sociais.
- FERNANDES, Moisés Silva. 2008. *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Centro Científico e Cultural de Macau.
- JORNAL Ou Mun. 1987. 澳門歷史的見證：中葡關於澳門問題聯合聲明圖片集 = *Testemunho da Historia de Macau : Coleção de Fotos Relativas a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau. Aomen Li Shi de Jian Zheng: Zhong Pu Guan Yu Aomen Wen Ti Lian He Sheng Ming Tu Pian Ji* = *Testemunho*. 澳門日報 Aomen ri bao.
- LAU, Fong, 劉芳, Arquivo de Macau, and 澳門檔案館. 2019. *Han Wen Wen Shu : Dongbota Dang an Zhong de Aomen Gu Shi* = *Chapas Sínicas: Histórias de Macau na Torre do Tombo* = *Stories of Macau in Torre do Tombo*. Aomen Tebie Xingzhengqu zheng fu wen hua ju.
- LEANDRO, Garcia. 2011. *Macau nos Anos da Revolução Portuguesa, 1974/1979*. Gradiva.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1996. *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial, 1955-1974*. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- NAM Kwong. 1989. *The Forty Years of Nam Kwong, 1949-1989*. Editora Estrela do Sul.
- PFETSCH, Frank. 2007. *Negotiating Political Conflicts*. New York: Palgrave Macmillan.
- SILVA, Maria Teresa Lopes da. 2002. *Transição de Macau Para a Modernidade, 1841-1853: Ferreira do Amaral e a Construção da Soberania Portuguesa*. Fundação Oriente.
- VIEIRA, Pedro. 2010. *Todos os Portos a que Cheguei: Vasco Rocha Vieira*. Gradiva.
- WOMACK, Brantly. 2006. *China and Vietnam: The Politics of Asymmetry*. Cambridge University Press.

varia

Ruy Díaz de Guzmán: espaço, fronteira e mestiçagem nos *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612)

José Carlos Vilardaga*

Anais de História de Além-Mar XXIV (2025): 147-176.

DOI: <https://doi.org/10.57759/aham2025.48992>.

Resumo

O presente artigo busca analisar o manuscrito de Ruy Díaz de Guzmán, aqui intitulado *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612), em uma de suas edições críticas recentes (2012). A obra é fonte para diversos trabalhos historiográficos sobre a ocupação colonial do Rio da Prata há pelo menos dois séculos. Com foco na temática da fronteira, em seu sentido tanto espacial, quanto identitário e discursivo, a obra de Guzmán é aqui problematizada no sentido de compreender como a narrativa participa da conformação de um espaço platino colonial, na qual entram em cena as relações com os povos indígenas, com a vizinha América portuguesa, o processo de fundação de cidades e a valoração da mestiçagem.

Palavras-chave: Ruy Díaz de Guzmán, mestiçagem, Rio da Prata, fronteiras coloniais.

Data de submissão: 28/12/2022

Data de aprovação: 5/05/2026

Abstract

The present article seeks to analyze the manuscript by Ruy Díaz de Guzmán, here titled *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612), in one of its recent critical editions (2012). The work is a source for several historiographical works on the colonial occupation of the Rio de la Plata for at least two centuries. With a focus on the theme of the frontier, both in its spatial, identity and discursive sense, Guzmán's work is problematized here in order to understand how the narrative participates in the conformation of a *platino* colonial space, in which relations with indigenous peoples, with neighboring Portuguese America, the process of founding cities, and the valuation of crossbreeding come into play.

Keywords: Ruy Díaz de Guzmán, crossbreeding, Río de la Plata, colonial frontiers.

Date of submission: 28/12/2022

Date of approval: 5/05/2026

* Departamento de História, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Brasil.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8245-7837>. E-mail: jvilardaga@unifesp.br.

Ao nos debruçarmos sobre o manuscrito de Ruy Díaz de Guzmán (c. 1560-1629), também conhecido como *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* (1612),¹ a temática da “fronteira” emerge imediatamente, e em toda a polissemia que o termo carrega em si. Sabemos bem que, ao mesmo tempo que os limites postos pelas fronteiras intencionam a demarcação de bordas, elas sistematicamente tendem ao transbordamento. Na ânsia de limitar, a fronteira, paradoxalmente, proporciona aproximações e contatos mais ou menos regrados conforme as conjunturas. Nesse sentido, sob uma perspectiva histórica, as análises sobre as fronteiras coloniais, por exemplo, têm feito ressaltar sobretudo seu sentido fluido, de “membrana” (Slatta 2012), e seu aspecto integrador, que aproxima culturas e gera zonas de contato, de mestiçagem ou de transculturação. O desafio aí é nunca perdermos de vista o caráter violento e assimétrico presente nestes “encontros” (Boccaro 2005; Herzog 2015; Prado 2012).

Cabe ainda destacar que o tema da fronteira tem um papel destacado na história e historiografia das Américas – pois ele se atrela às fronteiras étnicas, às demarcações ibéricas desde Tordesilhas, ao processo de expansão colonial e às fronteiras internas e externas, e também aos embates constitutivos e formadores de nacionalidades e nacionalismos. Por fim, o tema da fronteira está presente na análise da formação e constituição de paradigmáticos tipos sociais americanos, supostamente híbridos e mestiços, como o *cowboy*, o gaúcho, o *huaso*, o mameluco, o *mancebo de la tierra*, dentre outros.

Nestes termos, os *Anales* perpassam estas tópicas ao narrar sua versão sobre a “conquista” colonial do espaço platino ao longo do século XVI, e a constituição da governação do Rio da Prata, “una de las mayores que Su Majestad tiene y posee en las Indias” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 67). Para tanto, percorre rios e caminhos, descreve a fundação de cidades, o encontro e estabelecimento de limites e fronteiras, as alianças e embates com grupos indígenas, as tensões e intercâmbios com o Brasil, as rivalidades entre “conquistadores”, e ainda promove narrativas de mestiçagens e cativeiro.

¹ Apesar de utilizarmos aqui como fonte uma edição intitulada *História*, termo reiteradamente usado por Guzmán ao longo do manuscrito, optamos por nomear *Anales*. Na verdade, os manuscritos não possuem um título formal e já foram chamados inclusive de *Argentina Manuscrita*. De todo modo, o próprio Guzmán utiliza a expressão *Anales* em seu prólogo e assim o mantivemos por pura conveniência.

O personagem

O espaço privilegiado da narrativa de Guzmán é o local onde ele mesmo atuou desde a mocidade. Um espaço abarcado por sua própria vida (De Granda 1979). Centrado no Rio da Prata e Paraguai, a apresentação dos fatos e personagens que participam de sua “conquista” e “povoamento” revela um território colonial em construção e transformação, fundamentalmente articulado pelos abundantes e extensos rios regionais e amplamente conectado com áreas contíguas, como Tucumã, Charcas, Santa Cruz de la Sierra e o próprio Brasil.

Guzmán nasceu em Assunção, Paraguai, por volta de 1560. Era neto materno de Domingos de Irala, um dos primeiros “conquistadores” do Rio da Prata e partícipe da fundação de Assunção em 1537. Irala assumiria o governo do Paraguai entre 1539-1542 e 1544-1556, e seria o verdadeiro *caudillo* e potentado local até sua morte, em 1557. Adepto de uma política de alianças através de casamentos – talvez herdeira das tradições de Cid, *El Campeador* (Maturó 2009) ou mais provavelmente tributária das redes de *cunhadazgo* Guaraní –, Irala constituiria o que a historiografia platina sacramentou como *yiernocracia*. Nas disputas regionais entre caudilhos, nas quais Irala terminou sempre vitorioso, o casamento de suas várias filhas com antigos desafetos ou partidários de seus rivais selava uma rendição e aliança forçada. Foi esse o caso de Alonso Riquelme de Guzmán, o pai de Ruy Díaz. Alonso chegou ao Paraguai com Alvar Cabeza de Vaca, seu tio, que viera assumir o governo platino em 1542. As disputas entre Vaca e Irala dispararam um conflito de bandos que resultou na derrota, prisão e envio a Espanha de Cabeza de Vaca. Seus companheiros e aliados, assentados em Assunção, tiveram que se haver com o partido vencedor. A Alonso, foi-lhe reservado o casamento com uma menina mestiça, Úrsula de Irala, filha do próprio Irala com uma de suas mulheres e concubinas indígenas, Leonor, de origem étnica ainda desconhecida (Machain 2005; Quevedo 2001; Solano 2006).

Dessa forma, Ruy Díaz de Guzmán reuniria em sua própria história familiar a trajetória indígena, os mestiços e os bandos espanhóis em disputa, e essas várias linhas de força, e suas ambíguas fronteiras, se digladiarão em sua narrativa através de lembranças e ocultamentos. Tornaram Ruy Díaz uma espécie de *borderline* identitário (El Jaber 2011). Guzmán passou sua infância entre Assunção e Ciudad Real del Guairá, cidade fundada em 1556 na margem esquerda do rio Paraná, próxima ao Salto do Guairá, e limite oeste da expansão colonial espanhola naqueles anos. É também nesta realidade fronteiriça, portanto, que Guzmán se formou enquanto soldado e letrado,

duas dimensões importantes de sua vida. Já aos dezesseis anos começou a participar de entradas contra parcialidades indígenas no rio Paraná, inclusive contra os Tupis que habitavam os “confins” do Brasil. Nesse tempo, e pelos próximos cinco anos, entre 1576 e 1580, período no qual seu pai faleceria, Guzmán acompanhou Ruy Díaz de Melgarejo, também antigo aliado de Vaca, mas desafeto de seu pai, Alonso, a quem inclusive manteve em presídio no Guairá. Além de entradas contra grupos Tupis, participou de outras contra os Ybirayaras, provavelmente grupos Jê Meridionais que habitavam o espaço que no período colonial ficou conhecido como Guairá; e contra grupos indígenas que viviam nas cercanias dos rios Tibagi e Iguazu, afluentes do Paraná. Nesse tempo, assistiu à segunda fundação de Vila Rica del Espíritu Santo, pelo próprio Melgarejo, em 1577 (Quevedo 2001).

Em 1580, se dirigiu a Santa Fé com seu tio, Martim de Irala, e desde ali rumou para Tucumã, onde participaria de entradas contra as parcialidades de Casabindos, Cochinocas e Goachipas, indígenas *atacameños* que habitavam o *puna* andino na região de Jujuy. Nesse período também se engajou na fundação da cidade de Salta, concretizada por Hernando de Lerma em 1582, e se tornou alferes real e *alguacil mayor*, estabelecendo-se na cidade de Santiago de Estero, capital da governação de Tucumã e passo do caminho potosino, que gradativamente se articulava entre Potosí e Charcas até Buenos Aires, esta recém-refundada em 1580 (Quevedo 2001).

De passagem por Estero rumo ao governo do Paraguai, em Assunção, o novo governador Juan de Torres Navarrete levou consigo Ruy Díaz, que retornava assim ao seu lugar de origem. Ali ele foi nomeado segundo lugar-tenente de governador em Ciudad Real e novamente passou a participar de entradas contra grupos indígenas. Primeiro contra os “Cutuyas” no rumo do rio Iguatemi, afluente do rio Paraná acima; e depois contra os Guaicuru, que haviam cercado, no Tibagi, uma expedição liderada pelo capitão-mor de São Vicente, no Brasil, Jerônimo Leitão. Ruy Díaz ainda teria embates com os Guaicuru do Chaco anos depois, em 1596.

Na década de 1580, Guzmán passou a atuar diretamente na fundação de cidades, bases fundamentais do processo conjugado de expansão das fronteiras coloniais, da conformação de territorialidades, da tentativa de submissão dos povos indígenas, e marco simbólico da *hispanidad* na América; portanto, uma iniciativa concebida como “enobrecedora” e teoricamente merecedora de retribuição em privilégios e mercês, tanto a nível local, quanto imperial. Nossa personagem já havia assistido à fundação de Salta, em Tucumã, e ao traslado de Vila Rica, no Guairá. Em sua narrativa, exaltou seu avô, Irala, como um fundador de oito cidades. Guzmán

seria, ele mesmo, inicialmente escolhido pelo tenente de governador em Assunção, Alonso de Vera y Aragón, para criar uma cidade portuária no local conhecido como Mbiaza, próximo à ilha de Santa Catarina, mas o projeto não prosperou. De todo modo, num prazo de três anos, ele próprio seria responsável por dois traslados: Ciudad Real, refundada mais ao norte do rio Paraná, na desembocadura do rio Piquiri, em 1591; e Vila Rica, para a confluência dos rios Ivaí e Corumbataí, em 1592. Em 1593, voltaria à região do rio Iguatemi, conhecida como província dos Nuarás, e fundaria Santiago de Jerez, nas margens do rio Ivinhema — no atual estado brasileiro de Mato Grosso do Sul —, numa província rebatizada de Nova Andaluzia. A fundação de Jerez lhe traria problemas junto aos moradores de Ciudad Real e Vila Rica, já que limitava o acesso dos moradores daquelas cidades aos indígenas Guaranis da região dos Nuarás, chamados de Itatins. Tal inimizade lhe renderia, inclusive, um período de três meses na prisão. Guzmán se livraria das acusações e seria confirmado como tenente de governador de Santiago de Jerez, função na qual permaneceu até 1600, quando os conflitos entre ele e o futuro governador *criollo* do Paraguai, Hernandarias de Saavedra, se agudizaram (Quevedo 2001).

Nesse ano, Ruy Díaz renunciou ao posto de tenente de Jerez e se dirigiu a Buenos Aires, de onde pretendia embarcar à Espanha, permanecendo na cidade algum tempo. Quando Hernandarias assumiu de fato o governo, em 1601, proibiu a ida de Guzmán à Espanha e promoveu uma residência para averiguar a sua conduta como tenente em Jerez, o que resultou em multa e na sua condenação ao exílio em Santiago de Jerez pelo ano de 1603. Seja como for, Guzmán pouco permaneceu na cidade, já que em 1604 passou por Assunção e se dirigiu a Charcas, sede da Audiência, local onde permaneceu entre 1604 e 1607 e de 1610 a 1614. Entre 1607 e 1610, foi contador da real fazenda de Tucumã. Em Charcas, Guzmán escreveu memoriais, articulou redes de contatos e produziu seu manuscrito, os *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata*.

Ao longo do período de 1614 a 1620, Ruy Díaz capitulou com o vice-rei do Peru a “conquista” e submissão dos indígenas Chiriguano desde o rio Pilcomayo até o Guapay, num projeto amplo que visava unir Charcas ao Rio da Prata através do Chaco. Foi derrotado e obrigado a abandonar a região, regressando a Assunção, onde ainda chegou a ser alcaide, em 1628. Morreu no ano seguinte, em 1629, na mesma Assunção (Quevedo 2001).

A despeito de sua vasta atuação como soldado, fundador de cidades, e de sua profícua produção textual, que incluiu pelo menos três longos memoriais de defesa de acusações, além dos *Anales*, Ruy Díaz de Guzmán nunca atingiu

o ápice da burocracia colonial, apesar do que considerava seus grandes feitos e de sua ascendência, que sempre fez questão de legitimar. De alguma maneira, os ressentimentos e frustrações acompanhariam sua trajetória.

Os *Anales* e a memória

Ao abordarmos a obra de Guzmán, a fronteira já se estabelece em seu gênero. Ficção ou história? Novela ou crônica? A separação entre os gêneros não é fácil nem intransponível (Maturó 2009). Ademais, nos séculos XVI e XVII, tal distinção é ainda mais tênue. As crônicas de Índias compõem uma “zona literária fronteriza” (Leonetti 2013). Como todas as fronteiras, também essa serve para criar obstáculos à aproximação e, ao mesmo tempo, promover regiões de encontro. Desde a antiguidade, modelo para estes homens dos séculos XVI e XVII, a fronteira entre estes gêneros existia, mas não era “aético misturar as duas” (Burke 1997). No século XVI espanhol, por outro lado, uma certa tradição do realismo começou a se afirmar, e as diferenças entre história verdadeira e ficção mentirosa passaram a ser ressaltadas, inclusive pelo cronista oficial de Índias, Gonzalo Fernandez de Oviedo. Para Antonio Castillo Gómez (2014), as acusações de falsidades apontadas nos romances de cavalaria, vistos cada vez mais como mentirosos e fabulosos, denotam isso. Por outro lado, a presença das “fábulas” em meio a textos “realistas”, era comum em histórias que, para além das supostas verdades, guardavam forte sentido moral e exemplar.

Os *Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata* — terminado de fazer em 1612, conforme consta na dedicatória ao Duque de Medina Sidônia — são assim chamados pelo próprio autor em seu “prólogo y argumento al benigno lector” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 56), apesar de usar o termo “história” em pelo menos nove passagens ao longo da narrativa, e explicitar que estava produzindo uma, inclusive afirmando que objetivava com a história “sacar a luz lo que la memoria tenía puesto en olvido” (*Ibidem*, 317). Como nos ensina Mignolo (1982), o século XVI assiste exatamente à aproximação entre a mais livre e acrônica História, com os regramentos cronológicos dos Anais e Crônicas. Daí uma sintomática mistura de termos na obra de Guzmán.

Ela permaneceu manuscrita até o século XIX, quando foi publicada pela primeira vez. Não existe nenhum manuscrito remanescente do tempo de Guzmán e nenhum dos seis conhecidos é idêntico aos outros. A primeira publicação foi feita em 1835 por Pedro de Angelis (em sua *Colección de obras*

y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata), a partir de uma espécie de mescla de três manuscritos: o de Assunção, o do Rio de Janeiro e o de Buenos Aires. A edição de Angelis foi reeditada em Buenos Aires em 1854, 1882, 1943, 1945 e 1974. Em Assunção, a primeira edição publicada foi em 1845 e trazia uma versão feita a partir de uma cópia do manuscrito encontrada num inventário de 1836, localizado no *Archivo Nacional de Assuncion*, o qual foi o primeiro a utilizar o termo *Argentina* para nomear o texto. Este manuscrito seria uma adaptação, com letra do século XIX, de um outro do século XVIII. Uma nova edição deste manuscrito foi publicada em Assunção em 1980 (Guzmán e Quevedo 1980; Guzmán e Tieffemberg 2012).

Em Buenos Aires, uma edição crítica recente, de 2012, foi publicada com prólogo e notas de Silvia Tieffemberg, professora da Universidade de Buenos Aires. Esta edição se fez a partir do manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que foi cotejado com outro da mesma instituição. Intitulado *Argentina: Historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*, foi nele que nos baseamos neste artigo.

O manuscrito seria originalmente composto por quatro partes (livros), mas só se conhecem três, que se encerram com a fundação de Santa Fé, em 1573. O quarto livro, teoricamente centrado nos anos de atuação do espelho – e rival – de Gúzman, Hernandarias de Saavedra, teria sido eliminado por questões políticas. De todo modo, isto é especulação sobre a qual não pretendemos nos deter.

Mesmo tendo permanecido manuscrito até o século XIX, isso não significa que não tenha sido consultado. Apesar dos originais desaparecidos, das poucas cópias restantes e de sua ausência em compilações do século XVIII (como a *Historia do Novo Mundo*, do valenciano Justo Pastor Fuster), os jesuítas que historiaram o Paraguai – especialmente os padres Nicolas del Techo (século XVII) e Pedro de Lozano (século XVIII) –, o utilizaram com “devoção”, conforme os dizeres de um analista da obra de Guzmán (Guzmán e Quevedo 1980). No período colonial, o manuscrito ficou conhecido como *Argentina*, e assim foi citado diversas vezes por Lozano em seu *História de la Conquista del Paraguay*. A obra de Pedro Vicente Cañete y Domingues (*Guia Histórico de la Provincia de Porosí*), de 1786, se remete ao manuscrito também como *Argentina*, “con credito y autoridad en todas las cousas tocantes al descubrimiento y conquista del Paraguay y Rio de la Plata” (*apud* Guzmán e Quevedo 1980).

A obra de Guzmán pode ser paradigmática quando refletimos sobre a circulação de manuscritos e impressos e sobre os sentidos da memória, nos

quadros do império espanhol (Jiménez Estrella, Lozano Navarro e Sánchez-Montes González 2024). A despeito do desaparecimento do original, algo em nada excepcional, o manuscrito circulou em cópias, alimentando a produção de uma memória que legitimou a presença da Monarquia Hispânica em território platino, tanto sob a verve jesuítica, quanto também nos embates e tratados fronteiriços luso-castelhanos no Prata do século XVIII. Não é fortuito o fato de a maioria das cópias manuscritas conhecidas serem setecentistas. O manuscrito reproduzido em cópias, mais ou menos adulteradas ou glosadas, provavelmente serviu aos argumentos de *utis possidetis* tão bem mobilizados naquele contexto pelos diplomatas em ação. Mas, se o texto fez parte de uma engrenagem da memória no contexto imperial, também o fez no contexto nacionalista do século XIX, quando daria lastro aos mitos de origem na formação das nações platinas.

Seu sucesso – e críticas – vicejaria efetivamente a partir do século XIX. Foi, de certa forma, a base da historiografia platina por dois séculos, ajudando a conformar uma narrativa histórica sobre a região. Foi a grande referência na produção historiográfica sobre o Prata colonial, inclusive para Bartolomeu Mitre, para quem Guzmán era insuperável em termos de autoridade (Guzmán e Quevedo 1980). A incorporação da obra junto às historiografias *criollas* e “nacionais” do Prata refletia o caráter instrumental que estas crônicas coloniais cumpriam na lógica identitária de afirmação nacionalista nestes tempos (Cañizares-Esguerra 2011). Algumas temáticas tratadas por Guzmán entrariam, inclusive, para o imaginário platino, como o caso da narrativa sobre Lucía Miranda.

Contudo, antes do “sucesso” oitocentista, a obra de Guzmán começou a ser contestada ainda no final do século XVIII. Félix de Azara – que data em 1747 o desaparecimento do original que existiria no *Cabildo* de Assunção – acessou um manuscrito em Buenos Aires. Azara chamou Guzmán de inescrupuloso (Guzmán e Quevedo 1980), cumprindo à risca o tipo de crítica setecentista feita às crônicas quinhentistas e seiscentistas bem analisada por Jorge Cañizares-Esguerra (2011). Os episódios mais questionáveis serão os casos de Lucía Miranda e Maldonada, ambos chamados por Azara de “cuentos ridículos” (*apud* Efrain 1999, 118).

O crítico mais implacável de Guzmán, entretanto, seria o francês Paul Grossac, que não poupava nem o conteúdo, nem a escrita. Chegou a chamar a obra de um “novelón inventado” (*apud* Efrain 1999, 118). A “rusticidade” da escrita de Guzmán já tinha sido apontada pelo editor Angelis, e seria reforçada por historiadores do século XX, como Enrique de Gandia e Efrain Cardoso. Para ambos, apesar da escrita pouco fluente e erudita, era um texto

elogiável sob o ponto de vista investigativo e histórico, apesar das passagens fantasiosas (Guzmán e Quevedo 1980). Pode e deve ser considerada uma obra bem típica do período, sem grandes arroubos personalistas, descritivo na paisagem e com intervalos morais que independem da “verdade” como legitimadores (Maturó 2009). Segue mais uma perspectiva ética, e também pragmática, que semântica. É uma tentativa de resgatar e qualificar a história de seu avô materno, o conquistador Domingos de Irala, que fora desmerecido por Pedro Hernandez nos *Comentários* (1555) sobre o governo de Cabeza de Vaca. Chega a dizer que “se debe a él mayor parte de la conservación de aquella tierra y de los buenos efectos de ella, como se ha visto en el discurso de esta Historia” (Guzmán e Tieffemberg, 293). Fundamentava, assim, sua própria linhagem.

German de Granda considera seu texto composto por uma “naturalidad funcional carente de artificio” (1979, 152), e de uma escrita transicional, ainda repleta de resquícios medievais, mas já incorporando, de modo parcimonioso, alguns “americanismos léxicos”, especialmente nos casos de designações indígenas para a fauna e flora. No geral, Guzmán parece recusar os “guaranismos”, optando, sempre que pode, por traduções ao espanhol. É, para Granda, um texto arcaizante. De qualquer forma, para se apropriar desse espaço narrado, abarcado pela própria vida do narrador, foi necessário elaborar um aparato linguístico, e isso cria uma zona cinzenta de termos e designações.

Desafiante é pensar porque o manuscrito – uma das únicas obras sobre a conquista platina – não se incorporou ao patrimônio livresco do império espanhol da “Era do Ouro”, tão ancorado nos livros. O fato de ser um escritor *criollo*, e mestiço, talvez impusesse restrições à circulação da obra. Alguns analistas não entendem que seu sentido “autobiográfico” e as supostas lendas e inverdades teriam sido suficientemente responsáveis pelo relativo ocultamento da obra (Efraín 1999). De fato, as noções de verossimilhança e inverossimilhança parecem não ser suficientes para abordar e classificar estes textos naquele contexto (Carucci 2013). Em verdade, as “autobiografias” de soldados (onde podemos, sem dúvida, inserir os *Anales*) eram obras de leitura acentuada. Por outro lado, seguindo os postulados do escritor Luis Cabrera de Córdoba, fazer história implicava uma “narración de verdades por hombre sábio para enseñar a buen vivir” (*apud* Efraín 1999, 121). Ou seja, as perguntas fundamentais estavam em quem escreve e para que se escreve.

Tomando Walter Mignolo (1982), e sua proposta tipológica, a obra de Guzmán se encaixa perfeitamente na produção do século XVII, marcada

pela tendência ao particular e pelo conhecimento do regional, mais do que das grandes obras gerais. Mignolo sugere que a incorporação de um texto à memória coletiva se atrela obviamente à sua formação (e qualidade) textual, mas não necessariamente, podendo ser acima de tudo a expressão de uma cultura. Dessa forma, é explicável que somente na formação de um protonacionalismo *criollo* e platino entre os séculos XVIII e XIX, a obra de Guzmán ganharia projeção. Ainda na tipologia de Mignolo, os *Anales* de Guzmán podem responder a uma concepção clássica de narrativa do passado (presente em Tácito), que chama de *annales* o informe dos tempos vividos. De todo modo, sabemos quão confusa é a distinção de *annales*, crônicas e histórias nos séculos XVI-XVII, já que os termos se misturam até o indistinto. Mas o sentido retórico e de gesta permanece, dando à obra um forte sentido moral. Como Cabrera, Las Casas também apontava a tarefa da escrita da história como reservada a letrados e doutos. As condições americanas criaram outros tipos de escritores, como os soldados que, de modo geral, iniciavam seus textos com pedidos de desculpas. Concordamos aqui com Mignolo, quando diz que esse tipo de postura não é só uma falsa modéstia, mas sim a consciência de que estavam invadindo território alheio.

Guzmán é um exemplo bem-acabado disso. Ao dedicar o livro ao Duque de Medina Sidonia (de quem seu avô paterno havia sido pajem e secretário), ele ressalta como seu tratado seria carente de erudição e elegância, assim como a terra da qual ele vinha – “tan inculta y estéril y falta de educación y disciplina” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 55) –, mas entendia sua obra como o primeiro fruto dela. Ao leitor, em seu prólogo, ele justifica seus erros por ser um soldado, não um escritor, mas legitima o trabalho no relato de sua experiência, na consulta de documentos e no testemunho de antigos conquistadores, pessoas de crédito. Assim, intenciona perpetuar a memória da conquista com a “alma da história”, formada pela pureza e verdade. O sentido moral nos parece evidente. Entretanto, Guzmán continua a ser um daqueles “abandonados da monarquia”, na interpretação de Gruzinski (2016), como homens letrados, mas não eruditos, americanos, que ecoam a universalidade do império, mas não ultrapassam sua condição colonial.

O espaço platino

O manuscrito de Guzmán se propõe a narrar os fatos e personagens envolvidas no “descobrimento, conquista e povoamento” do Rio da Prata, cobrindo desde as primeiras experiências de navegação platinas no início do século

XVI até 1573, quando encerra o terceiro livro. Ela compõe, junto com as obras de Luis de Miranda (1536), Alvar Nunes Cabeza de Vaca (1545), Ulrich Schmidt (1567) e Martin del Barco Centenera (1602), um leque de obras afeitas a um “imaginário europeu ‘conquistador’” e “outorgam identidade a uma espacialidade rio-platense” (El Jaber 2011, 15). O “mapa verbal” construído por Guzmán ajudou a forjar uma espécie de identidade regional, uma noção que conformou um imaginário platino para o mundo europeu, o que já teria permitido a apreensão de uma “imagem comum” sobre a região ainda no século XVI (El Jaber 2011; Carucci 2013; Guzmán e Tieffemberg 2012). Para El Jaber (2011), este imaginário sobre o Rio da Prata era marcado, dentre outras características, pelo desalento, pela decepção diante das expectativas de riquezas infindas e pelas dificuldades postas pela fome, pela geografia e pelos indígenas. A fome foi um tema estruturante destas narrativas sobre o Rio da Prata no século XVI (Aldao 2014), tanto a de alimentos, quanto a metafórica fome por riquezas, ambas insatisfeitas.

Las cartas, poemas, relaciones y crónicas que relatan la serie de expediciones fracasadas, el hambre, el caos, las rebeliones y el alto grado de mestizaje llevado a cabo, alimentan esta visión de la tierra rioplatense como aquella que parece poseer un mal que presagia la derrota. (El Jaber 2011, 66)

De fato, perpetuar a memória da conquista do Rio da Prata implicou, em Guzmán, a construção de um espaço colonial. Espaço que foi sendo demarcado – e territorializado –, não sem contradições. Guzmán revela uma experiência de conquista também marcada pelo contraditório, pelas derrotas, motins e conflitos, mas o historiador-soldado buscou, por outro lado, entre espanhóis, narrar a conciliação, e o sentido épico das “conquistas” se evidencia continuamente. Nos *Anales* estão presentes os embates entre conquistadores – como os de Domingos de Irala e Cabeza de Vaca, que são tratados sem traições mútuas (Tieffemberg 2015) –, a revolta de Diego de Abreu, a prisão de Felipe de Cáceres, o papel ambíguo de Ruy Díaz de Melgarejo, a prisão de seu pai – Alonso Riquelme – por Melgarejo; mas aos indígenas é reservado o protagonismo das traições e “perfídias”, como na resistência e vitória dos Chiriguano e no fracasso de Irala na chamada *mala entrada* no território do Chaco. Idas e vindas de um território em formação.

De esta manera sucedió a nuestros españoles en la conquista y descubrimiento del Río de la Plata, de donde pensando volver prósperos y ricos, sucedió tan al contrario que, de todos, ninguno volvió remediado a su natural, acabando todos o los más sus vidas cruel y miserablemente como parece en el discurso del Libro Primero. (Guzmán e Tieffemberg 2012, 189)

As obras – tanto poemas, quanto relatos e crônicas – participaram, todas, inclusive a de Guzmán, de um esforço escriturístico feito em nome da língua do império e que participou ativamente de um projeto de conquista. Narraram e participaram desse projeto conquistador, inclusive porque seus narradores foram partícipes e agentes desse processo. E esse processo se fez num espaço. Atuaram como testemunhas que viveram, ou diretamente ou muito proximamente, os eventos narrados e conheceram grande parte do espaço que percorreram. Este espaço também afetou a subjetividade presente na construção dessas narrativas:

Esta combinación de lo percibido, lo concebido y lo vivido posee una estrecha conexión con el sujeto que experimenta ese espacio. En su cuerpo se vivencia la ligazón entre lo histórico, lo social y lo mental. La realidad material y la práctica espacial afectan la subjetividad, la conciencia, la sociabilidad. (El Jaber 2011, 162)

Um espaço que não existe *per se*, mas que foi construído pelas armas dos soldados e as penas de letrados. O Rio da Prata se constrói também pelas narrativas que, no fundo, não tratam do objeto em si, mas sim da “narración de quien lo posee”, colocando foco nos sujeitos que “conquistaram” e conformaram esta espacialidade colonial (La Jaber 2011, 113). Na obra de Guzmán, soldado e letrado, pode-se dizer que o espaço platino forma o eixo central, mas é um sujeito oculto da narrativa que se expressa pelos percursos dos “conquistadores”, pelo embates com os indígenas e pelos caminhos fluviais e terrestres em meio a uma natureza descrita continuamente em forma *amplificatio* (realce no exagero), o que reforça a dificuldade da gesta (Barriera 2017). Mas o espaço também estrutura o texto, pois “la espacialidad establece una lógica textual que regula tiempos y materia narrativa” (La Jaber 2011, 155). E o Rio da Prata que se forma na narrativa de Guzmán ultrapassa jurisdições, pois transborda para incluir Tucumã, Santa Cruz de la Sierra e, sobretudo, o Brasil.

E assim também o foi para Martín del Barco Centenera, autor do poema *Argentina y conquista del Rio de la Plata: con otros acaecimientos de los reinos del Perú, Tucumán y estado del Brasil*, publicado em Lisboa, em 1602. Centenera (1535-c.1602) era extremamente e teria se tornado licenciado em Salamanca. Embarcou para a América com o *adelantado* do Rio da Prata, Juan Ortiz de Zárate, em viagem que, depois de muito tempo de atraso, chegou ao destino em 1573. Martín vinha como *arcediano* da Igreja do Paraguai e permaneceu na região por alguns anos, acompanhando Ruy Díaz de Melgarejo e Juan de Garay em suas entradas. É muito provável que nessas ocasiões tenha

conhecido pessoalmente Guzmán. O frei Centenera seria ainda secretário no III Concílio de Lima (1582-83), vigário em Charcas e Comissário do Santo Ofício em Cochabamba. Nessa função foi acusado, pelo visitador da Inquisição, de ser vingativo, atuar como mercador, embriagar-se e amancebar-se publicamente. Retornou a Assunção, onde, em função da vacância por morte do bispo, acabou cumprindo este papel como *arcediano*. Foi nomeado procurador de Buenos Aires junto à corte em 1594 e retornou à Espanha. Estabeleceu-se em Lisboa, tornando-se capelão do vice-rei de Portugal, Cristóvão de Moura, e nesta cidade publicou seu poema através da casa editorial de Pedro Craesbeeck (Vittori 1991).

A trajetória de Centenera revela as conexões peninsulares em tempos de união dinástica, mas sua obra expressa sobretudo estas mesmas conexões em solo americano. Ao incluir o Brasil em seu título, e em alguns versos, *Argentina* denota uma espacialidade platina ampliada e conectada pelas ações e trajetórias das personagens da “conquista” – assim como nos *Anales* –, revelando como em termos geo-históricos o espaço se conforma a partir de relações dialéticas entre as características físicas da geografia e as relações sociais que se constroem neste solo (Santos 2006).

Nos *Anales*, as referências ao Brasil ultrapassam a casa das 50, menos apenas que as do Rio da Prata, com pouco mais de 60. São seguidas por Paraguai (38), Tucumã (21), Santa Cruz de la Sierra (20) e Chile (13). As partes meridionais do Brasil, ainda são referenciadas 16 vezes: São Paulo (3), São Vicente (7) e Cananéia (6). A dimensão externa das fronteiras e limites faz-se com o Brasil meridional. Uma presença constante no texto, como que a confirmar o veredito do governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, que disse, a certa altura, que “parece por constelação não se poderem os portugueses em nenhuma parte desapegar dos castelhanos” (*apud* Garcia 1956, 26). Está na descrição da terra que chega a São Vicente (desvelando um território integrado); num rio Anhembi (Tietê) que conecta portugueses e castelhanos; na territorialidade de São Paulo, que avança por um interior de minas de ouro e prata; nas disputas de Rui Mosquera, que saqueia os vicentinos; nas constantes idas e vindas de moradores de Assunção pelos interiores rumo à costa brasileira, enviando cartas e autoridades presas; nos refugiados que se exilam em São Vicente, como Melgarejo; e na presença de portugueses e seus aliados Tupis no Guairá. Se a demarcação costeira de Santa Catarina é precisa – “conocidamente demarcacion y termino de la corona de Castilla” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 121) –, a do interior é silenciada, mostrando mesmo um espaço em disputa, mas também em aliança, como denota a ajuda pelos espanhóis ao capitão-mor de São Vicente,

Jerônimo Leitão, cercado no rio Tibagi. O Brasil parece configurar um espelho, ao qual a narrativa se remete continuamente tanto para demarcar fronteiras e diferenças, quanto para destacar aproximações.

O interior, ao norte, é também um espaço meio mítico, das Amazonas, de muita riqueza e de um povo mesclado de negros e indígenas, “mui belicosos”. É também onde Guzmán situa o *Eldorado*, este renitente mito americano: “Lo que de noticia se tiene es que, por aquella parte, hay muchas naciones de indios que poseen oro y plata, en especial hacia al norte donde entienden caía aquella laguna, que llaman del Dorado” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 91). Em outro trecho, mais adiante:

Supo también de estos indios Domingo de Irala, como entre el Brasil y el Marañón y cabeceras del Río de la Plata había una provincia de mucha gente que tenía sus poblaciones a la ribera de una gran laguna, por denominación El Dorado. Cuyos naturales, dicen, confinan con unos pueblos de solas mujeres, que tienen solo el pecho del lado izquierdo porque el derecho lo consumían con cierto artificio para poder pelear con arco y flechas, de que eran diestras y ejercitadas, aludiendo a las mujeres escitas, de quienes los antiguos escribían y nuestros españoles llamaron las amazonas. (*Ibidem*, 250)

Nesta parte, Guzmán dialoga com um mito que se consolidava naquele mesmo momento. Descrevendo o território, seus rios, riquezas e pobreza, e suas populações indígenas desde o Rio da Prata, a narrativa avança em direção a Tucumã, cruza o Chaco e desce pelos rios alto-peruanos até o Paraguai. Desde ali, vai subindo, chegando ao que chamamos hoje de Pantanal, em território brasileiro. Apresenta então uma população indígena chamada de Orejones:

[...] os cuales viven dentro de una isla que hace este río de más de 10 leguas de largo, y dos y tres de ancho, que es una floresta amenísima, abundante de mil géneros de frutas silvestres, y entre ellas uvas, peras, almendras y aceitunas. Tiénenla los indios toda ocupada de sementeras y chácaras, y en todo el año siembran y cogen sin haber diferencia de invierno ni verano, siendo un perpetuo temple y calidad. Son los indios de aquella isla de buena voluntad y amigos de españoles, llámanles orejones por tener las orejas horadadas en donde tienen metidas ciertas ruedecillas de madera o puntas de mates que ocupan todo el aujero. Viven en galpones redondos, no en forma de pueblo, sino cada parcialidad por sí: consérvanse unos con otros en mucha paz y amistad. Llamaron los antiguos a esta isla el Paraíso Terrenal, por la abundancia y maravillosas calidades que tiene. (*Ibidem*, 87-88)

A região é identificada como muito rica em ouro, prata, algodão e alimentos. Esta representação pantaneira, alagada ao ponto de se confundir

com uma laguna, surge como um lugar abundante e rico que já estivera presente nas cartas de Domingos de Irala e nos relatos de Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidt, mas ainda não corporificada como o mito da “Laguna de los Xarayes”, uma espécie de grande lago central, paradisíaco, de onde partiriam os grandes rios da América do Sul, mito este que foi especialmente alavancado pelos cartógrafos jesuíticos a partir das crônicas e relatos platinos do século XVI e início do XVII, aí incluindo Guzmán. Um “mito geográfico” espanhol, gestado a partir dos conquistadores do Rio da Prata, depois pelos cronistas e finalmente nas representações cartográficas (Costa 2007).

O termo *confin*, que surge na passagem sobre os indígenas do *Eldorado* que “confinam” com as Amazonas, parece refletir uma espacialidade de limites territoriais pouco precisa ou mítica. O termo é especialmente associado aos vagos limites das governações e reinos, como os “confines de la gobernación de Serpa y Silva” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 67); “terra que confina la gobernación del Tucumán” (*Ibidem*, 82); “confines de los Charcas” (*Ibidem*, 96); “confina con la de Chile” (*Ibidem*, 237); “confines de la gobernación de Diego de Rojas” (*Ibidem*, 282); e reitera essa imprecisão mítica quando fala do “Peru y sus confines”, onde ficaria o reino dos Césares, a fantástica cidade perdida, rica em ouro e prata, situada num vago interior da América. Dessa forma, o espaço platino de Guzmán parecia articular territórios conquistados, espaços conectados e confins míticos.

Através de rios e cidades

O “mapa verbal” construído por Guzmán teria sido acompanhado por um mapa cartográfico, uma imagem, como o autor mesmo faz menção quando fala das dimensões do Amazonas, “como parece por la traza y descripción del *mapa*, que aquí pongo en este lugar porque mi intento no fue más de por ella hacer una demostración de lo que contienen aquellas provincias y costas de mar y ríos” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 91). Contudo, nenhum mapa foi encontrado até hoje acompanhando os manuscritos conhecidos. Existe um mapa no *Archivo General de Indias* que contém a anotação do nome de Ruy Díaz de Guzmán no verso, mas é possivelmente uma atribuição posterior. De todo modo, estudos tendem a sugerir que aquele seria mesmo o mapa que acompanharia o manuscrito e que, por razões desconhecidas, teria sido separado (Acevedo 2010). Mas, independentemente da presença ou não do mapa em imagem, a narrativa busca dar conta da conformação e delineamento desta espacialidade platina, com suas bordas

e transbordamentos, e na qual os rios jogam um peso verdadeiramente decisivo na paisagem apresentada.

Desde o Rio da Prata, chamado pelos indígenas de *Parana Guazú*, traduzido como “rio como mar” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 64), seguindo pelo Paraná propriamente dito, um dos “más caudalosos del mundo”, a narrativa segue a descrição desde a costa marítima avançando pelos rios interiores, constituindo um eixo estruturante da narrativa. O Uruguai, que avança pelos Tapes, San Juan, Negro, Santa Ana, Iguazú, Ayembi (Anhembi), Piquiri, este situado no Trópico de Capricórnio, “por cuya causa es lugar enfermísimo” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 77), Ubay, Parana Pané (Paranapanema), Luján, Salado, “el cual atravessa toda la gobernación del Tucumán” (*Ibidem*, 81), Bermejo, Paraguay, Pilcomayo, são alguns dos rios que correm em direção ao grande Rio da Prata, e para onde converge a ação humana, pois eles articulam espaços, territórios e jurisdições, e até mesmo impérios coloniais. A marca fluvial da região platina é evidenciada no texto na medida em que as teias de rios propiciam deslocamentos, oferecem caminhos aos “conquistadores” e à narrativa e servem de referência visual, espacial e de paisagem. Se a circulação é um dos conformadores do espaço, como nos ensinou Braudel (1995), é pelos caminhos, fluviais e terrestres, que ela se faz.

Mas, além do “descobrimento e conquista” do espaço platino feito através dos rios e caminhos, a terceira ação verbal proposta pelos *Anales*, o “povoamento”, se faz através da importante e contínua fundação de povoações nesse espaço em disputa e conformação. O próprio Guzmán espelha em sua trajetória esse processo dinâmico, fundamental e instável, ao participar diretamente da fundação de Salta, da fundação e traslado de Villa Rica, do traslado de Ciudad Real e da fundação, por ele mesmo, de Santiago de Jerez. A cidade tinha um sentido fundamental no processo de conquista e povoamento da América pelos espanhóis. Lugar de reunião de “conquistadores”, espaço abrigado e defensivo, pivô da estruturação das *encomendas*, centro cívico-político-religioso que buscava replicar os modelos culturais espanhóis e assentamento fixo que organizava e conformava a espacialidade colonial articulada pelos caminhos e fluxos das rotas e percursos (Bernabéu 2010; Elliott 2006; Solano 1973-74; Lucena 2005; Morse e Domingues 2017; Romero 2005). Para Silvia Tieffemberg, Guzmán participa de um “proyecto político que privilegiaba la articulación interna del territorio a través de caminos jalonados por ciudades” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 10).

Guzmán pontua em sua narrativa a ação dos conquistadores espanhóis na fundação dos assentamentos que organizavam as governações platinas

em processo de formação. O destacado papel das cidades é explicitado até mesmo quando ele nos fala dos Guaranis do *Tapes*, traduzido por ele como “ciudad” e apresentado como “una provincia de las mejores y más pobladas de este gobierno” (*Ibidem*, 75). A fundação e a “población” das cidades – muitas desaparecidas e trasladadas – são apresentadas em sucessão, como San Juan de Vera, Puerto Real, Santa Cruz de la Sierra, San Lorenzo, Barcos, Londres, Estero, cobrindo ali também uma espacialidade articulada entre o Rio da Prata, Tucumã e Santa Cruz, mas também o Brasil. Na parte sobre o Guairá, e suas cidades, Guzmán avança pelo espaço geográfico conectado:

Donde está fundada 50 leguas por él adentro la villa del Espíritu Santo, en cuya jurisdicción y comarca hay más de 200 mil indios guaraníes poblados, así por ríos y montañas, como en los campos y pinales que corren hasta San Pablo, población del Brasil. Y corriendo el río arriba del Paraná hay otro muy caudaloso que viene de hacia el Brasil, llamado Paraná Pané, en el cual entran otros muchos, que todos ellos son muy poblados, en especial el que dicen Fibajuia, que contiene más de 100 mil indios poblados de esta nación. Nace de una cordillera que llaman Sobaze, que dista poco de San Pablo, juntándose con otros se hace caudaloso y cerca el cerro de Nuestra Señora de Monserrate, que tiene de circuito cinco leguas, por cuya falda sacan los portugueses de aquella costa mucho oro rico de 23 quilates y en lo alto de él se hallan muchas vetas de plata. Cerca del cual don Francisco de Sosa, caballero de esta nación, fundó un pueblo que todavía permanece y se va continuando su efecto y beneficio de las minas de oro y plata. Y volviendo a lo principal de este río, entra otro en él muy grande aunque de muchos arrecifes y saltos, que los naturales llaman Ayembí. Este nace de las espaldas de cabo Frío y pasa por la villa de San Pablo, en cuya ribera está poblada, no tiene indios ningunos, porque los que había fueron echados y destruidos de los portugueses por una rebelión y alzamiento que contra ellos intentaron, poniendo cerco a esta villa para la asolar y destruir, con que no salieron con su intento. (*Ibidem*, 77-78)

O espaço é articulado pelas continuidades indígenas e pelos rios (Paranapanema e Anhembi/Tietê), e Guzmán parece possuir amplo conhecimento sobre o que ocorria nas partes portuguesas, mais especificamente na vila de São Paulo, onde o governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, efetivamente articulava um empreendimento mineral nestes anos, estruturado inclusive pela fundação de uma povoação para a exploração de ouro e prata.

Em termos de cidades coloniais, será, claro, a Assunção, “ciudad más antigua y cabeza de aquel gobierno” (*Ibidem*, 83) e berço do narrador, que a narrativa dará mais destaque. Afinal, não lhe pareceu “ser ocioso tratar en este capítulo de las calidades de ella, por ser madre de todos los que en

ella hemos nacido y de donde han salido todos los pobladores de las demás ciudades de aquella provincia” (*Ibidem*, 300). Guzmán fala de como a “traza de esta ciudad no es ordenada por cuadras y solares de un tamaño, sino en calles anchas y angostas que cruzan a las principales, como algunos lugares de Castilla”, dos calores e vapores, assim como da frescura do rio Paraguai (*Ibidem*, 299). Assunção é também, para nosso narrador, o berço de outras cidades, cumprindo, assim, importante papel na ampliação das fronteiras coloniais, e centro de articulação de novos conquistadores e colonos:

Y se dirá adelante con qué se ha aumentado y amplificado la real Corona, porque el día de hoy ha llegado tanto el multiplico y procreación, que se han fundado en aquella gobernación de solo aquella ciudad ocho colonias de pobladores, correspondiendo todos a la antigua nobleza de donde proceden. (*Ibidem*, 104)

Dentre elas, figurava Ciudad Real, onde nosso narrador passou a infância, que “agregó y redujo la gente que en ella había por estar mal situada y tan cerca y vecina de aquel peligroso salto” (*Ibidem*, 328). Voltando a Assunção, através dela podemos vislumbrar como nosso autor descreveria uma situação de conquista e povoação espanhola bem acomodada:

[...] estaba en este tiempo la ciudad de la Asunción en la mayor prosperidad y aumento que jamás hasta entonces ni después se vio porque, demás del lustre y buen gobierno de la república, eran muy bien servidos de los indios naturales, los vecinos y encomenderos de ella, sin que se presumiese otra cosa en contrario. (*Ibidem*, 357)

O bom governo da cidade e sua estabilidade passava, portanto, pelo bom ordenamento dos indígenas postos a servir obrigatoriamente aos *vecinos* e *encomenderos*, sem contradição. A povoação colonial, em forma de cidade, serviria, dessa forma, para organizar os indígenas submetidos como encomendados. Em Ciudad Real, depois de fundada, “fueron empadronados en esta provincia en todos los ríos comarcas a esta ciudad 40 000 fuegos entendiéndose cada fuego por un indio con su mujer e hijos” (*Ibidem*, 329); em Santa Cruz “fueron empadronados más de 60 000 en su término y jurisdicción” (*Ibidem*, 349), e em Esteco, renomeada como Nuestra Señora de Talavera, se “repartió los naturales de su distrito en 60 vecinos” (*Ibidem*, 384). E os exemplos se alongam. A formação das cidades coloniais platinas ao longo do século XVI, assim como seus traslados e abandonos, obedeceu, na quase totalidade das vezes, aos condicionantes da presença e agência indígena, da qual a estrutura colonial era dependente (Vilardaga 2021).

De todo modo, os caminhos, as cidades e as jurisdições expressam, na obra de Guzmán, um processo de gradativa demarcação do espaço platino, que pode ser entendida como uma territorialização da região do Prata, numa perspectiva que qualifica o território como um fenômeno posterior ao espaço, e sobre o qual se realiza (Raffestin 1993; Haesbaert 2023). Tal construção territorial é personificada na gesta dos “conquistadores” que vencem batalhas, singram os rios e fundam povoações. Isso também fica claro no uso de expressões como *términos*, *límites* e *jurisdicción*. Por exemplo, quando se fala de como Cabeza de Vaca “puso sus armas por límite y término de su gobierno” em Cananéia (Guzmán e Tieffemberg 2012, 68); ou quando Pedro Ramírez de Quiñones, *regente* da Audiência de La Plata, “puso términos y límites a su jurisdicción para que cada uno conocie” (*Ibidem*, 348). Os términos de determinados territórios serviam na lógica colonial como marcos de assentamentos e de limites jurisdicionais internos, de modo geral materializados em povoações, como a de Juan Nuñez de Prado no “territorio de aquel término [Tucumã] donde fundó cerca de la sierra una ciudad que llamó del Barco” (*Ibidem*, 270); ou externos, como na fundação da cidade de Ontiveros por Garcia de Vergara, a mando de Domingos de Irala, pois:

Tuvo acuerdo de hacer una fundación en el término del Brasil, a la parte del noreste sobre el río Paraná, pues era fuerza haber de cursar aquel camino y tener comunicación y trato en aquella costa para, por aquella vía, avisar a Su Majestad del estado de aquella tierra. Juntamente convenía hacerlo por escusar los grandes daños y asalto que los portugueses hacían por aquella parte con los indios carios de esta provincia, llevándolos presos y cautivos sin justificación alguna de guerra, a venderlos por esclavos privándolos de su libertad y sujetándolos a perpetua servidumbre. (*Ibidem*, 292-293)

Portanto, um espaço que vai se organizando e sendo esquadrihado, na narrativa, em limites, términos e jurisdições, pontuado por cidades interligadas por caminhos e que definem as possessões espanholas nesse Rio da Prata alargado. Um território, em suma! Um espaço territorializado, histórico e dinâmico, sobre o qual se afirmam poderes coloniais, e conectado em formato de rede por caminhos e assentamentos, numa teia de fixos e fluxos (Santos 2006). Nesse processo, fez-se necessário também definir esses términos e demarcações com o vizinho Brasil, possessão portuguesa que, a despeito das evidentes conexões e proximidades espaciais, representava uma outra territorialidade. E isso Guzmán faz partindo do tratado primevo, o de Tordesilhas, que “con esta demarcación, los portugueses pusieron su padrón y término en la isla de Santa Catalina, plantando allí una columna de mármol con las quinas y armas de su rey” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 62).

Fronteiras entre indígenas e mestiços

Os términos e jurisdições platinos englobavam os diversos povos indígenas do Rio da Prata, que foram sendo incorporados nestas demarcações e territorializações exógenas, impostas pela lógica da conquista e colonização. Desde a Villa del Espíritu Santo, contabiliza-se em sua “jurisdicción y comarca hay más de 200 mil indios guaraníes poblados, así por ríos y montañas, como en los campos y pinales que corren hasta San Pablo, población del Brasil” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 77). Contudo, dentro e fora destes términos, a palavra *frontera* aparece sempre associada aos limites com povos indígenas, especialmente com os Chiriguanos, indígenas não amigos (*Ibidem*, 83, 94, 98, 351, 380), mas também com os Guaranis em geral (*Ibidem*, 150), inclusive numa referência a um lugar nomeado de *La Frontera*, limite que seria dos Guaranis com outros povos; e os Jaramasins, que viviam na “frontera y serranías del Peru” (*Ibidem*, 332), e os Guajarapos do Itatin (*Ibidem*, 377). Esse parece ser um uso bastante generalizado do termo nestas terras meridionais.

Em 1561, o padre jesuíta José de Anchieta informava em carta enviada desde São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente, que a vila estava “posta *em fronteira* destes numerosos índios” (Anchieta 1933, 171). Em 1572, os oficiais da Câmara da mesma vila registraram a necessidade de se manter os indígenas aliados na vila “por ser em prejuízo da terra e estarmos em *fronteira* e termos notícia dos contrários estarem juntos” (Atas 1967, 22/06/1572). Uma petição feita em Assunção, em 1619, na qual um certo Cristóval Ramirez solicitava a devolução de três indígenas tupis escravizados que supostamente lhe pertenciam, este alega que eles lhe haviam sido dados em pagamento em São Paulo, “*frontera* de los yndios tupies”.² O uso do termo *fronteira* parece remeter diretamente aos pontos de contato, e potencial conflito, com os indígenas “inimigos”, refletindo, portanto, um espaço instável e até certo ponto ameaçador.

A expansão interna espanhola em território platino se fez na aliança com grupos “amigos”, no embate e conquista dos povos chamados de “inimigos” e nas restrições impostas por estes. Esta diferença maniqueísta entre “amigos” e “inimigos” é fundamental na obra de Guzmán. Entre os “inimigos” destacam-se, inclusive pelo seu envolvimento pessoal, os Chiriguanos e “su sed de sangre humana y rabia mortal” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 351). A obra de Guzmán, nesse sentido, participa de um leque de fontes

² ABNB, Sección Colonia, Expediente, *Petición y auto de Pascual y Cristoval Ramirez para devolucion de indios tupis*, EC1619-04.

que desde o século XVI impôs um estereótipo violento, indômito e barbárico aos Chiriguano, imagem que se perpetuou, inclusive, na historiografia (Oliveto 2010).

Por outro lado, os indígenas intitulados *amigos* se tornam, na narrativa, os companheiros dos espanhóis em suas jornadas e demandas: “Y saliendo el capitán Camargo con su compañía y 400 amigos a buscar comida a las chácaras más cercanas” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 201); “llevando consigo algunos cautivos y cantidad de amigos, así guaraní como de la nación nagaces y yapirú” (*Ibidem*, 210); “mandó apereibir 250 soldados con cantidad de amigos, llevando algunos capitanes” (*Ibidem*, 221). Estes se contrapunham aos indígenas inimigos, nunca assim chamados literalmente. Aparecem com outros adjetivos, como os charruas “cruels y bárbaros” (*Ibidem*, 264); os “guaycurús, muy belicosos, los cuales no siembran, ni cogen ningún fruto ni semilla de que se pueden sustentar, sino de caza y pesca. Estos guaycurús dan continua pesadumbre a los vecinos de la Asunción” (*Ibidem*, 83); ou os chamados “chiquitos”, “gente más belicosa e indómita de aquella provincia, con quienes tuvieron grandes reencuentros y escaramuzas” (*Ibidem*, 333).

Não há dúvida de que os indígenas representam o verdadeiro “outro” na obra de Guzmán (Aldao 2010); contudo, dentre estes, o grupo Tupi ganha um sentido duplo, pois além de indígena se identifica aos portugueses: “los australes se dicen tupinambas y tupinachi, son muy belicosos y hablan todos casi una lengua, aunque con alguna diferencia, andan todos desnudos” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 62); “tupís, que son antiguos enemigos de los guaraní y castellanos, y amigos de los portugueses” (*Ibidem*, 279). Tais passagens reforçam uma narrativa conectada entre espacialidades indígenas e coloniais ibéricas. Ademais, a tópica da violência indígena, e sua suposta selvageria e agressividade incontrolável, serviu, desde os primórdios da presença europeia no continente americano, como legitimadora das ações de “conquistadores” como o próprio Guzmán (Roulet 2019).

A contraposição entre “barbárie” e “polícia” também surge na narrativa, demarcando as parcialidades, como os “cutaguas y curumias, todos de una costumbre y lengua, gente bien inclinada y no muy bárbara, no tienen ningún género de brebaje que los pueda emborrachar” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 86); ou os *jarayes*, “una nación de más policía y razón de cuantas en aquella provincia se han descubierto” (*Ibidem*, 88) e “gente de más policía de estas provincias, como ya tengo apuntado” (*Ibidem*, 248).

De fato, um tema subjacente no texto de Guzmán é a forma pela qual as populações indígenas são retratadas. Mesmo os indígenas *amigos* são sempre secundarizados e instrumentalizados pelos espanhóis, cumprindo funções

subalternas. Em verdade, o protagonismo é evidentemente uma prerrogativa espanhola. Contudo, “cuando Ruy Díaz se refiere a los indígenas puede recurrir al esquema maniqueo eurocentrista, pero cuando de mestizos se trata, el proceso mimético ya aludido se resiente” (El Jaber 2011, 79). Devemos recordar que nosso autor era um mestiço, neto por parte materna de uma indígena. Alguns historiadores sugerem que a avó de Guzmán era de origem jaraye, exatamente pela forma elogiosa pela qual ele apresenta esta parcialidade em sua obra, os chamando de gente com “mais polícia e razão”, que pune o adultério e o roubo, e que são facilmente convertidos ao cristianismo (Quevedo 2001). Independente disso, Guzmán parece ocultar sua ascendência materna, fazendo desaparecer sua mãe e priorizando sempre o avô materno, Domingos de Irala, e a ascendência paterna, toda ela espanhola. Para além do evidente patriarcalismo, a origem indígena da mãe parece pesar sobre os ombros de Guzmán.

O autor não sublinha sua condição mestiça, e o termo aparece episodicamente no texto, associando-se a uma personagem como Hernando Diaz, “mozo mal inclinado y de peor intención” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 289). O mesmo quanto à palavra *mancebo* – referente no Paraguai ao *mancebo de la tierra*, o controvertido mestiço regional. A palavra aparece associada diretamente a indígenas jovens e somente a um “mancebo animoso”, Garcia Mosquera, filho de Rui Mosquera, e valorizado por Guzmán como “gran servidor de Su Majestad” (*Ibidem*, 378). No entanto, a despeito do não uso da palavra em si, Guzmán se remete de modo elogioso aos filhos de espanhóis com indígenas:

Tuvieron de las mujeres que les dieron los naturales a los españoles muchos hijos e hijas, a los cuales criaron en buena doctrina y policía, y Su Majestad ha sido servido de honrarlos haciéndolos encomenderos y ocupándolos en cargos honrosos y preeminentes en aquella provincia, y ellos le han servido con mucha fidelidad con sus personas y haciendas, y con los otros españoles y españoles que después vinieron. (*Ibidem*, 184)

Guzmán tributa a estes mestiços a multiplicação das povoações espanholas, valorando, dessa forma, um papel que é sobretudo o seu próprio: o de um mestiço fundador de cidades. Ele ainda os identifica como “buenos soldados, y de gran valor y ánimo, inclinados a la guerra, diestros en el manejo de toda especie de armas, y con especialidad en la escopeta”, e bons ginetes. As mulheres são apontadas como “de buen parecer, hábiles en la labor y costura, para muchos, nobles, de condición afable, discretas y sobre todo, virtuosas y honradas” (*Ibidem*, 185).

Guzmán faz a defesa de uma personagem polêmica. Os mestiços do Paraguai foram condenados por Pedro Hernandez (que escreveu os *Comentários* de Cabeza de Vaca) e por padres como Francisco de Paniagua, que chamava a região de “*parahiso de mahoma*” pela poligamia – lembremos que Irala tinha sete esposas (El Jaber, 2001). O próprio Centenera declamou em seu poema que: “El Guaraní se huelga en gran manera/ de verse emparentar con los cristianos,/ los padres y parientes más cercanos./ ¡Oh lástima de ver muy lastimera,/ que de aquestas mancebas los hermanos,/ a todos los que están amancebados,/ les llaman hoy en día sus cuñados” (Del Barco Centenera 1998).

Pode-se dizer que existia uma visão ambígua em relação aos casamentos mestiços. Apesar de um inicial favorecimento, inclusive pela Igreja, o mestiço já foi visto com desconfiança pelo Conde de Nieva, vice-rei do Peru entre 1561 e 1564, pelas “más atitudes y perigos” para o futuro (Konetzke 1960). Dario Barriera analisa essa personagem especialmente atrelada à história de Santa Fé e faz lembrar o posicionamento do vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, a respeito dos mestiços:

Estas “mezclas”, siempre según Toledo, estaban íntimamente vinculadas con el ejercicio de una “cultura de los motines” –escribió “la única que aprenden”– y los alzamientos contra cabezas y caudillos, vejando el buen gobierno con tiranías. La alineación de ideas expresadas en esa carta es clara: sangre india, barbarización, tiranía: igual, mal gobierno. Las del Tucumán y del Paraguay eran para el Virrey provincias “mal asentadas”; albergaban demasiado número de mestizos y mancebos. Ellos no eran “puros” y por eso no podían ser hombres buenos. (Barriera 2017, 182)

Este sujeito ambíguo, tão presente naquele cenário platino, excelente no uso das armas num mundo voltado à guerra, recebia, no fundo, a ambiguidade no tratamento. O termo *mestizo* começou a se generalizar na década de 1550 (Stolcke 2007). Era o resultado cada vez mais presente de uma sociedade gestada na violência de todos os tipos, especialmente na de gênero, na qual as mulheres indígenas foram distribuídas, mercantilizadas e abusadas continuamente. Os filhos desta violência viviam sob desconfiança, pois suas lealdades e identidades eram sempre postas à prova. A legitimidade destes mestiços era condicionada por uma série de fatores, especialmente o reconhecimento paterno, o que lhes propiciava, ou negava, a possibilidade de herança. “Por todas estas razones socio-sexuales y morales los mestizos adquirieron una identidad socio-política excepcionalmente ambivalente que a la larga se tradujo en unas relaciones con las elites españolas y criollas cargadas de tensión y desconfianza” (*Ibidem*, 40). Eles foram, de algum

modo, classificados numa sociedade que pretendia reproduzir a rigidez social do modelo espanhol, mas que vivia de fato na fluidez e instabilidade de uma nova realidade americana.

Os mestiços passaram a ser vistos cada vez mais como o fruto de um casamento – quando este ocorria – socialmente degradante, e grande parte destes filhos era resultado de amancebamentos; daí, inclusive, seu nome no Paraguai: *mancebos de la tierra*. Gruzinski (2001) estabeleceu categorias do mestiço, divididos por uma espécie de linha invisível que separava os mestiços de “luxo”, reconhecidos pelos pais e pela comunidade, e incorporados aos espanhóis, dos não reconhecidos e empobrecidos. Guzmán navega nestas linhas, tentando salvaguardar e sobressair sua herança espanhola ao mesmo tempo que positiva certa categoria de mestiço. Pode-se compreender sua obra também como uma primeira autorreflexão destes *mancebos*. Mas Ruy Díaz busca não transitar culturalmente nestas identidades ao longo da narrativa. A fronteira de sua identidade é traçada em linhas bem delineadas: o valor do mestiço está em ser um espanhol e não sucumbir à cultura indígena.

Nesse sentido, as histórias de cativo que pontuam a narrativa são efetivamente exemplares. O cativo é uma tópica comum em diversas obras coloniais, e muitas foram produzidas por cativos, inclusive uma pelo tio de Guzmán, Cabeza de Vaca, e sua deambulação pela América do Norte (Operé 2001). “Esas obras conforman, a su turno, un cuerpo tradicional decididamente pre-romántico, luego extendido por Europa. Ruy Díaz de Guzmán hizo un aporte original a esta corriente, sin apartarse del propósito de escribir una Historia” (Maturó 2009, 2). De modo geral afeitas à temática do amor (palavra que tem 11 incidências no texto referido), tópica humanista por excelência, as “fábulas” (como alguns preferem chamar) funcionam como uma espécie de intervalo moral da narrativa, e alguns episódios de cativo entram nessa categoria. Os cativos pontuam aqui e ali no texto, mas um caso sobressai: o de Lucía Miranda, esposa de um tal Sebastião Hurtado, que desperta os amores de dois irmãos indígenas (Mangoré e Ziripó), que de *amigos* passam a traidores dos espanhóis.

Guzmán situa este episódio em 1532. O casal se tornara cativo destes irmãos indígenas e Lucía teria resistido ao assédio sucessivo de ambos. Contudo, apesar de o casal Lucía e Sebastião serem proibidos de se encontrar, mantiveram seu amor às escondidas, pois “el amor no se puede ocultar ni guardar ley” (Guzmán e Tieffemberg 2012, 114). Flagrados depois de uma intriga, ele termina sendo executado a flechadas, como um bom São Sebastião; e ela, “la buena Lucía”, queimada viva numa grande fogueira,

que “aceptó con gran valor, sufriendo el incendio donde acabó su vida como verdadera cristiana, pidiendo a Nuestro Señor hubiese misericordia y perdonase sus grandes pecados” (*Ibidem*, 115). A lição parece ser: antes morrer que se entregar a bárbaros.

A outra personagem é Maldonada, fugitiva da fome e do canibalismo da primeira Buenos Aires, que tenta ser uma cativa voluntária. Refugiada numa gruta, ajuda uma “leoa” a parir sua ninhada. O afeto entre a leoa e a mulher aumenta. Cativada mais tarde pelos indígenas, termina depois de algum tempo sendo resgatada pelos espanhóis. Um capitão cruel a condena à morte por traição. Amarrada a um poste para ser devorada por feras, é protegida pela leoa que ali aparece. Libertada mais tarde, diz Guzmán tê-la conhecido e sugere que seu nome fosse alterado para *Biendonada* (*Ibidem*, 156).

O tema do cativo – típico de fronteira – é vasto e bastante rico. Estratégia amplamente utilizada pelos indígenas, que a utilizavam para diversos objetivos, é impossível fazer uma tipologia uniforme sobre o cativo, mas é evidente que a desconfiança pairava especialmente sobre as mulheres “cristãs” resgatadas. Estas personagens que cruzavam perigosas fronteiras vinham carregadas de moralidade (Operé 2001). Lucía e Maldonada dialogam claramente com estes interditos. Curiosa é a constatação de que, apesar do nítido silenciamento das mulheres na narrativa – pensada para divulgar a ação de homens –, elas são as protagonistas dos dois intervalos morais dos *Anales*, partes que os críticos dos séculos XIX e XX elegeram para desmerecer a obra (Maturó 2009).

De todo modo, o tema do cativo teria na literatura um terreno fértil, e o caso de Lucía Miranda é exemplar nesse sentido, o que torna ainda mais confusa a separação entre ficção e história. Desde o século XVIII, o episódio inaugurado em termos de narrativa por Guzmán aparece como paradigma da luta do bem contra o mal, estando em peças teatrais e dramas de 1789, e romances de 1864, 1883, 1918 e 1929. Assim, nesta enorme fronteira em ebulição, como é a platina neste contexto, as personagens dos cativos – assim como os mestiços – são facetas das mais interessantes destas zonas de contato.

Considerações finais

Ruy Díaz de Guzmán espelha em sua obra um espaço platino em formação, com seus embates e contradições. Um espaço que se tornava, naquele tempo, um território colonial forjado na violência da “conquista” e no estabelecimento de assentamentos urbanos interligados por caminhos fluviais e

terrestres. Uma obra sobre fronteiras: espaciais, narrativas e identitárias. Na conformação territorial, estruturada pela colonização e seus aparatos institucionais e jurisdicionais, formaram-se fronteiras entre espanhóis e indígenas, entre espanhóis e portugueses. Ainda tênues, porosas e dinâmicas, mas fundamentais numa gradativa identificação, e diferenciação, entre o império espanhol e os “outros”. Como sempre, e como qualquer fronteira, ambígua entre a aproximação e a separação.

Por outro lado, entre a crônica e a história também trafegou *Anales*, obra cujo manuscrito original desapareceu, mas que assim mesmo circulou em cópias pelos meandros do império, engendrando memórias tocadas pelas circunstâncias dos interesses imperiais do século XVIII e nacionalistas do século XIX. A obra tornou-se uma gesta da presença espanhola no Rio da Prata. Nos *Anales* também se gestaram cativos, mestiços, indígenas amigos e inimigos; fizeram-se nascer cidades e fronteiras; e acompanharam-se intrigas entre espanhóis e conexões luso-castelhanas. Nesse território de conflitos, o autor enfrentou os seus próprios, resultantes da necessidade de legitimar sua ascendência – e a si mesmo – e tornar história, a memória dos feitos de seus antepassados. Mesmo que de maneira rústica, seu texto segue as normas – e tópicos – de sua época, ocultando-se, no final das contas, mais por tentar entrar num mundo que, no fundo, não lhe pertence: o de soldado que quer ser escritor e o mestiço que almeja ser espanhol. As fronteiras se cruzaram e transbordaram na vida e na narrativa de Guzmán.

Manuscritos

- ABNB, Sección Colonia, Expediente, Petición y auto de Pascual y Cristoval Ramirez para devolución de índios tupis, EC1619-04.

Bibliografía

- ACEVEDO, Daniel García. 2010. *Contribución al Estudio de la Cartografía de los Países del Rio de La Plata: El Mapa Inedito le Ruy Diaz le Guzman* (1905). Kessinger Publishing.
- ALDAO, María Inés. 2010. “¿Quién es el otro? El problema de la identidad en los textos coloniales del Río de la Plata”. *Gramma* 1(3) (extra): 45-50.

- ALDAO, María Inés. 2014. "Hambre, antropofagia y la construcción de la alteridad en el siglo XVI: los casos Schmidl y Staden". *Zama: Revista del Instituto de Literatura Hispanoamericana* 6(6): 19-30.
- ANCHIETA, Pe. José de. 1933. *Informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Civilização Brasileira.
- ATAS DA CÂMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO. 1967. Volume 1. 2.^a ed. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura de São Paulo.
- BARRIERA, Darío. 2017. *Abrir puertas a la tierra: microanálisis de la construcción de un espacio político: Santa Fe, 1573-1640*. Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, Museo Histórico Provincial Brigadier Estanislao López.
- BERNABÉU, Salvador, e Consuelo Varela Bueno (eds). 2010 *La ciudad americana: mitos, espacios y control social*. Ediciones Doces Calles.
- BOCCARA, Guillaume. 2005. "Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Acessado em 10 outubro 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/426>.
- BRAUDEL, Fernand. 1995. *Civilização material, economia e capitalismo — séculos XV-XVIII*. Vol. 2: As estruturas do cotidiano. Martins Fontes.
- BURKE, Peter. 1997. "As fronteiras instáveis entre história e ficção". In *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. Xamã.
- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. 2011. *Como escrever a História do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII*. EDUSP.
- CARUCCI, Alberto Rodriguez. 2013. "¿Crónicas de Índias: Literatura de fundación?". *Miscelânea* 13: 17-39.
- COSTA, Maria de F. 2007. "De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 45: 21-36.
- DEL BARCO CENTENERA, Martín. 1998. *Argentina y Conquista del Río de la Plata [1602]*. Editado por Silvia Tieffemberg. Universidad de Buenos Aires, Instituto de Literatura Hispanoamericana.
- EFRAÍN, Ornar. 1999. "Historia y ficción literaria en el siglo XVII: La Argentina de Ruy Díaz de Guzmán". Actas del V Congreso Internacional de la Asociación Internacional Siglo de Oro.
- EL JABER, Loreley. 2001. "Asunción: El paraíso de Mahoma o la Sodoma del Plata: La mujer indígena en la conquista rioplatense". *Latin American Literary Review* 29(58): 101-113.

- EL JABER, Loreley. 2011. *Un país malsano: la conquista del espacio en las crónicas del Río de la Plata: siglos XVI y XVII*. Beatriz Viterbo Editora/Universidad Nacional de Rosario.
- ELLIOTT, John H. 2006. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Taurus.
- GARCIA, Nilo. 1956. *A aclamação de Amador Bueno. A influência espanhola em São Paulo*. Tese de Livre Docência. Universidade do DF, Rio de Janeiro.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. 2014. *Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*. Cotia, Ateliê Editorial.
- GRANDA GUTIÉRREZ, Germán de. 1979. "Personalidad histórica y perfil lingüístico de Ruy Díaz de Guzmán (1560?-1629)". *Thesaurus: Boletín del Instituto Caro y Cuervo* 34(1-3): 138-163.
- GRUZINSKI, Serge. 2001. *O Pensamento Mestiço*. Companhia das Letras.
- GRUZINSKI, Serge. 2014. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Editora UFMG, EDUSP.
- GUÉRIN, Miguel A. 1974. "Las ediciones de la Colección... de Pedro de Angelis". *Revista del Instituto Nacional Superior del Profesorado Joaquín V. González* 1, 1.
- GUZMÁN, Ruy Díaz, e Roberto Quevedo. 1980. *Anales del descubrimiento, población y conquista del Río de La Plata*. Ediciones Comuneros.
- GUZMÁN, Ruy Díaz, e Silvia Tieffemberg. 2012. *Argentina: historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- HAESBAERT, Rogério. 2023. "Conceitos fundamentais da Geografia. Território". *GEOgraphia* 25: 55.
- HERZOG, Tamar. 2015. *Frontiers of possession. Spain and Portugal en Europe and Americas*. Harvard University Press.
- KONETZKE, Richard. 1960. "Los mestizos en la legislación colonial". *Revista de Estudios Políticos* 112.
- JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio, Julián J. Lozano Navarro e Francisco Sánchez-Montes González (eds.). 2024. *La construcción de la memoria. El pasado y sus relatos en la Monarquía Hispánica*. Comares Historia.
- LEONETTI, Francesca. 2013. "Las crónicas de Indias: fronteras de espacios y confluencia de géneros". In *Frontiere: soglie e interazioni. I linguaggi ispanici nella tradizione e nella contemporaneità*, editado por A. Cassol, D. Crivellari, F. Gherardi e P. Taravacci. Labirinti-152. Università di Trento, Dipartimento di Lettere e Filosofia.

- LUCENA GIRALDO, Manuel. 2005. *A los cuatro vientos. Las ciudades de la América Hispánica*. Marcial Pons-Fundación Carolina.
- MACHAIN, Lafuente. 2005. *El gobernador Domingo Martínez de Irala*. Academia Paraguaya de Historia.
- MATURO, Graciela. 2009. “La Historia novelesca de Ruy Díaz de Guzmán. Una defensa de la mestización y la evangelización americana”. *Bibliographica americana: Revista Interdisciplinaria de Estudios Coloniales* 5.
- MIGNOLO, Walter. 1982. “Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento de América”. In *Historia de la Literatura Hispanoamericana*, Tomo 1, coordinado por Luis Inigo Madrigal. Cátedra.
- MORSE, Richard; Beatriz Helena Domingues (org.). 2017. *Cidades e cultura política nas Américas*. UFMG.
- OLIVETO, Guillermina. 2010. “Chiriguano: la construcción de un estereotipo en la política colonizadora del surandino”. *Memoria Americana* 18(1):43-69. https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37512010000100002.
- OPERÉ, Fernando. 2001. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica*. Fondo de Cultura Económica.
- PRADO, Fabrício. 2012. “The fringes of empires: recente scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America”. *History Compass* 10(4): 318-333.
- QUEVEDO, Roberto. 2001. *Ruy Díaz de Guzmán. Sus obras, fundaciones y su tiempo*. Municipalidad de Asunción.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. Ática.
- ROULET, Florencia. 2019. “Los rostros de la violencia colonial en el Río de la Plata (siglos XVI-XVIII)”. *Revista TEFROS* 17(2): 10-45.
- RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo. 2008. “Sangre y mestizaje en la América Hispánica”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 35: 279-309.
- ROMERO, José Luis. 2005. *Latinoamérica. Las ciudades y las ideas*. Siglo Veintiuno Editores Argentina.
- SANTOS, Milton. 2006. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- SLATTA, Richard W. 2012. “Comparing and exploring frontier myth and reality in Latin America”. *History Compass* 10(5): 375-385.
- SOLANO, Francisco de. 1973-1974. “El proceso urbano iberoamericano desde sus orígenes hasta los principios del siglo XIX. Estudio bibliográfico”. *Revista de Indias* 137/138: 727-880.

- SOLANO, Ramon. 2006. *Irala, Vida e obra de Domingo de Irala*. Academia Paraguaya de Historia.
- STOLCKE, Verona. 2007. “Los mestizos no nacen, sino que se hacen”. In *Identidades Ambivalentes en América Latina (Siglos XVI-XXI)*, editado por Alexandre Coello e Verona Stolcke. Bellatera.
- TIEFFEMBERG, Silvia. 2015. “¡Aquí no hay traidor ninguno! Leales y comuneros en la Argentina de Ruy Díaz de Guzmán”. Zama. *Revista del Instituto de Literatura Hispanoamericana* 7(7): 131-146.
- VILARDAGA, José Carlos. 2021. “Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 29: 1-28.
- VÍTTORI, José Luis. 1991. *Del Barco Centenera y “La Argentina”*. *Orígenes del realismo mágico en América*. Ediciones Colmegna.

recensão

Álvarez-Ossorio Alvariño, António, Cristina Bravo Lozano e Roberto Quirós Rosado, eds. 2025. *Bifronte imperio de dos mundos. La Monarquía de Carlos II en Europa y América*. Iberoamericana-Vervuert, 853 pp., ISBN 9788491923718

Este volumoso livro (cerca de 850 páginas) propõe-se escrutinar, sob um amplo leque de perspectivas analíticas, o reinado de Carlos II e a complexa configuração da Monarquia Hispânica, cuja natureza se anuncia desde logo no próprio título.

No capítulo introdutório, de carácter programático, os editores definem como objectivo uma análise de escala global que abarque as dimensões políticas, económicas, sociais e culturais da Monarquia nos diversos territórios sujeitos à soberania de Carlos II. Para tal, defendem a necessidade de ultrapassar o paradigma eurocêntrico que, durante largo tempo, condicionou a compreensão das dinâmicas de integração dos espaços europeus, americanos, africanos, asiáticos e oceânicos sob a Coroa de Espanha. Entre os estudos que anteciparam esta renovação conceptual, merece referência a obra de Alberto Pérez-Amador Adam, *De legitimatione imperii Indiae Occidentalis* (2011), ainda centrada na dimensão atlântica das Índias de Castela.

A presente obra reúne vinte e nove capítulos assinados por um expressivo conjunto internacional de especialistas, reflectindo o carácter colectivo, plural e interdisciplinar da investigação actualmente dedicada à Monarquia de Carlos II. A diversidade temática acompanha a amplitude geográfica do império, permitindo apreender a sua territorialidade como uma realidade dinâmica, fluida e policêntrica, marcada por fronteiras mutáveis e por múltiplos centros de decisão. O resultado é uma leitura da estrutura imperial que privilegia o diálogo entre espaços diversos, sem perder de vista as especificidades institucionais, sociais e políticas de cada território. Perante a impossibilidade de analisar exaustivamente todos os estudos reunidos, opta-se por uma apreciação de conjunto, privilegiando os elementos que conferem unidade e coerência ao volume.

Nesse contexto, o ensaio de José Javier Ruiz-Ibañez, colocado logo após a introdução, revela-se particularmente feliz enquanto chave interpretativa da obra. Em “La irrupción de una historia de los mundos ibéricos como

tiempo de creación histórica”, o autor oferece uma reflexão estimulante sobre a evolução da historiografia desde a segunda metade do século XX até à actualidade, combinando densidade analítica com uma escrita de assinalável qualidade literária.

A arquitectura conceptual proposta pelos editores estrutura-se em torno de cinco eixos operativos – corte, toga, espada, pluma e cruz – entendidos como categorias heurísticas para compreender os mecanismos formais e informais de negociação entre o centro político madrileno e as elites territoriais.

Entre os problemas abordados, sobressaem temas que têm ocupado um lugar central na recente historiografia ibérica – entendida em sentido amplo, incluindo Portugal, Brasil e os territórios hispano-americanos –, como a corrupção, a venalidade dos ofícios ou a progressiva afirmação do comércio enquanto factor de legitimação política. Neste domínio, continuam incontornáveis as colectâneas coordenadas por Francisco Andújar Castillo e Pilar Ponce Leiva (*Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico*, 2018), bem como o volume organizado por Roberta Stumpf e Nandini Chaturvedula (*Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas*, 2012).

Poderá parecer inesperado convocar bibliografia predominantemente portuguesa numa recensão dedicada à Monarquia Hispânica de Carlos II. Todavia, essa opção justifica-se pela crescente fecundidade das abordagens comparadas aplicadas aos espaços ibéricos, permitindo ultrapassar leituras compartimentadas e compreender dinâmicas comuns de administração, circulação de modelos políticos e negociação jurisdicional. Nesta perspectiva, dialoga particularmente bem com a obra agora recenseada o volume coordenado por Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf, *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada* (2018). Em ambos os casos, sobressai o interesse pelas formas de organização territorial, pelas jurisdições políticas e mercantis, pela administração civil – incluindo o papel das instituições locais – e pela circulação recíproca de modelos entre metrópoles e territórios ultramarinos. Estes trabalhos testemunham, além disso, a vitalidade da investigação colaborativa internacional, hoje indispensável para compreender a complexidade das monarquias compósitas da Época Moderna.

Atendendo aos limites de espaço próprios das recensões publicadas nos *Anais de História de Além-Mar*, destaca-se apenas um dos capítulos, mesmo que sacrificando densidade analítica, porquanto do conjunto é o que está mais próximo do viés português. Refiro-me ao estudo de Roberto Quirós Rosado, “Crepúsculo de soberania. El Portugal de Carlos II (1665-1668)”.

Um dos mais sólidos especialistas da sua geração, profundo conhecedor da historiografia ibérica, Quirós Rosado apresenta um texto firmemente sustentado em documentação arquivística e numa bibliografia seleccionada de forma criteriosa. Para além do rigor da investigação, cumpre destacar o cuidado filológico demonstrado pelo autor ao preservar a grafia original dos nomes próprios e familiares portugueses, evitando a habitual castelhanização que tantas vezes dificulta a correcta identificação dos actores históricos. Longe de constituir uma mera questão formal, esta opção revela-se particularmente relevante em cronologias marcadas por homonímias frequentes, ambiguidades documentais e titulaturas sobrepostas em Portugal e Castela, como bem anota o autor na breve menção feita a Pedro da Cunha e Meneses, marquês de Assentar/Santar. Não será uma minudência, como pode parecer à primeira vista, porquanto configura um aspecto metodológico de evidente utilidade para os investigadores que trabalham documentação ibérica dos séculos XVI e XVII, muitas vezes confrontados com problemas de identificação pessoal, familiar/linhagística e geográfica. Também digna de nota é a utilização de bibliografia raramente convocada, como a tese de doutoramento, ainda inédita, de Santiago de Luxán Meléndez sobre o Conselho de Portugal, mas cuja importância historiográfica permanece plenamente actual.

No seu conjunto, os estudos agora reunidos evidenciam, de forma particularmente convincente e bem vertebrada, a coexistência de tensões e consensos, conflitos e mecanismos de negociação que sustentaram o delicado equilíbrio político característico das sociedades ibéricas do Antigo Regime. Acresce ainda um útil anexo dedicado às instituições de governo e justiça durante o reinado de Carlos II, complementado por uma síntese da organização administrativa dos diferentes reinos e senhorios.

Estamos, em suma, perante um sólido contributo historiográfico, destinado a afirmar-se como obra de referência para o estudo da discutida e nem sempre consensual Monarquia de Carlos II e, em sentido mais amplo, para a compreensão dos mecanismos conceptuais, institucionais e políticos que permitiram governar uma das mais extensas e complexas monarquias da Época Moderna, particularmente no âmbito de um período associado à ideia de decrepitude e decadência.

João de Figueirôa-Rêgo

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2119-3684>

jrego@fcsh.unl.pt

procedimentos & normas editoriais

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) são uma revista científica de periodicidade anual, publicada pelo CHAM – Centro de Humanidades (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores) e referenciada e indexada em bases de dados internacionais.

Foram fundados em 2000, por Artur Teodoro de Matos, com o objetivo principal de divulgar trabalhos académicos originais e relevantes sobre a expansão portuguesa, desde as primeiras «grandes navegações» (século xv) até ao final do «Império Ultramarino» (século xx), no seu enquadramento histórico, contemplando a comparação com fenómenos paralelos e as articulações entre as histórias e as sociedades dos espaços envolvidos. Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, os AHAM estão abertos à submissão de artigos sobre outras regiões, especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

Os AHAM acolhem propostas de publicação de artigos originais, documentos/ fontes inéditas, recensões críticas e notícias, em português, espanhol, francês, inglês e italiano. Aceitam, igualmente, propostas de *dossiers* de carácter temático.

Para informações sobre a política editorial, os procedimentos editoriais e as normas para elaboração e apresentação de textos, consultar: <https://revistas.rcaap.pt/aham/index>.

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) (*Annals of Overseas History*) are a scientific journal published yearly by CHAM – Centre for the Humanities (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), referenced and indexed in international data bases.

The journal was founded in 2000 by Artur Teodoro de Matos with the main objective of publishing original and relevant academic works about the Portuguese overseas expansion, from the outset of the first “great navigations” (15th century) to the end of the “Overseas Empire” (20th century). The historical framework, and the comparison of parallel phenomena and articulations between the history and societies of the spaces involved should also be contemplated in these works. Although most of the articles published focus on the Portuguese reality, the AHAM are open to articles about other regions, especially if they offer innovative visions from a comparative and analytical perspective.

The AHAM welcome original articles, unpublished sources, critical reviews, and news in Portuguese, Spanish, French, English and Italian. They also accept proposals of thematic *dossiers*.

For information on editorial policy, editorial procedures and guidelines for the preparation and submission of manuscripts, please visit: <https://revistas.rcaap.pt/aham/index>.

